



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Geni Cecília Figueiredo do Carmo Mello

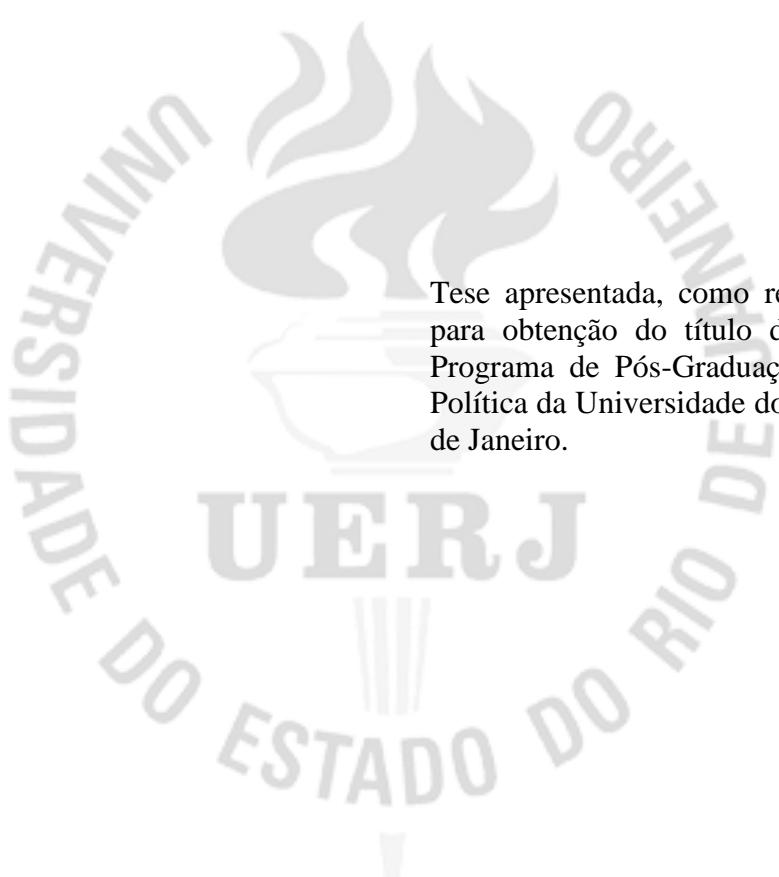
**Explicando a dinâmica das redes sociais de associações agroecológicas:
capital social e desenho institucional**

Rio de Janeiro

2018

Geni Cecília Figueiredo Do Carmo Mello

**Explicando a dinâmica das redes sociais de associações agroecológicas: capital social e
desenho institucional**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Renato Raul Boschi.

Rio de Janeiro-RJ

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

M527 Mello, Geni Cecília Figueiredo do Carmo.
Explicando a dinâmica das redes sociais de associações agroecológicas:
capital social e desenho institucional / Geni Cecília Figueiredo do Carmo
Mello. – 2018.
147f.

Orientador: Renato Raul Boschi.
Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio
de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Ecologia agrícola – Brasil - Teses. 2. Agricultura familiar - Teses. 3.
Associativismo – Teses. 4. Cooperativismo - Teses. I. Boschi, Renato Raul.
II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e
Políticos. III. Título.

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial
desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Geni Cecília Figueiredo do Carmo Mello

**Explicando a dinâmica das redes sociais de associações agroecológicas: capital social e
desenho institucional**

Tese apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora, ao Programa de
Pós-Graduação em Ciência Política da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 03 de dezembro de 2018.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Renato Raul Boschi (Orientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof. Dr. Fabiano Guilherme Mendes Santos
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof. Dr. José Eduardo Leon Szwako
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof. Dr. Carlos Eduardo Santos Pinho
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Flávio Alfredo Gaitán
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Rio de Janeiro-RJ

2018

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais: Ninito Pires do Carmo e Leda Figueiredo do Carmo (In memoriam) pelos valores que eles me transmitiram e que foram a base da formação do meu caráter.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pela iluminação e fonte de inspiração constante, que me deu perseverança para continuar e nunca desistir deste objetivo.

Aos meus pais, Leda e Ninito, *in memoriam*, por ter dedicado tempo na formação do meu caráter e na transmissão de valores que me sustentam.

À Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT por acreditar no meu potencial e investir na minha qualificação.

Ao meu orientador de doutorado, Renato Raul Boschi, e à banca examinadora. Reitero a minha gratidão a todos os professores e funcionários que compõem o programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UERJ.

Ao coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política IESP/UERJ, professor Fabiano Guilherme Mendes Santos pela presteza no apoio a esta pesquisa.

Ao meu esposo, José Francisco Moreira Mello, pelo companheirismo e por ter me incentivado a seguir em frente e nunca desistir, pois sempre acreditou no meu profissionalismo.

Aos agricultores familiares da ARPA e da ARPEP que se disponibilizaram a participar da minha pesquisa de doutorado. E também expresso a minha gratidão a todos que me apoiaram nessa jornada, em especial aos técnicos da FASE, à Marli da CONAB e ao professor Joari.

A todos os colegas e amigos com os quais compartilhei momentos de angústia mas também de muitas alegrias e festas.

Aos meus familiares e amigos que souberam entender e perdoar minha tão frequente ausência durante o período de doutoramento.

RESUMO

MELLO, Geni Cecília Figueiredo do Carmo. *Explicando a dinâmica das redes sociais de associações agroecológicas: capital social e desenho institucional*. 2018. 147f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Esta pesquisa apresenta uma investigação sobre como se estruturam e como se articulam duas associações, uma agroecológica – a Associação Regional de Produtores Agroecológicos do Sudoeste de Mato Grosso (ARPA) e a outra agroextrativista – a Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP), em suas respectivas redes sociais, procurando explicar o sucesso relativo de ambas. Elas estão situadas na Mesorregião Sudoeste Mato-Grossense, sendo que a ARPA pertence ao município de Mirassol D'Oeste/MT e a ARPEP ao município de Cáceres/MT. Foram utilizadas três categorias conceituais: associativismo, capital social e desenho institucional como sustentação da pesquisa proposta. A metodologia utilizada foi a de redes sociais, composta por duas ferramentas: Análise de Redes Sociais (ARS), por intermédio do software UCINET; e o Questionário para medir Capital Social Comunitário (QM-CSC). Também se utilizou de técnicas etnográficas (entrevistas estruturadas, visitas *in loco*, conversas informais, observação e escuta). A análise dos dados apontou que o sucesso relativo das associações em se manterem efetivas no mercado está ancorado na existência de capital social significativo e nas instituições que representam arranjos e estratégias socialmente construídas que favorecem a obtenção de conquistas coletivas. Porém, existem peculiaridades próprias de cada associação, que impactaram na forma de articulação de cada uma delas em suas respectivas redes sociais, demonstrando como consequência as diferenças nos seus desempenhos institucionais. Pode-se inferir que as relações na estrutura da rede social da ARPA são de mais fácil gestão e apresentam maior cooperatividade o, enquanto que a ARPEP apresenta aspectos mais limitadores, tais como sua trajetória histórica. Porém, ambas têm boa conectividade com entidades de fora do Estado, o que proporciona novas parcerias e, assim, permite o estabelecimento de novas oportunidades através das trocas de saberes e de experiências. Observou-se também que, tanto a ARPA, quanto a ARPEP, vêm passando por um processo de aprendizagem, seja em nível social ou profissional, e isso faz toda diferença no segmento da agricultura familiar, além de fortalecer o associativismo, demonstrando que é possível vencer barreiras quando existem sinergias em prol de conquistas de objetivos comuns.

Palavras-Chave: Associativismo. Capital Social. Desenho Institucional. Redes Sociais. Associações Agroecológicas. Agroextrativistas.

ABSTRACT

MELLO, Geni Cecília Figueiredo do Carmo. *Explaining the dynamics of social networks of agroecological associations: social capital and institutional design*. 2018. 147f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

This research presents an investigation on how two associations are structured and articulated: an agroecological one - the Regional Association of Agroecological Producers of the Southwest of Mato Grosso (RAAP) and the other agroextractivist – the Regional Association of Extractive Producers of the Pantanal (RAEPP), in their respective social networks, trying to explain the relative success of both. They are located in the Mato-Grossense Southwest Meso-region, in which RAAP belongs to the city of Mirassol D’Oeste / MT and RAEPP to the city of Cáceres / MT. Three conceptual categories were used as support for the proposed research: associativism, social capital and institutional design. The methodology used was that of social networks, composed of two tools: Analysis of Social Networks (ASN), through the software UCINET; and the Questionnaire to measure Community Social Capital (QM-CSC). Ethnographic techniques were also used (structured interviews, in loco visits, informal conversations, observation and listening). The analysis of the data showed that the relative success of the associations in remaining effective in the market is anchored in the existence of significant social capital and in the institutions that represent socially constructed arrangements and strategies that favor the achievement of collective conquests. However, there are own peculiarities to each association, which have an impact on the articulation of each one of them in their respective social networks, showing the differences in their institutional performances as a consequence. It can be inferred that the relations in the structure of the social network of the RAAP are easier to manage and present greater cooperativity, whereas the RAEPP shows more limiting aspects, such as its historical trajectory. However, both have good connectivity with entities outside the State, which provides new partnerships and thus allows the establishment of new opportunities through the exchange of knowledge and experiences. It was also observed that both RAAP and RAEPP have undergone a learning process, either in social or professional level, and this makes all the difference in the segment of family agriculture, in addition to strengthening associativism, demonstrating that it is possible to overcome barriers when there are synergies for achieving common goals.

Keywords: Associativism. Social Capital. Institutional Design. Social Networks. Agroecological and Agroextractive Associations.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Quadro 1-	Organizações.....	22
Quadro 2-	Organizações relacionadas a ARPA e a ARPEP.....	24
Diagrama1-	Sociograma – Rede Social da ARPA.....	86
Diagrama2-	Sociograma – Rede Social da ARPEP.....	103

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1-	Perfil dos Associados da ARPA e da ARPEP (Assentamento)	55
Gráfico 2-	Perfil dos Associados ARPA e ARPEP (Faixa Etária).....	56
Gráfico 3-	Perfil dos Associados da ARPA e da ARPEP (Escolaridade).	56
Gráfico 4-	Perfil dos Associados da ARPA e da ARPEP (Tempo de Associado)	58
Gráfico 5-	Perfil dos Associados da ARPA e da ARPEP (Renda em Salário Mínimo)...	58
Gráfico 6-	Principais fontes de financiamento na ARPA e na ARPEP.....	64
Gráfico 7-	Associados que poderiam lhe ajudar com uma pequena parcela em dinheiro	65
Gráfico 8-	Poderiam contar com algum vizinho	66
Gráfico 9-	A maioria dos associados estão dispostos a ajudar.....	70
Gráfico 10-	Confiança dos agricultores para com as suas associações	71
Gráfico 11-	Confiança dos agricultores da ARPA para com as entidades	73
Gráfico 12-	Confiança dos agricultores da ARPEP para com as entidades	73
Gráfico 13-	Frequência com que os associados ajudam uns aos outros	74
Gráfico 14-	Cooperação em problema na estrutura comunitária.....	75
Gráfico 15-	Crítica às pessoas que não participam de atividades comunitárias	76
Gráfico 16-	Contribuição das pessoas para os objetivos de desenvolvimento comuns...	77
Gráfico 17-	Principais fontes de acesso às informações.....	80
Gráfico 18-	Diferenças nas características das pessoas	81
Gráfico 19-	Veze em que as comunidades se reuniram para entrega de abaixo assinado	82
Gráfico 20-	Segurança no assentamento:	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Grau de Centralização dos atores da Rede Social da ARPA.....	98
Tabela 2-	Grau de Intermediação dos atores na rede social da ARPA.....	100
Tabela 3-	Grau de Proximidade dos atores da Rede Social da ARPA.....	101
Tabela 4-	Grau de Centralização dos atores da Rede Social da ARPEP.....	113
Tabela 5-	Grau de Intermediação dos atores na rede social da ARPEP.....	116
Tabela 6-	Grau de Proximidade dos atores da Rede Social da ARPEP.....	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAFIP	Associação de Agricultores e Agricultoras Flor do Ipê
AMAFAP	Associação de Mulheres Araras do Pantanal
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ARPA	Associação Regional de Produtores Agroecológicos do Sudoeste de Mato
ARPEP	Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal
ARS	Análise de Redes Sociais
ASCITAM	Associação de Moradores dos Bairros Tamandaré II e III
ASPROAC	Associação dos Pequenos Produtores Organizados da Agropecuária de
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural – ligada à FASE
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAA	Centro de Agricultura Alternativa
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
COMDER	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
COMDERS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA/MT	Conselho de Segurança Alimentar de Mato Grosso
CTA	Centro de Tecnologia Alternativa
EEMC	Escola Estadual Madre Cristina
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GIAS	Grupo de Intercâmbio em Agroecologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISPN	Instituto Sociedade População e Natureza
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
LOS	Lei Orgânica de Saúde
LV	Laticínio Vencedor
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEI	Nova Economia Internacional
ONG	Organização não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PDA's	Projetos Demonstrativos Agroecológicos
PER	Plano Estratégico de Resistência
PMA	Prefeitura Municipal de Araputanga/MT
PMC	Prefeitura Municipal de Cáceres/MT
PMMO	Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPPecos	Programa de Pequenos Projetos Ecosociais
PRODESA	Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário
PROINF	Projeto de Infraestrutura e Serviço
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
QM-CSQ	Questionário para Medir Capital Social
RMERA	Rede de Mulheres Empreendedoras da Amazônia
SAFs	Sistemas Agroflorestais
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário
SEPLAN	Secretaria de Planejamento de Mato Grosso
STTR/CA	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – Cáceres
STTR/MO	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – Mirassol D' Oeste
UCINET	Software de Análise Redes Sociais
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso – Cáceres/MT
UPF	Unidade Produtiva Familiar
VS-CA	Vigilância Sanitária – Cáceres/MT
VS-MO	Vigilância Sanitária – Mirassol D'Oeste/MT

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	REFERENCIAL TEÓRICO	30
1.1	Introdução	30
1.2	Associativismo e Democracia	30
1.2.1	<u>Associativismo e Democracia no Brasil</u>	32
1.3	Nova Economia Institucional (NEI) – Desenho das Instituições	37
1.4	Capital Social – Empoderamento	39
1.5	Conclusão	48
2	RESULTADOS E DISCUSSÃO SOBRE A ANÁLISE DO CAPITAL SOCIAL DA ARPA E DA ARPEP	49
2.1	Introdução	49
2.2	Perfil dos associados da ARPA e da ARPEP	49
2.3	Capital social da ARPA e da ARPEP	59
2.4	Conclusão	83
3	RESULTADOS E DISCUSSÃO SOBRE REDE SOCIAL	86
3.1	Introdução	86
3.2	A rede social da ARPA e suas conexões	86
3.3	A rede social da ARPEP e suas conexões	103
3.4	Conclusão	119
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
	REFERÊNCIAS	128
	ANEXO A - Questionário ARS – Análise de Redes Sociais – Diretores Organizações	133
	ANEXO B - Questionário QM-CSC – Domicílios	136

INTRODUÇÃO

O objeto desta pesquisa é a dinâmica institucional das associações agroecológica e agroextrativista, respectivamente, a Associação Regional de Produtores (as) Agropecuários do Sudoeste do Mato Grosso (ARPA) e a Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP) na política pública da agricultura familiar no bojo do PRONAF, criado no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e aprofundado no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Portanto, este estudo é contextualizado pela Economia Política do Brasil no período do governo FHC, cujo modelo econômico se fundamentava na busca pela estabilidade da moeda, circunstância na qual surge a ARPA. E no governo Lula, marcado pelo fortalecimento das políticas econômicas socialmente orientadas, surge a ARPEP.

A escolha da ARPA para esta pesquisa deve-se ao fato que, dentre as várias associações existente no Mato Grosso, foi a pioneira na comercialização institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e destacou-se desde então na evolução, tanto comercial, quanto profissional, possibilitando a sua permanência há mais de vinte anos no mercado. Quanto à ARPEP, trata-se de uma associação formada apenas por mulheres, o que a tornou referência quanto ao trabalho da mulher no campo, e vem se destacando através da capacitação em diversos temas, tais como: relações de gênero, agroecologia, beneficiamento de produtos do cerrado (babaçu, cumbaru e pequi). A ARPEP está no mercado há mais de dez anos.

Estas duas associações, ARPA e ARPEP, estão situadas no Sudoeste do Estado de Mato Grosso, são formadas por agricultores familiares comprometidos com a agroecologia e com o agroextrativismo. As referidas associações de pequenos agricultores são bem sucedidas apesar de estarem inseridas em um estado onde o agronegócio é forte, contexto hostil ao segmento da agricultura familiar, e nisso consiste a justificativa desse estudo. Além disso, ambos os casos ainda não foram investigados pela literatura da Ciência Política, portanto, existe uma lacuna na produção científica em que esses casos não são debatidos.

Então, surge a seguinte indagação: por que os pequenos produtores conseguem sobreviver num ambiente dominado pelos grandes produtores? Será porque eles se dedicam às atividades que não interessam ao grande agronegócio? Ou será por outra razão? O Argumento central desta tese, ou seja, a minha hipótese é que o sucesso relativo das associações que se mantiveram efetivas no mercado está ancorado na existência de capital social e nas instituições definidas conforme as características da Nova Economia Institucional (NEI), o que compõem

as redes sociais dessas associações. Estes efeitos foram investigados através da análise do estudo dos casos ARPA e ARPEP, ademais, utilizou-se de metodologias quantitativa – contando como software UCINET para analisar as redes sociais (ARS) – e qualitativa, através da aplicação de questionários (anexo B) para medir Capital Social (QM-CSC), de entrevistas estruturadas e da observação participante que demonstraram como as associações estão superando os desafios de mercado.

Diante disso, o objetivo da pesquisa é compreender e explicar como se articulam a Associação Regional de Produtores (as) Agropecuários do Sudoeste do Mato Grosso (ARPA) e a Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP) nas suas conexões através das suas redes de atuação. Portanto, essa elucidação nos proporcionará conhecer o capital social e seus desenhos institucionais presentes na história de cada associação para melhor entender a dinâmica de atuação das mesmas. Para explicar o objeto da pesquisa, torna-se imperativo compreender o contexto histórico institucional no qual a ARPA e a ARPEP estão inseridas. Para tanto, fez-se um mapeamento sobre o sistema agrário no âmbito da economia política do Brasil desde os anos 1990, governo FHC, até o governo Lula, cenários correspondentes às épocas dos surgimentos das associações.

Nos anos 1990, após o *impeachment* do presidente Collor de Mello em 1992, Itamar Franco assume a Presidência do Brasil e governa de 1993 a 1994. Ele priorizou o perfil técnico da sua equipe, sendo que para o Ministério da Fazenda escolheu o economista Fernando Henrique Cardoso, que juntamente com uma equipe de economistas, lançando mão de mecanismos anti-inerciais, criou o Plano Real. Obteve êxito na contenção da inflação que já havia superado os cinquenta pontos percentuais, e elegeu-se presidente da República em 1994 (COURO; ABRUCIO, 2003 apud PINHO, 2017, p. 226).

O período FHC foi marcado pela busca da estabilidade macroeconômica, priorizando algumas metas: contenção fiscal, austeridade, alta taxa de juros, e aumento do superávit primário, objetivando o controle da alta inflação inercial por meio do Plano Real. Essa política econômica contracionista afetou as demandas sociais, aumentando o nível de desemprego, a renda passou a ser auferida via informalidade, ausência de política de salário mínimo, aumento dos conflitos agrários, economia instável e vulnerável ao choque externo. No primeiro mandato de FHC predominou a estabilidade monetária, comprometida com a promoção de uma economia de livre comércio e com as políticas de: câmbio sobrevalorizado, juros altos e ajuste fiscal brando, o que priorizou a esfera financeira ante as atividades produtivas e comerciais.

Segundo Diniz e Boschi (2014), os anos de 1990 assinalaram a crise de governabilidade brasileira como o reflexo do desequilíbrio entre o poder do Estado de tomar decisões e de

implementá-las. Trata-se de um longo período de contenção econômica, com pouca porosidade do Estado às demandas sociais e certamente pouco espaço para o acatamento dos direitos sociais de cidadania. Porém, os dois primeiros anos do primeiro mandato de FHC ensaiou uma postura desenvolvimentista, que viabilizou o planejamento do desenvolvimento econômico com a inserção social dos mais pobres. Portanto, no período pós-estabilidade do Plano Real observa-se um patamar de redução muito tímido da desigualdade de renda e com aumento do poder de compra das famílias. Porém, não foram persistentes ao longo prazo, o que contribuiu para o agravamento da pobreza e da desigualdade social.

No entanto, ainda nesse período, algumas medidas foram tomadas na área da política pública para o segmento da agricultura familiar, como a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, que passou a ser a principal política pública destinada aos pequenos agricultores no Brasil. O PRONAF consistia, a princípio, em gerar renda e melhorar a qualidade de vida dos pequenos agricultores, por meio da disponibilização de recursos de custeio e investimentos em condições de financiamentos diferenciados às atividades e serviços rurais agropecuários, incluindo taxas de juros mais brandas, subsídios, prazo, etc. No decorrer dos anos seguintes, vários benefícios foram sendo implementados, dentre eles, o desenvolvimento de programas especiais (PRONAF Agroindústria, PRONAF Floresta, PRONAF Semi-Árido, PRONAF Mulher, PRONAF Jovem, PRONAF Microcrédito Produtor Rural, PRONAF Agroecologia, etc.).

Já no segundo mandato de FHC foram adotadas medidas que priorizaram a esfera financeira em detrimento das atividades de produção/comercialização de bens e serviços. Esse período de 1999 a 2002 foi marcado por: câmbio flutuante, redução do déficit em conta corrente e forte ajuste fiscal (metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário) (PINHO, 2017). No entanto, nesse período foram implementadas algumas medidas sociais e de transferência de renda tais como os programas Bolsa Escola, Erradicação do Trabalho Infantil, Bolsa-Alimentação e Auxílio Gás.

Veiga (2004) traz uma análise sobre a reforma agrária nos oito anos de FHC. Segundo o autor, um fator marcante que contribuiu decisivamente para a aceleração da reforma agrária no governo de Fernando Henrique Cardoso foi a estabilização de preços do Plano Real e com isso houve declínios nos preços das terras, facilitando ao governo adquirir áreas para os projetos dessa política pública. Esse fato justificou o aumento substancial da média anual de famílias assentadas nos oito anos de governo FHC (1995 a 2002), alcançando 62.500 assentados, em um total de 20 milhões de hectares de terra distribuídas.

Já no final do governo FHC, iniciou a constituição da coalizão desenvolvimentista de empresários industriais produtivos, o que facilitou a chegada do Lula à presidência do Brasil. O primeiro governo Lula foi marcado pela austeridade, com Palocci no Ministério da Fazenda, cuja característica de ser mais monetarista, e portanto, mais favorável ao mercado na comunidade financeira, permitiu certa tranquilidade junto aos investidores. Diante da incerteza que dominava o mercado nacional e internacional com a eleição de Lula, o primeiro ato quando presidente foi de acalmar aquele segmento, deixando claro sua “responsabilidade” em relação aos investidores, respeitando os contratos e também o compromisso com o pagamento da dívida pública. Para tanto, Lula da Silva conservou os principais pilares da política macroeconômica do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB): taxas do câmbio flutuantes, metas de inflação, juros altos e superávit primário (PINHO, 2017).

Porém, entre 2004 e 2005, observam-se algumas melhoras sociais: recuperação do salário mínimo, aumento nas transferências do Governo às famílias mais pobres e na expansão da concessão de crédito. Assim, no período do primeiro mandato de Lula houve crescimento da economia de forma moderada e a inflação caiu. Quanto à política pública de reforma agrária, observou-se que em 2004 houve um aumento considerável de assentados se comparado a 2003, pois, chegou a 81.254 famílias assentadas, quase três vezes mais que no ano anterior (MDA/INCRA, 2005).

Já o segundo governo de Lula da Silva foi marcado por mudanças institucionais com uma visão mais desenvolvimentista. Isso se verifica pela retomada do planejamento governamental de longo prazo através do crescimento econômico com finalidade social, beneficiando os segmentos mais pobres da sociedade através de ações como: aumento das transferências sociais; aumento da renda via valorização do salário mínimo, via benefício de prestação continuada, via renda mensal vitalícia, via bolsa família; incentivo à habitação popular através do programa Minha Casa Minha Vida, etc. Essas medidas permitiram a criação de um mercado interno de consumo em massa robusto (PINHO, 2017).

Portanto, o segundo mandato do governo Lula foi mais social, pois houve a reconfiguração do papel da democracia econômica mais desenvolvimentista, que já dava sinais de mudanças com a troca de ministros: com Mantega à frente do Ministério da Fazenda, Dilma Russeff na Casa Civil e Luciano Coutinho na presidência do BNDES. Essa nova configuração permitiu avançar no viés desenvolvimentista junto ao empresariado industrial e no setor produtivo. A bandeira era da política econômica socialmente orientada: expansão das políticas sociais (Programa Fome Zero), redução do superávit primário, investimento em infraestrutura

e desenvolvimento agrário (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA voltado ao segmento da agricultura familiar), etc.

Salienta-se que o programa que mais beneficiou os agricultores familiares no governo Lula foi o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), criado em julho de 2003, o qual surgiu enquanto uma ação estrutural do Programa Fome Zero, cujos objetivos foram: garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional; promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar; melhorar a qualidade das refeições das entidades socioassistenciais; e recompor os estoques públicos de alimentos. O governo Lula sinalizou, através do PAA, o fortalecimento da agricultura familiar, possibilitando a esse segmento segurança na comercialização de seus produtos, visto que o Estado passou a atuar no mercado agrícola, regulando os preços e garantindo renda aos produtores familiares. Desde então, o PAA vem servindo como uma ferramenta de fortalecimento econômico das associações e cooperativas de agricultores familiares e de reforço a sua capacidade de agregar valor ao produto final, permitindo, assim, a esses pequenos produtores atuarem com maior capacidade frente aos diferentes agentes de mercado.

A evolução do Agronegócio e da Agricultura Familiar no Mato Grosso

Mato Grosso é um dos estados mais ricos e diversificados do Brasil. Privilegiado em termos de biodiversidade, é o único estado do Brasil a conter três biomas do país: Amazônia, Cerrado e Pantanal. Essa unidade federativa conta com um vasto território e recursos naturais em substancial abundância. Essas características ajudam a entender a importância do agronegócio – conjunto de negócios relacionados à agricultura da perspectiva do ponto de vista econômico (BATALHA, 2001). O estado de Mato Grosso é um dos maiores produtores de soja, de milho, de algodão e de bovinos do Brasil, o que lhe conferiu o título de o berço do agronegócio brasileiro. Também vem se destacando na produção de carnes de aves e suínos. “O agronegócio é o setor mais dinâmico da economia mato-grossense. Historicamente Mato Grosso sempre teve sua economia baseada na agropecuária” (MENDES, 2006, p. 181).

Em 2009, o setor agropecuário começa a avançar na modernização, com vistas a atender exigências para a exportação. Essa realidade projeta o setor agropecuário para a expressiva representação de 30% do PIB do agronegócio do Mato Grosso. Um dos pontos fortes das

exportações concentra-se nas *commodities*, na qual a produção de grãos é o destaque, cuja exportação chegou a 31% de seu PIB (SÁ *et al.*, 2011). Ademais, dados econômicos demonstram que o Governo de Mato Grosso tem se empenhado em expandir o agronegócio. Isso se verifica por meio dos dados do Ministério da Ciência e Tecnologia (2010), que revelam que no ano de 2005 os investimentos em desenvolvimento científico e tecnológico na área de agropecuária no Mato Grosso foram de 32,8 milhões de reais, correspondendo a 0,61% da receita total do estado. Já, em 2009, esse valor teve um grande aumento, passando para 80,3 milhões. Portanto, as perspectivas são boas para o futuro do agronegócio do Mato Grosso. Porém, enquanto cadeia produtiva, o agronegócio possui alguns pontos de estrangulamento. Um exemplo é a agricultura familiar que ainda encontra dificuldade de acesso a tecnologias avançadas que proporcionam maior produtividade.

Vale ressaltar, ainda, como foi visto na seção acima, que o PRONAF, uma importante política pública direcionada ao agricultor familiar, vem beneficiando a realidade dos pequenos agricultores mato-grossenses, conforme será descrito abaixo. De acordo com o Banco Central do Brasil (BCB, 2011), a agricultura familiar vem ganhando espaço no agronegócio do Mato Grosso. Esse avanço se verifica quando se analisa a evolução do crédito rural disponibilizado para esse segmento no período de 1999 a 2010. Conforme essa fonte, o Governo Federal vem disponibilizando um montante considerável de recursos do PRONAF para aplicação na agricultura familiar no estado de Mato Grosso. A evolução do PRONAF para o setor agrícola e pecuário no período de 1999 a 2010 demonstra essa realidade. Vale destacar, que no setor agrícola houve incremento no investimento de 2.009,26%, passando de R\$ 538.760,25 para R\$ 11.264.281,38, quando comparados os anos de 1999 a 2001. Em 2010 chegou a cifra de R\$ 18.588.129,10. O mesmo ocorreu com o setor pecuário, no qual em 1999 foram investidos R\$ 8.477.989,36 chegando em 2010 na cifra de R\$ 187.091.821,18.

A agricultura familiar é a responsável pelos principais produtos consumidos no Estado internamente, destacam-se: mandioca, abacaxi, goiaba, laranja, limão, manga, maracujá, tangerina, uva, melancia, melão, arroz, mel e leite. Além disto, os agricultores familiares são responsáveis por inúmeros empregos nos segmentos de produção, extração e transformação. Segundo dados da SEPLAN (2011), existem mais de 140,2 mil agricultores familiares e 718 projetos de assentamentos no estado de Mato Grosso. Mais de 90% dos agricultores familiares exploram a atividade da pecuária de leite e cultivam a mandioca. Portanto, esse segmento tem importância estratégica na construção do crescimento do estado de Mato Grosso. Os dados levantados junto a fontes oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Secretaria de Planejamento de Mato Grosso (SEPLAN), dentre outros, mostra-nos a eficiência

de atuação dos pequenos produtores, seja de forma individual ou em associações. Assim, apesar de o agronegócio ser a principal atividade econômica de Mato Grosso, e aparentemente exercer poder econômico, político e domínio sobre o território, percebe-se que há, também, espaço para atuação de pequenos produtores locais.

Procedimentos Metodológicos – Redes Sociais

O método de abordagem que norteou esta pesquisa foi o histórico. Utilizou-se, também, o método estatístico, visto que a pesquisa se sustenta em muitos dados quantitativos, mas não somente. Do ponto de vista operacional, pretende-se utilizar a metodologia de redes sociais. A metodologia de redes sociais está composta pelas seguintes ferramentas de investigação:¹ a) o formulário de Análise de redes Sociais (ARS), aplicado junto às organizações agroecológica e agroextrativista, com a utilização do software UCINET¹ (BORGATTI; EVERETT; FREEMAN, 2002) que irá gerar os sociogramas; b) o questionário para medir Capital Social Comunitário (QM-CSC), adaptado ao questionário elaborado pelo Banco Mundial em 2003 (GROOTAERT *et al.*, 2003) aplicado junto às unidades familiares associadas da ARPA e da ARPEP.

Assim, através da ferramenta ARS aplicada junto às organizações agroecológicas e agroextrativistas foi possível verificar o capital social estrutural dessas organizações em suas respectivas redes sociais, e identificar a diversidade dos seus participantes, assim como a institucionalização das normas de decisão. Nesse sentido, buscou-se capturar o nível de confiança e expectativa entre as organizações participantes para avaliar a influência delas na rede social, tanto da ARPA, quanto da ARPEP. Desse ponto de vista, será possível inferir sobre os três tipos de capital: 1) *capital social de ligação*, que diz respeito aos laços entre os membros da rede que podem ser considerados pares ou iguais; 2) *capital social de ponte*, que são os laços com representantes ou com órgãos de governos ou de outras organizações locais no âmbito do estado; e 3) *capital social de conexão*, que representa os laços com organizações de fora do estado.

¹ UCINET é um programa que funciona no sistema operativo do Windows. Ele permite criar matrizes quadradas através das quais as informações são inseridas nas linhas e nas colunas. Para cada linha e coluna são lançados valores idênticos. Por exemplo: na matriz quadrada, primeiro se informa os nomes dos atores nas linhas para depois, na mesma sequência, os mesmos nomes serem informados nas colunas. Após, se introduz as informações nas relações entre os atores. Define-se o valor 1 para a existência de relação e o valor 0 para ausência dela. A partir daí o programa gera tabelas específicas, bem como gera os sociogramas.

Em relação à segunda ferramenta, QM-CSC, foi possível extrair aspectos importantes do capital social comunitário existente nas comunidades da ARPA e da ARPEP através das seguintes medidas de capital social: i) grupos e redes; ii) confiança e solidariedade; iii) ação coletiva e cooperação; iv) informação e comunicação; e, v) coesão e inclusão social. Importante frisar que a medida de capital social “grupos e redes” permite fazer distinções entre os três tipos de capital social referentes às unidades familiares. Os sociogramas (ou gráficos) são diagramas de redes que permitem a visualização de uma dada estrutura social provenientes de informações geradoras a partir de uma matriz. Por matrizes entende-se os conjuntos quadrados de elementos dispostos em linhas horizontais (filas) e verticais (colunas) nas quais se introduzem informações para geração de gráficos ou de sociogramas (RIBEIRO, 2011).

Redes sociais referem-se a um conjunto de pessoas (ou organizações ou outras entidades sociais) conectadas por relacionamentos sociais, motivados pela amizade, por relações de trabalho ou pelo compartilhamento de informações. Por meio dessas ligações, vão construindo e reconstruindo a estrutura social (TOMAÉL; MARTELETO, 2006). O estudo das redes coloca em evidência um dado da realidade social contemporânea, de que os indivíduos, dotados de recursos e capacidades propositivas, organizam suas ações nos próprios espaços políticos em função de socializações e mobilizações suscitadas pelo próprio desenvolvimento das redes (MARTELETO, 2001). Ou seja, a análise de redes é uma técnica que permite conhecer as interações entre quaisquer classes de indivíduos partindo de dados de tipo quantitativos e qualitativos. Ela envolve um conjunto de atores (os pontos, os nós entre os agentes) entre os quais existem vínculos (ou relações).

As redes podem expressar, ainda, muitos ou poucos atores em uma ou mais classes de relações entre pares de atores (RIBEIRO, 2011). Para Castells (2007, p.565): “as redes – embora tenham existido em outros tempos e espaços – são a nova morfologia social das sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos, poder e cultura”. De acordo com Bourdieu (2007, p.31) “Se é verdade que o real é relacional, pode acontecer que eu nada saiba de uma instituição acerca da qual julgo saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações com o todo”.

Dito isto, para entender como se dá o relacionamento entre pessoas e ou organizações será utilizada nesta pesquisa a ferramenta eletrônica – o *software* UCINET. O primeiro passo para a utilização do UCINET foi a definição das associações agroecológicas: ARPA e ARPEP. A Associação Regional de Produtores (as) Agropecuários do Sudoeste do Mato Grosso (ARPA) surgiu no Assentamento Roseli Nunes, localizada na zona rural do município de Mirassol D’ Oeste – Sudoeste de Mato Grosso. A ARPA foi fundada em 06 de setembro de 1997 com a

denominação de Associação dos Pequenos Produtores Organizados da Agropecuária de Cáceres (ASPROAC). Porém, a sua consolidação como Associação Regional de Produtores(as) Agroecológicos (ARPA) deu-se em 2003. Já a Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP) existe desde 2003, porém só se registrou em 2009, com sede no município de Cáceres – Sudoeste de Mato Grosso.

No segundo passo foi feita a análise de documentos e relatórios na ARPA e na ARPEP para a identificação do rol de organizações que nos últimos 11 anos (2005 a 2016) estiveram ou estão ainda envolvidas, direta ou indiretamente, com atividades econômicas agroextrativistas na região com a ARPA e a ARPEP respectivamente. Esses relacionamentos podem ser tanto de natureza comercial como de ações para benefícios públicos às associações, assim como para resolver demandas sociais e/ou produtivas. Da análise dos documentos e relatórios nas associações ARPA e ARPEP foi possível elaborar a lista geral das organizações que tiveram algum envolvimento com estas associações no período da pesquisa (2005 a 2016). A partir da lista geral das organizações (Quadro 1) foi possível elaborar o formulário (Anexo A – Questionário ARS – Análise de Redes Sociais), que foi aplicado junto às organizações que compõem as redes específicas da ARPA e da ARPEP.

Quadro 1 – Organizações (continua)

NOME DA ORGANIZAÇÃO	SIGLAS
1.Associação de Agricultores e Agricultoras Flor do Ipê	AAFIP
2.Associação de Mulheres Araras do Pantanal	AMAFAP
3.Articulação Nacional de Agroecologia	ANA
4.Associação Regional de Produtores Agroecológicos do Sudoeste de Mato Grosso	ARPA
5.Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal	ARPEP
6.Associação de Moradores dos Bairros Tamandaré II e III – Mirassol D'Oeste	ASCITAM
7.Assistência Técnica e Extensão Rural – ligada à FASE	ATER
8.Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	BNDES/CONAB
9.Centro de Agricultura Alternativa	CAA
10.Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – Cáceres/MT	COMDERS/CA
11.Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - Mirassol D' Oeste/MT	COMDER/MO
12.Companhia Nacional de Abastecimento	CONAB/MT
13.Conselho de Segurança Alimentar de Mato Grosso	CONSEA/MT
14.Coordenadoria Ecumênica de Serviço	CESE
15.Centro de Tecnologia Alternativa	CTA
16.Escola Estadual Madre Cristina – Mirassol D' Oeste/MT	EEMC

Quadro 1 – Organizações (conclusão)

17.Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional	FASE
18.Grupo de Intercâmbio em Agroecologia	GIAS
19.Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	INCRA
20.Instituto Sociedade População e Natureza	ISPN
21.Laticínio Vencedor – São José dos Quatro Marcos/MT	LV
22.Ministério de Desenvolvimento Agrário	MDA/SEAD
23.Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	MST
24.Prefeitura Municipal de Araputanga/MT – Assistência Social	PMA
25.Prefeitura Municipal de Cáceres/MT – Sec. Agricultura; Sec. Educação; Assistência Social	PMC
26.Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste/MT – Sec. Agricultura; Sec. Educação; Assistência Social	PMMO
27.Rede de Mulheres Empreendedoras da Amazônia	RMERA
28.Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – Cáceres	STTR/CA
29.Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – Mirassol D' Oeste	STTR/MO
30.Universidade do Estado de Mato Grosso – Cáceres/MT	UNEMAT/UNITRA BALHO
31.Vigilância Sanitária – Cáceres/MT	VS-CA
32.Vigilância Sanitária – Mirassol D'Oeste/MT	VS-MO

Fonte: A autora, 2017

O passo seguinte foi entrevistar os presidentes da ARPA e da ARPEP e apresentar a lista de organizações (Quadro 1). Como resultado dessas entrevistas, têm-se definidas as organizações que fazem parte das redes específicas de cada associação, chamadas “redes egocentradas”. Conforme Ribeiro (2011), as redes egocentradas são assim chamadas pelo fato de terem sido constituídas a partir da declaração dos seus dirigentes (Quadro 2). As questões do formulário (Anexo A) também foram aplicadas às organizações relacionadas pelo presidente da ARPA e pela presidenta da ARPEP, permitindo gerar os sociogramas das organizações extrativistas, dois gráficos das redes, ilustrando a estrutura de cada rede, como cada ator costuma se relacionar (se unidirecional ou bidirecional), com que frequência e qual o grau de confiabilidade existente. Através da análise dos dois gráficos das redes ARPA e ARPEP, separadamente, foi possível fazer comparações entre ambas as organizações, destacando as características específicas de cada uma, como também levantar os pontos em comum. Foram aplicados trinta e três formulários ao todo – convém ressaltar que se fossemos somar as organizações que compõem a rede da ARPA e da ARPEP dariam 49 formulários (anexo A) a

serem aplicados, porém houve organizações que fazem parte das duas redes, apenas nesses casos contabilizou-se um formulário e não dois.

Quadro 2 – Organizações relacionadas a ARPA e a ARPEP

Relação da ARPA	Relação da ARPEP
1.ANA	1. AAFIP
2.ARPEP	2.AMAFAP
3.ASCITAM	3.ANA
4.BNDES	4.ARPA
5.CESE	5.ATER/FASE
6.CONAB	6.BNDES
7.CONSEA/MT	7.CAA
8.COMDER/MO	8.CESE
9.CTA	9.CONAB
10.EEMC	10.CONSEA/MT
11.FASE	11.COMDERS/CA
12.GIAS	12.CTA
13.INCRA	13.EEMC
14.LV	14.FASE
15.MDA	15.GIAS
16.MST	16.INCRA
17.PMA	17.ISPN
18.PMMO	18.MDA
19.STTR-MO	19-MST
20.UNEMAT/UNITRABALHO	20.PMCA
21.VS-MO	21.PMMO
	22.REMERA
	23.STTR-CA
	24-UNEMAT/UNITRABALHO
	25.VS-CA
	26-VS-MO

Fonte: A autora, 2017

O UCINET além de gerar os sociogramas, também pode gerar outras tabelas, como medidas de grau (de centralidade, de intermediação e de proximidade), que por sua vez retratam as relações de poder ou de prestígio dos atores. Segundo Álvarez e Aguilar (2005), a medida de Grau de Centralidade é o número de atores com os quais um ator está diretamente ligado (grau de entrada e grau de saída). O grau de saída é a soma das interações que um ator estabelece com os outros atores da rede (expansividade), e o grau de entrada é a soma das interações que os

outros nós (atores) têm com o ator central (receptividade). Para o caso específico desta pesquisa, os atores são as organizações, então, se uma organização recebe muitas relações (tem muitas entradas; é muito procurada) pode ser que ela tenha prestígio na rede resultando daí sua importância na estrutura social. O Grau de Intermediação expressa o controle da comunicação, isto é, a possibilidade que um nó (ator) tem para intermediar as comunicações entre pares de nós (os demais atores). O Grau de Proximidade é a capacidade de um nó (ator) se ligar a todos os atores de uma rede.

Quanto à segunda ferramenta – Questionário para Medir Capital Social Comunitário (QM-CSC) – gera dados quantitativos e por ter sido utilizada na pesquisa do Banco Mundial foi adaptada às especificidades deste trabalho. Os questionários QM-CSC adaptados estão contidos no formulário (Anexo B) e foram aplicados nas comunidades e/ou assentamentos rurais, em famílias que correspondiam aos vários quesitos do questionário e que pertenciam às associações agroecológica (ARPA) e agroextrativista (ARPEP).

O QM-CSC contém cinco dimensões, ou grupos de questões: i) grupos e redes, considera a natureza e a extensão da participação do membro da comunidade em vários tipos de organização social, além de considerar a diversidade de associações de um determinado grupo, assim como são selecionadas as suas lideranças; ii) confiança e solidariedade, que exprime os dados sobre a confiança em relação aos outros que fazem parte da comunidade e aos provedores de serviços essenciais; iii) ação coletiva e cooperação, que investiga se e como as pessoas de uma determinada comunidade têm trabalhado com os outros dessa comunidade, em projetos conjuntos e/ou como resposta a algum tipo de crise, também leva em conta as consequências do não-cumprimento das expectativas em relação à participação; iv) informação e comunicação é a dimensão reconhecida como fundamental para ajudar as pessoas da comunidade a terem voz ativa em assuntos de seu interesse, este grupo de questões explora os meios pelos quais os membros da comunidade recebem informações relativas às condições de mercado e serviços públicos e como tem acesso a infraestrutura de comunicação; e por fim, v) coesão e inclusão social, que abrange desde percepções gerais sobre o sentimento de comunhão e unidade social da comunidade, até experiências com exclusão.

A ARPA é composta por agricultores familiares orientados por princípios da agroecologia, isto é, os agricultores assumem o compromisso de produzir alimentos saudáveis (sem agrotóxicos), respeitando a natureza, estabelecendo relações de não exploração com a terra e com o ser humano, possibilitando melhores condições de vida para as famílias que vivem no campo e na cidade. Atualmente, há quatro assentamentos ligados à ARPA: Florestan Fernandes (dezoito famílias), município de Quatro Marcos/MT; Margarida Alves (seis

famílias), município de Mirassol D'Oeste/MT; Roseli Nunes (vinte e oito famílias), município de Mirassol D'Oeste/MT; e Sílvia Rodrigues (cinco famílias), município de Mirassol D'Oeste/MT. Totalizando cinquenta e sete famílias nos quatro assentamentos, e do ponto de vista da amostra, os percentuais de famílias que foram entrevistadas variaram de 32% a 60%, sendo que do total das famílias que compõem a ARPA 40,35% são do universo que compõe a amostra.

A ARPEP é formada por um grupo de mulheres agricultoras de três assentamentos e uma comunidade tradicional, localizada na região de Cáceres e Mirassol D'Oeste em Mato Grosso, com a missão de promover a organização produtiva, social e econômica das agricultoras rurais através da agroecologia e do agroextrativismo. Os assentamentos são formados por três grupos de mulheres: Margarida Alves (doze famílias), município de Mirassol D'Oeste/MT; Amigas do Cerrado (oito famílias), município de Cáceres/MT; Amigas da Fronteira (oito famílias), município de Cáceres/MT e; uma comunidade tradicional, Frutos da Terra (cinco famílias), município de Cáceres/MT. Totalizando trinta e três famílias nos três assentamentos e na comunidade, e com relação à amostra, os percentuais das famílias que foram entrevistadas variaram de 40% a 75%, sendo que do total das famílias que compõem a ARPEP cerca de 57,57% formam o universo amostral.

Também foram utilizadas técnicas etnográficas nesta pesquisa, como a realização de entrevistas estruturadas, visitas *in loco*, conversas informais com os associados, observação e escuta, complementando, dessa forma, os dados quantitativos e qualitativos obtidos através da técnica de investigação e análise produzida pelo programa UCINET. Quanto à elaboração da pesquisa em si, faz-se necessário relatar os caminhos percorridos até chegar ao resultado que será apresentado no decorrer do trabalho.

Em primeiro lugar eu não sou ativista no segmento das associações, ou seja, não sou ligada aos sindicatos, às ONGs, etc., porém, eu comentei com alguns professores da UNEMAT sobre meu interesse em pesquisar o relativo sucesso de duas associações agroecológicas da nossa região a ARPA e a ARPEP em se manter no mercado por muito tempo apesar da predominância do agronegócio no estado de Mato Grosso. Então, foi a partir desse compartilhamento que se abriram as portas para mim junto à ONG FASE, instituição que foi e é considerada autogestora da ARPA e da ARPEP. E, assim, foi possível ter acesso às diretorias das associações. Houve espaço para eu fazer a apresentação do esboço do meu projeto de pesquisa e sentir se seria viável dar continuidade ao trabalho caso houvesse a adesão dos atores diretamente envolvidos nesse processo. Assim, esse primeiro desafio foi vencido, pois as associações sinalizaram interesse em participar da pesquisa. Portanto, eu tive facilidade no

acesso às informações referentes às associações, tanto em relação às fontes secundárias, obtidas através dos livros atas, relatórios, pareceres, etc., quanto às fontes primárias colhidas *in loco*, através da aplicação do questionário para medir capital social (QM-CSC), assim como por meio das entrevistas e da observação direta.

O QM-CSC foi ajustado à realidade da pesquisa, e após a redação do mesmo, este foi testado, e para tanto foi realizado o pré-teste ou questionário piloto junto à comunidade Cinturão Verde, também formada por agricultores familiares. O objetivo deste teste foi sentir se havia rejeição ou necessidade de se realizar quaisquer ajustes nos questionários. A aplicação do questionário piloto se deu nos dias 17 e 18 de novembro de 2016, houve pequenos ajustes quanto à redação das perguntas uma vez que se observou a necessidade de torná-las de mais fácil entendimento. Após essa etapa, deu-se início à coleta dos dados primários, ou seja, a aplicação tanto do anexo A (QM-CSC) junto às organizações, quanto do anexo B nos domicílios dos agricultores familiares. Esse processo ocorreu durante todo o ano de 2017. No início do ano, no dia 07 de janeiro de 2017 foi realizada a Assembleia Geral dos associados da ARPA, e teve início às 7h30 estendendo-se ao longo do dia, apenas com intervalo para o almoço. Foram discutidos tanto as perspectivas para 2017, quanto os assuntos relacionados à atuação da associação no exercício de 2016, tais como a prestação de contas e informações sobre a conjuntura econômica do Brasil, em especial as relacionadas às políticas públicas que impactaram na agricultura familiar em 2016. Nesse sentido, conseqüentemente, as metas para o Planejamento do ano em curso foram traçadas.

Nesse dia foi possível agendar as datas para eu aplicar os questionários junto aos associados da ARPA, posto que participaram dessa Assembleia cerca de quarenta associados dos assentamentos Roseli Nunes, Margarida Alves, Sílvio Rodrigues, Florestan Fernandes e representantes da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), do Centro de Tecnologia Alternativa (CTA) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Como houve uma majoritária preferência para que as entrevistas fossem realizadas aos finais de semana, apliquei os questionários e/ou entrevistas conforme segue: Assentamento Roseli Nunes dias 18/03 e 09/04; Margarida Alves 25/03 e 15/04; Sílvio Rodrigues 01/04; Florestan Fernandes 08/04 e 20/04.

No tocante à ARPEP, em fevereiro de 2017, nos dias 16 e 17 foi realizada a Assembleia Geral, no Assentamento Corixinha (divisa com a Bolívia) cujo objetivo foi avaliar o contexto atual da associação e a partir de aí construir o planejamento de ações para o ano de 2017. Esta assembleia foi produzida pelas organizações parceiras, a FASE, e a STTR de Cáceres e contou com a participação de vinte e oito agricultoras dos grupos Amigas do Cerrado, Amigas da

Fronteira, Margaridas e Frutos da Terra. Foi um momento muito rico, em que eu pude participar mais de perto da vivência das agricultoras familiares agroextrativistas pertencentes à ARPEP. De início foi traçado o histórico da ARPEP através da linha do tempo contemplando os acontecimentos que marcaram a trajetória da associação desde a sua criação até aquele momento. Ao final do segundo dia as agricultoras já tinham subsídios suficientes para traçar metas e ações de curto, médio e longo prazo que viabilizassem a construção do Plano Estratégico de Resistência (PER), sendo que as ações de curto prazo (prioritárias) contida nesse plano foram inseridas no Planejamento Anual da ARPEP, a serem realizadas no exercício de 2017. Ressalta-se a contribuição dos técnicos da FASE/MT que me ajudaram na etapa da coleta de dados junto às associações. Em vários momentos eu pude participar dos encontros traçados no Planejamento e ali dar andamento a minha pesquisa.

Isso se materializou quando tive a oportunidade de dar andamento a aplicação do questionário QM-CSC nos grupos das mulheres da ARPEP nos dias: 09/05 e 13/06 Amigas do Cerrado; 11/05 e 15/06 Frutos da Terra; 23/05 e 20/06 Amigas da Fronteira (assentamento corixinha na divisa com a Bolívia); 26/05 e 27/06 Margaridas. Por estarem na zona rural eu optei por aplicar o questionário o dia todo de acordo com as datas elencadas acima, previamente agendadas com os envolvidos. Em relação ao questionário do Anexo A referentes às organizações, a sua aplicação ocorreu entre os meses de julho e agosto de 2017. Algumas dessas organizações que são ligadas aos órgãos públicos nas três esferas – tais como atores dos municípios de Cáceres, e de Mirassol D'Oeste; agentes das esferas estadual e federal localizadas em Cuiabá, além de atores ligados a outras categorias como ONGs das redes estadual e federal – foram contatados por mim via telefone e por e-mail, devido aos custos do deslocamento.

Estrutura e tópicos dos capítulos

O trabalho está organizado em três capítulos, além desta introdução. O capítulo 1 aborda questões sobre o referencial teórico, ou seja, envolve os conceitos de associativismo, Nova Economia Institucional (NEI) e capital social. O associativismo é discutido com autores que destacam a importância desta prática política para o desenvolvimento da democracia. A NEI é abordada principalmente através da literatura que discute a questão do capital social, e este por fim, foi discutido através da literatura que diz respeito a sua relação com a teoria sobre formação de redes.

No capítulo 2 são apresentados os resultados empíricos da pesquisa sobre a análise do capital social da ARPA e da ARPEP no período de 2005 a 2016. São trazidos dados referentes ao perfil socioeconômico dos associados e utilizada a ferramenta Questionário para Medir Capital Social Comunitário (QM-CSC) do Banco Mundial adaptado à realidade da pesquisa. Portanto, demonstra como os relacionamentos ajudam no cumprimento dos objetivos das associações.

No capítulo 3 são apresentados os resultados empíricos sobre rede social – UCINET: resultados grafos (sociogramas) estatísticos e analíticos das redes sociais da ARPA e da ARPEP e suas conexões. Este capítulo analisa a tipologia das redes sociais formadas nas associações quanto às suas estruturas e ao foco de atuação.

E por fim são apresentadas as considerações finais acerca do conjunto do trabalho.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Introdução

Este capítulo trata do referencial teórico que norteia esta pesquisa, ou seja, as questões referentes ao associativismo, à Nova Economia Institucional (NEI) e ao capital social. O associativismo busca o fortalecimento da democracia, segundo Alexis de Tocqueville (1998). Conforme Coase (1937), a NEI traz o papel das instituições como fundamental para reduzir as incertezas do mercado, diminuir os custos de transação e a partir daí incentivar o avanço das ações humanas coordenadas. E o capital social é o conjunto das relações sociais na qual um indivíduo se encontra inserido, ajudando a atingir determinados objetivos que, sem tais relações, seriam inalcançáveis ou somente alcançáveis a um custo de transação mais elevado (COLEMAN, 1990).

1.2 Associativismo e Democracia

Alexis de Tocqueville (1998) foi um dos primeiros intelectuais a enfatizar a importância do associativismo para o fortalecimento da democracia. O autor analisa a sociedade norte-americana de sua época – século XIX num contexto histórico liberal – por meio de inúmeras associações civis. Ele acreditava que a união dos indivíduos, através de ações coletivas poderia fortalecê-los em busca de interesses comuns, o que chamou de a “arte da associação”. Além disso, as associações passam a ser um meio alternativo para se fortalecer os desfavorecidos em função das condições desiguais de distribuição de renda e de poder, caso estes fossem analisados de forma individual.

Segundo o autor (1998, p.391-2),

Americanos de todas as idades, de todas as condições, de todos os espíritos, estão constantemente a se unir. Não só possuem associações comerciais e industriais, nas quais todos tomam parte, como ainda existem mil outras espécies: religiosas, morais, graves, fúteis, muito gerais e muito particulares, imensas e muito pequenas; os americanos associam-se para dar festas, fundar seminários, construir hotéis, edificar igrejas, distribuir livros, enviar missionários aos antípodas; assim também, criam hospitais, prisões, escolas... Assim, o país mais democrático da terra verifica-se ser aquele onde os homens mais aperfeiçoaram hoje em dia a arte de procurar em comum

o objeto dos seus comuns desejos e aplicaram ao maior número de objetos essa ciência nova.

Na visão de Tocqueville as associações seriam espaços de socialização e agregação de interesses no interior de diversas classes e grupos sociais, em contrário com as tendências perversas e insidiosas despóticas. Portanto, a sua visão de associação é totalmente despolitizada, prevalecem os hábitos de colaboração e de solidariedade. Nessa mesma linha de raciocínio, Putnam (2002, p.103-4) corrobora com Tocqueville ao afirmar:

Diz-se que as associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só por causa de seus efeitos “internos” sobre o indivíduo, mas também por causa de seus efeitos “externos” sobre a sociedade. No âmbito interno, as associações incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público [...]. A participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos. Além disso, quando os indivíduos pertencem a grupos heterogêneos com diferentes tipos de objetivos e membros, suas atitudes se tornam mais moderadas em virtude da interação grupal e das múltiplas pressões. Tais efeitos, é bom que se diga, não pressupõem que o objetivo manifesto da associação seja político. Fazer parte de uma sociedade orfeônica ou de um clube de ornitólogos pode desenvolver a autodisciplina e o espírito de colaboração.

Percebe-se em ambos os autores a importância do associativismo sobre os indivíduos. Para eles as associações proporcionariam aos indivíduos o aprendizado para o civismo, uma melhor convivência democrática. E, portanto, uma visão da sociedade civil despolitizada. Putnam (2002) traz o conceito de sociedade civil e a ideia de “capital social”, ou seja, a visão de sociedade civil despolitizada, uma sociedade com estoque de capital social – formas de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica – seria uma sociedade sem conflitos, pautada pela solidariedade, cooperação, confiança e reconhecimento mútuo. Nessa concepção de sociedade civil, as associações civis teriam um papel importante no estímulo do convívio democrático entre os indivíduos, gerando um ambiente social de solidariedade e confiança mútua. Portanto, um espaço de cooperação, educação cívica e de interação entre iguais. Por outro lado, Habermas (1996) avança no conceito de sociedade civil (famílias, associações, movimentos sociais) com a inclusão do elemento “formas de comunicação pública”, por meio da teoria da ação comunicativa. Porém, o conceito de sociedade civil ainda seria considerado específico e delimitado, pois não conteria o compartilhamento do poder.

1.2.1 Associativismo e Democracia no Brasil

No Brasil, após um longo processo de mobilização e de luta social, anos 70 e 80, as associações e demais organizações da sociedade civil ganharam um novo papel político, sobretudo a partir da Constituição Federal de 1988. Conforme Avritzer (1997), nos anos 1970 surge um novo associativismo o qual rompe com os padrões tradicionais (homogeneidade, baixa densidade), isto é, o associativismo passa a ser pensado sob a ótica da constituição de um processo de pluralização, tendo em vista o aumento no número e nos tipos de associações existentes. Nesse sentido, a década de 80 foi marcada pelo processo de abertura política, redemocratização do Estado brasileiro, muita pressão e luta social. Os diversos grupos, movimentos sociais, associações e sindicatos defendiam um projeto democrático para o país, em oposição a um Estado autoritário. Esse processo de luta marcado pela influência de uma pluralidade de forças e sujeitos políticos, protagonistas das mudanças ocorridas na sociedade brasileira, conseguiu ter força e expressão política para provocar uma verdadeira democratização no nível institucional-legal do sistema político brasileiro, culminando com a promulgação da carta constitucional de 1988.

A Constituição Federal de 1988 teve o firme propósito de sanar a dívida social que há muito tempo ficou em segundo plano. Este objetivo materializou-se através da construção de um Estado Social por meio de legislação específica nas áreas de saúde, da previdência, da assistência social, do meio ambiente, etc., que foram implementadas com a universalização das políticas públicas direcionadas a esses segmentos, além de incentivar a promoção da cidadania. Segundo Fleury (2008), a Constituição Federal de 1988 representa uma profunda transformação no padrão de proteção social brasileira, visto que o modelo de seguridade social, defendido nesse instrumento, privilegia a uniformização da cidadania, pois, além da previdência, inclui saúde e assistência social, e introduz a noção de direitos sociais universais como parte da condição de cidadania, antes restritos à população beneficiária da previdência.

Assim, segundo Avritzer (2007), a década de 1990 foi marcada por dois fenômenos importantes: 1) o crescimento de associações civis locais, especialmente nas grandes capitais e 2) a disseminação de ONGs no Brasil, principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste, cujo objetivo foi atingir a autonomia da sociedade civil por parte de seus atores sociais, cuja pauta de reivindicações estava centrada nas seguintes ações: contribuição à consolidação de novos sujeitos políticos e movimentos sociais; busca por alternativas de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis e socialmente justas; compromisso de luta contra a exclusão, a

miséria e as dificuldades sociais; e promoção de direitos, construção da cidadania e da defesa da ética na política para a consolidação da democracia. Ademais, é importante salientar o caráter descentralizador e democrático da administração pública de tal modo que a partir de 1993 já era possível se verificar a descentralização política e financeira dos entes federativos – os municípios, enquanto entes federados tornaram-se responsáveis pela execução de boa parte das políticas públicas (saúde, educação, segurança).

O mesmo autor traz como relevante a participação das instituições participativas que influenciaram as políticas públicas no Brasil democrático através da atuação dos conselhos de políticas e também dos orçamentos participativos. Os conselhos surgiram das leis específicas ou infraconstitucionais que vieram para regularizar os artigos da Constituição Federal de 1988 nas áreas da saúde, da assistência social, da criança e do adolescente e de políticas urbanas (AVRITZER, 2007). Nesse sentido, as legislações federais – tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto das Cidades, a Lei Orgânica da Saúde (LOS) e a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) – estabeleceram a participação da sociedade civil em conselhos nos diferentes níveis administrativos, seja no âmbito da elaboração ou da implementação de políticas públicas, o que favoreceu a atuação no controle social das mesmas. Outra forma de instituição participativa é o orçamento participativo, em que há ampla participação popular na discussão de políticas públicas em nível local. A primeira experiência desse tipo ocorreu na cidade de Porto Alegre em 1990, em seguida o orçamento participativo foi implementado em outras cidades, a exemplo de Belo Horizonte, São Paulo e Recife.

Nessa mesma linha de raciocínio, Almeida (1999) e Ehlers (1996) trazem como aspecto importante desse período a mudança empreendida sobre a sociedade civil, isto é, ampliou-se as amplas formas de expressão dos seus agentes, agora representados por instituições como ONGs, associações, cooperativas, dentre outros, que passaram a atuar como atores proativos e propositivos das suas necessidades. Assim sendo, após a conquista democrática com a Constituição de 1988, as associações civis ganharam novas atribuições. Elas passam a exercer o papel de protagonista no exercício do controle social e na influência das políticas sociais em todos os níveis da federação intermediada pela participação da sociedade nos conselhos de políticas públicas, conferências, orçamentos participativos, etc. Percebe-se que essa conquista alcançada pelas associações civis tem como principal objetivo o compartilhamento do poder político entre o Estado e a sociedade civil. Boschi (1987, p.34) já argumentava que “havendo alguma liberdade de associação, os movimentos de cidadãos tentarão atuar contra a centralização excessiva do processo de decisão”. Portanto, o compartilhamento do poder político seria decorrência natural do progressivo avanço democrático na sociedade civil e no Estado. Além disso, a década de 90 foi

marcada por fatos importantes tais como: o processo de globalização; a realização de inúmeras Conferências (fóruns locais, regionais, nacionais e internacionais); surgimento de outros atores coletivos (ONGs, movimentos contra violência, etc.). Esses fatos impulsionaram novas formas de institucionalidade, de sociabilidade – cooperações solidárias, permitindo que a abordagem de atuação em forma de redes passasse a tomar corpo no interior das análises sobre movimentos sociais. Essa lógica de cooperação solidária passa, então, a ser estimulada entre organizações voluntárias, pastorais, dentre outras.²

Este crescimento vertiginoso das associações no Brasil, portanto, pode ser demonstrado pela análise dos dados do IBGE (2004), que aponta para uma evolução em termos percentuais das associações civis no Brasil de 157% entre 1996 e 2002. As entidades que atuam na área de meio ambiente; proteção animal e desenvolvimento; de defesa de direitos e associações de produtores rurais, nesse mesmo período, cresceram 309%, 303% e 464%, respectivamente. Destaca-se, portanto, alguns fatores que contribuíram para esse crescimento expressivo da sociedade civil organizada no país a partir da década de 1990: o processo de abertura política, a redemocratização e a posterior consolidação da democracia; a existência de programas e fundos públicos direcionados às associações civis; as condicionalidades impostas pelo Estado, isto é, a obrigatoriedade de formalização de grupos populares ou de trabalhadores, para o exercício de certos direitos ou acesso a benefícios, por exemplo, a necessidade de formalização de associações de trabalhadores rurais e agricultores como condição para o recebimento de empréstimo e financiamento público (PRONAF, PAA). A existência de milhares de conselhos de políticas públicas, as associações civis e demais organizações da sociedade civil, passam a assumir o papel de agente responsável para exercer democraticamente o controle social das políticas públicas, assim como influenciar a sua elaboração e configuração.

Segundo Ganança (2006), em 2002 havia aproximadamente 276 mil associações civis no país, empregando 1,5 milhões de pessoas, sendo 62% dessas associações organizações relativamente novas, constituídas a partir de 1991. Esse mesmo autor traz algumas associações civis que se destacaram sob o aspecto do fenômeno político em 2002:

O associativismo religioso foi o mais expressivo segmento associativo brasileiro, representando 25,5% do total das associações, porém, possuem apenas 6,6% do pessoal ocupado assalariado total. Portanto, prevalece principalmente o trabalho voluntário e também o trabalho não formal. Existiam 70.446 associações voltadas para objetivos confessionais, para o compartilhamento de crenças e valores ligados à espiritualidade e à religião (GANANÇA, 2006 p.38).

² Ainda, nesse período, aflorou a noção de sustentabilidade e meio ambiente, que sendo contrário ao modelo agrícola da “revolução verde” surgem os modelos técnico-produtivos denominados alternativos, ecológicos, orgânicos, dentre outras nomenclaturas.

As associações ligadas à Educação e à Saúde correspondiam a aproximadamente 8% do universo associativo brasileiro, mas possuíam 52% do pessoal ocupado assalariado. Já as entidades de assistência social (filantrópicas) representavam 12% do universo total, reunindo aproximadamente 32 mil associados (orfanatos, albergues, asilos, centro de reabilitação, obras sociais diversas, etc.). A partir de 1993, a LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, detalhou a política de assistência social como uma política de direitos, descentralizada e participativa através de conselhos deliberativos. Quanto aos números, as associações de moradores e associações comunitárias, em 2002, somavam cerca de 38 mil organizações que representavam juntas 13,7% do universo associativo brasileiro. Cresceram 337% e 334,7%, respectivamente, no período entre 1996 e 2002.

Voltando um pouco no tempo, faz-se necessário fazer referência a obra de Renato Raul Boschi (1987) para entender o crescimento expressivo das associações comunitárias no Brasil urbano. Entre 1977 a meados da década de 1980, o autor diz que as associações de moradores seriam “um impulso autonomista e inovador na rejeição das formas tradicionais de atuação e na criação de alternativas no nível das próprias coletividades” (BOSCHI, 1987, p.14). Segundo o autor uma das causas principais para essa expansão de crescimento foi o intenso processo de urbanização que o Brasil vivenciou a partir da década de 1950. Porém, alguns fatores contribuíram para o crescimento do campo associativo, como: a súbita interrupção do processo de crescimento econômico, a liberalização do regime militar e a revogação do Ato Institucional número 5 (AI-5), restabelecendo as garantias constitucionais à liberdade associativa.

Porém, o que poderia justificar o expressivo crescimento desse segmento associativo no período de 1996 a 2002, é citado por Ganança (2006, p.51) que traz algumas hipóteses, como: a existência de incentivos governamentais por meio de programas de governo voltados para a habitação popular, que prevejam o repasse de recursos públicos para as associações; o surgimento de um novo tipo associativo, principalmente na periferia dos grandes centros urbanos, de associações comunitárias voltadas para objetivos mais específicos – ações culturais (hip-hop, cultura popular, etc.), práticas esportivas e geração de renda; a mudança da estratégia de luta dos movimentos pela reforma urbana, em redes, fóruns e movimentos nacionais, visando à construção de uma política pública integrada e participativa.

As associações culturais e recreativas reuniram 37.539 associações, representando 13,6% do universo associativo brasileiro. Destas, 10.645 entidades (3,86%) são as associações culturais. As associações recreativas e esportivas representavam 9,75% correspondendo a 26.894 entidades. As associações profissionais representavam 16.151 entidades (5,85%) do universo total, isto é um grupo formado por associações de funcionários de empresas,

associações de profissionais liberais (médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, contabilistas); associações profissionais de caráter corporativo (motoristas de táxi, costureiras, vendedores ambulantes, transporte alternativo) e associações de servidores públicos (municipais, agentes de saúde, policiais, procuradores, etc.).

As associações empresariais e patronais representavam tanto as associações comerciais e industriais, quanto as associações de lojistas, câmaras de dirigentes lojistas e associações de micro e pequenas empresas, totalizando 1,6% do universo, com 1.756 entidades. De acordo com dados da pesquisa do IBGE/Ipea (2004), em 1996 o Brasil tinha 4.412 associações de produtores rurais; em 2002, esse número passou para 24.897 – um crescimento de 464,3%. Esse segmento correspondia a 9% do universo associativo brasileiro em 2002. Uma das possíveis causas para esse expressivo crescimento das associações de produtores rurais nesse período pode ter sido influenciada pelos programas implementados pelo Estado, cujo objetivo era incentivar a formação de um associativismo produtivo na área rural, como o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, e outros programas de empréstimo e incentivos para agricultores voltados às associações de produtores e agricultores.

Em 2003 foi constituído o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), formado por empreendimentos econômicos solidários (associações produtivas, cooperativas, empresas autogestoras), por entidades de apoio, fomento e assessoria (ONGs de defesa de direitos, universidades incubadoras, movimento sindical, organizações da igreja), por movimentos sociais, com o objetivo de articular e mobilizar as bases da economia solidária pelo país. De acordo com Ministério do Trabalho e Emprego (2006) a forma constitutiva dos empreendimentos solidários é basicamente associativa (54%), seguida por grupos informais (33%) e por cooperativas (11%). E essa forma de organização associativa predomina nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Diante do exposto, ficou claro a importância do associativismo na busca do desenvolvimento e da democracia, que por sua vez está intrinsecamente ligada à abordagem da Nova Economia Institucional (NEI) que discute a cooperação entre indivíduos e grupos, objetivando a diminuição dos custos de transação e, portanto, impactando na eficiência das associações.

1.3 Nova Economia Institucional (NEI) – Desenho das Instituições

Para entender a dinâmica das associações agroecológicas ARPA e ARPEP faz-se importante conhecer o capital social e o desenho institucional de cada uma delas. Nesta seção foram utilizados os referenciais teóricos da Nova Economia Institucional (NEI), uma vez que esta abordagem privilegia a análise das regras (formais e informais) presentes no ambiente e como esse desenho institucional interfere na eficiência das organizações, e, conseqüentemente na competitividade das mesmas.

A Nova Economia Institucional (NEI) surgiu nas décadas de 1960 e 1970, quando um grupo de economistas, dentre os principais, Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglas North, tentaram explicar de forma endógena o surgimento e evolução das instituições econômicas e sociais. Os “novos institucionalistas”, como são chamados esses pensadores, procuraram analisar a importância das instituições para explicar os processos econômicos.

Segundo Abramovay (2001), o institucionalismo contemporâneo, desde o trabalho pioneiro de Ronald Coase (1937), parte da premissa de que as transações, ou seja, comprar, vender, estabelecer contratos e exigir seu cumprimento, estimulam o desenvolvimento da vida material da sociedade e são fundamentais na determinação dos custos de uma economia. As instituições cumprem o papel de reduzir as incertezas, e daí incentivar os avanços das ações humanas coordenadas, ou seja, as condutas humanas passam a ser minimamente previsíveis, contribuindo dessa forma para a diminuição desses custos de transação.

North (1998) define instituições como um conjunto de regras formais, instituídas e impostas pelo Estado (Constituições e demais leis específicas), e informais, elaboradas pela sociedade (costumes, regulamentos internos, convenções, contratos, etc.), que determinam a interação dos agentes no ambiente social e econômico, orientando a trajetória do desenvolvimento socioeconômico (NORTH, 1998, p.61-62). Portanto, para o autor as instituições representam os arranjos e as estratégias socialmente constituídos com o intuito de favorecer a obtenção de conquistas coletivas, reprimindo as racionalidades individuais que estejam baseadas em opções oportunistas egoístas.

North (1990) traz a preocupação em desenvolver mecanismos que contribuam para baixar os custos de transação dos contratos, pois, tais custos são um dos principais elementos responsáveis pela estagnação histórica no desenvolvimento socioeconômico de uma nação. Segundo Pondé (1996), os custos de transação são de busca por informação, planejamento,

monitoramento das interações entre os agentes em uma transação, garantindo que o cumprimento dos termos contratuais se faça de maneira satisfatória para as partes envolvidas. Williamson (1985) afirma que os custos de transação estão presentes, com diferentes intensidades, nos contratos firmados entre as unidades econômicas participantes. E podem ser de dois tipos: 1) os custos de negociar e fixar as contrapartidas e salvaguardas do contrato, e, 2) os custos de monitorar, renegociar e adaptar os termos contratuais às novas circunstâncias. Ainda corroborando esse assunto, North (1990) acrescenta que, a capacidade de fazer cumprir contratos só pode ser compreendida como resultado histórico da formação de certo ambiente institucional. Ostrom (1990) defende que a eficiência das instituições está condicionada pela clara definição de normas e pelo grau de interação social presente dentre os atores. Estes fatores estão diretamente associados à existência de relações de confiança entre eles, à consolidação de sistemas de supervisão mútua e de sanções, e ao estabelecimento de compromissos críveis. Bueno (2003) assegura que a principal proposição da NEI é que as instituições sociais e econômicas se formam para resolver, com níveis distintos de eficiência em diferentes sociedades, o problema da cooperação entre os indivíduos. Para que a cooperação, inerente ao funcionamento de uma economia de mercado, possa ocorrer de forma sistemática os indivíduos precisam confiar naqueles com os quais estão negociando ou, na falta dessa confiança pessoal, nas instituições que induzem ou restringem o comportamento individual em favor da cooperação.

Portanto, os novos institucionalistas defendem que os ambientes institucionais são propícios para resolver comportamentos oportunistas e a racionalidade limitada dos indivíduos, pois as instituições criam regras formais e informais que são restrições deliberadas ao comportamento humano, que, por sua vez, reduzem as margens de incertezas envolvidas nas interações sociais, minimizando os custos de transação. A visão da NEI sobre o conceito de instituições vem ao encontro do conceito de capital social. Pois, segundo Putnam (1996), a eficiência das instituições é fortemente condicionada pelo conjunto de características específicas de uma dada organização social, tais como laços de confiança, normas, sistemas, redes de interação e cadeia de relações sociais – esse conjunto de características é o que constitui o capital social.

Nessa mesma linha de raciocínio, Fukuyama (1996) entende a confiança como a base da existência do capital social. É a expectativa que nasce no seio de uma comunidade de comportamento estável, honesto e cooperativo, baseado em normas compartilhadas pelos membros da comunidade. Porém, existem muitas sociedades em que há expectativa de que outras pessoas trapaceiem regularmente, levando a um déficit de confiança. Porém, segundo

esse autor, depois de repetidas interações entre os indivíduos é possível haver cooperação entre eles porque os atores passam a apostar na honestidade, integridade e na reputação, um do outro. Então, esse autor entende o capital social como o produto espontâneo dos jogos repetidos do dilema do prisioneiro. Ribeiro (2011, p. 93) afirma que:

Para Fukuyama a função econômica do capital social consiste em reduzir os custos de transação próprios da coordenação formal de contratos, hierarquias, regras burocráticas. Nenhum contrato pode especificar todas as contingências possíveis que podem aparecer entre as partes. Então, deve pressupor certa quantidade de boa intenção para prevenir que as partes levem vantagens não previstas no acordo formal.

Portanto, conhecer o desenho das instituições que compõe as redes sociais da ARPA e da ARPEP contribuirá decisivamente para entender como se dá a dinâmica dessas associações, o capital social presente em cada sociedade e os atores que participam desse cenário.

1.4 Capital Social – Empoderamento

Em relação ao alcance do conceito de capital social, não há um consenso sobre suas implicações técnicas e operativas, mas é possível concebê-lo em termos de relações e mobilizações sociais que visam obter resultados. Pode ser, no entanto, entendido como um estoque ou acumulação de confiança, expectativas e reciprocidades, fluxos de informação e de intercâmbios, seja a partir de relações primárias mais próximas (família), ou de menores proximidades afetivas e emocionais (redes e associações), seja a partir de regras formais e institucionais internalizadas ou como recurso dos grupos excluídos para enfrentar condições de pobreza e precariedade (NOVAKOVSKY, 2003).

A apropriação do termo capital social pela academia deu-se recentemente, a partir de 1980. Foi a partir de Bourdieu (1998; 2004) e de Coleman (1988) que a categoria capital social foi introduzida no debate contemporâneo. Porém, merecem destaques autores como Putnam (2002), Fukuyama (1996), NanLin (2001), Portes (2000), Ostrom e Ahn (2003) e Woolcock e Narayan (1998). Na América do Sul, Durston (1999; 2000; 2002) e no Brasil, Boschi (1999), Franco (2001), Higgins (2005) e Baquero (2006), dentre outros.

O Banco Mundial, a partir dos 1990, passou a utilizar como critérios na avaliação de projetos de desenvolvimento, quatro formas básicas de capital: o *capital natural*, formado a partir de recursos oriundos do meio ambiente e utilizados pelo ser humano (solo, água ou madeira); o *capital físico*, ou riquezas apropriadas, modificadas e aproveitadas pela sociedade

(infraestrutura, habitação e reservas financeiras); o *capital humano*, percebido no âmbito educacional ou na saúde coletiva de uma população; e o *capital social*.

Bourdieu (1988) apresenta uma análise sistemática sobre o capital social referindo-se à estrutura social, isto é, o capital social é resultado das interações contínuas entre as pessoas e suas respectivas posições ocupadas em uma estrutura social. Portanto, os indivíduos estão inseridos em uma grande teia de relações sociais, tendo a possibilidade de beneficiar-se de suas posições, ou, ainda, influenciar outros agentes da rede. Bourdieu (2004, p.67), define capital social como um:

[...] conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas [...] ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns [...], mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (grifos originais)

Percebe-se que o autor enfatiza o capital social como um ativo impessoal que oferece vantagens aos indivíduos, famílias ou grupos que estão mais bem relacionados. Portanto, o volume de capital social que um agente individual possui depende da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume dos capitais econômico, cultural ou simbólico que são exclusivos de cada um daqueles através dos quais está ligado (BOURDIEU, 2004). Bourdieu (2004) defende que as redes de relações são produto do trabalho das pessoas para produzir e reproduzir relações duráveis e úteis que possam proporcionar lucros materiais ou simbólicos.

[...] A reprodução do capital social também é tributária do trabalho de sociabilidade, série contínua de trocas onde se afirma e reafirma incessantemente o reconhecimento e que supõe, além de uma competência específica (conhecimento das relações genealógicas e das ligações reais e arte de utilizá-las, etc.) e de uma disposição adquirida para obter e manter essa competência, um dispêndio constante de tempo e esforços [...] e também, muito frequentemente, de capital econômico (BOURDIEU, 2004, p.68).

Bourdieu (2004) questiona o interesse estreito da teoria econômica cuja linha de pensamento está norteada pela existência de um ator puramente racional ou acerca de determinações estritamente econômicas. Esse pensamento fica bem caracterizado na sua obra *Economia das Trocas Simbólicas* (2007), na qual são apresentadas discussões sobre o arranjo interno do campo simbólico, que parte do reconhecimento do indivíduo, que também pode ser influenciado por vertentes políticas e ideológicas. Nesse sentido, Bourdieu (2004) afirma que, para que se possa compreender melhor os fenômenos do capital social, faz-se necessário aplicar as categorias de “campo” e “*habitus*” nas relações sociais existentes entre os atores. O autor define *habitus* como

[...] um sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins dos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para esse fim. (BOURDIEU, 1983, p. 94)

Portanto, o *habitus* emana das relações sociais e é interiorizado pelos agentes que estão em determinado campo, entendido como espaço social. Dessa forma, o campo é compreendido a partir das relações de forças que o caracterizam, que dependem, por sua vez, da relação entre os diferentes recursos do próprio campo. Assim, a depender das posições ocupadas por cada agente social, existe uma movimentação, objetivando conquistas, a partir de interesses específicos a este “local” de interações. A ideia de que as redes sociais constituem um multiplicador das outras formas de capital (cultural, simbólico, monetário) dependerá exatamente do montante de recursos que estão nas redes, e ainda, se tais recursos estarão disponíveis ou não. Percebe-se que o autor defende a ideia de capital social voltada para a estrutura social e econômica nas quais estão inseridos indivíduos e classes sociais.

Porém, a ideia de capital social definida por Bourdieu sofreu várias críticas. Ao analisar o assunto, Ribeiro (2011, p. 85) afirma que:

A perspectiva de Bourdieu sofreu várias críticas. [...] embora reconheça a força de uma estrutura social, bem como o capital social como um recurso que está distribuído de forma desigual, é de que essas condições não se dão de forma absoluta. Em outras palavras, mesmo numa estrutura de rede de relações totalmente desfavorável, determinados grupos sociais encontram mecanismos (por exemplo, incluindo-se em novas redes, buscando outros contatos) importantes que demonstram a importância de laços cooperativos e de solidariedade capazes de alavancar profundas mudanças.

Destarte, as explicações de Bourdieu sobre capital social não alcançam situações universais. Portes (2000) considera que a tese defendida por Bourdieu é totalmente instrumental, pois o modelo baseava-se no proveito pessoal que os indivíduos obtinham ao participarem de determinadas estruturas sociais, ou seja, uma perspectiva individualista.

Ao longo de toda a sua análise, Bourdieu acentua “a conversibilidade das diversas formas de capital e a redução, em última instância, de todas essas formas a capital econômico”, definido como trabalho humano acumulado (PORTES, 2000, p.135).

Consequentemente, persiste a necessidade de avançar na análise para além da objetividade real e de relações restritas ao campo econômico, isto é, faz-se necessário inserir outras utilidades nas redes de relações sociais buscando uma discussão subjetiva do capital social. Além disso, Ostrom e Ahn (2003) também questionam a tese de Bourdieu – intitulando essa abordagem de “minimalista”, pois, eles consideram que a tese defendida pelo autor está

presa ao acesso de indivíduos a redes pessoais favoráveis, conforme a posição de classe, ou seja, o capital social pertenceria a cada indivíduo, às vezes à custa dos demais.

Uma percepção diversa é encontrada nos estudos de Coleman (1988) que discute a criação de elementos de capital humano, daí a sua formação se faz tanto pelo indivíduo quanto coletivamente. O autor aborda o conceito de capital social a partir da atitude individualizada, sendo as aptidões individuais suas promotoras. Ele definiu capital social partindo de sua função como uma “[...] variedade de entidades de dois elementos em comum: todas elas consistem num certo aspecto das estruturas sociais e facilitam determinadas ações dos atores – pessoas ou atores coletivos – no interior da estrutura” (COLEMAN, 1988, p. 98). Coleman procurou analisar como a Sociologia e a Economia entendiam por ação social e ator social. Por meio dessa análise ele chegou à seguinte conclusão: o indivíduo age com metas e interesses e atua dentro dos limites do seu entorno – estrutura social. Por conseguinte, o capital social existente em determinada estrutura social cumpre a função de servir como recurso para que os atores individuais atinjam suas metas e satisfaçam seus interesses.

O autor traz os elementos que fazem parte dessa funcionalidade: 1) obrigações, expectativas e lealdade – sendo que os graus de reciprocidade dependem do tempo e do motivo; 2) canais de informação – reduzem custos através de pessoas que têm informações pertinentes e as compartilham com a rede social; e, 3) normas e sanções estabelecidas – inibem comportamentos negativos que debilitam o capital social. Segundo Coleman (1998), o capital social, assim como o capital físico e o capital humano, também facilita as atividades produtivas, sendo igualmente benéfico. Ele traz como exemplo: se um grupo social dispõe de ampla credibilidade e grande confiança mútua entre seus membros será capaz de realizar muito mais ações do que um grupo similar sem tais características. Corroborando a essa afirmativa, COLEMAN, 1990 apud Ximenes, 2008, p. 392.

Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse [...] Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e confiança [...]. Numa comunidade rural [...] onde um agricultor ajuda o outro a enfiar o seu feno e onde os implementos agrícolas são reciprocamente emprestados, o capital social permite a cada agricultor realizar o seu trabalho com menos capital físico sob a forma de utensílios e equipamentos.

Analisando o assunto, Santos (2014, p. 22), afirma:

a perspectiva de Coleman é diversa da de Bourdieu, pois demonstra que o capital social pode ser um recurso considerável para quem não está em posição privilegiada em relação aos demais. Ademais, o capital social também é um recurso que pode ser utilizado pelos indivíduos que se encontram em redes de relações sociais, que são

sustentadas por expectativas e obrigações de reciprocidade. Pode, portanto, ser entendido como um bem público.

Porém, surgem críticas às ideias defendidas por Coleman. Ribeiro (2011, p. 88), diz:

Coleman (1988) reconhece diferenças entre estruturas sociais. Considera as necessidades concretas que levam a interação social, a existência de fontes alternativas de recursos, o grau de afluência dos recursos, a capacidade de gestão que pessoas têm para obter ajuda, a coesão de recursos sociais e a logística que dinamiza mais ou menos os contatos sociais. Mas ele não é explícito em reconhecer estruturas sociais excludentes que impedem o acesso de indivíduos ou grupos a recursos de que precisam.

Portes (2000) traz algumas críticas à tese defendida por Coleman. Ele não distingue os recursos existentes em si mesmos, da capacidade que a própria sociedade tem de obtê-los em virtude da pertença a diferentes estruturas ou grupos sociais. Outra crítica é quanto à falta de distinção entre as motivações dos atores enquanto beneficiário e doadores de recursos. Ampliando essa discussão, Ribeiro (2011, p. 89), com base em Durston (1999), argumenta:

Sua perspectiva utilitarista do capital social parte do suposto de que a cooperação social se dá naturalmente ficando as diferenças de classes minimizadas. O ator social é, por excelência, tido como o indivíduo em sentido abstrato, sem história, sem arraigo social, sendo sua estratégia dominante o princípio da maximização. Não há motivações coletivas. É como se houvesse uma cooperação não intencional de jogadores egoístas.

Assim, existe uma lacuna na tese de Coleman ao deixar de fora da análise algumas variáveis importantes: as histórias vividas individualmente; os diferentes graus e posicionamento dos indivíduos, dando possibilidades diversas para esses atores acessarem qualquer tipo de recurso. Putnam (1996) afirma existir uma incisiva relação entre responsabilidade cívica, políticas públicas e desenvolvimento econômico. O autor traz a noção de capital social para a Ciência Política, cuja tese é que em sociedades nas quais os cidadãos trabalham cooperativamente para o bem comum e confiam uns nos outros apresentam melhor desempenho político e econômico. Por consequência propiciando o surgimento de uma cultura cívica e participativa (PUTNAM, 1996).

Para o autor, o capital social é amparado em conexões entre indivíduos e tem como elementos a reciprocidade e a confiança que surgem nessas relações (redes) em uma sociedade. Putnam (1996) afirma que estudos sobre capital social na área da Ciência Política expressam, como principal argumento, que as sociedades apresentam um melhor funcionamento e rendimento quando os cidadãos confiam uns nos outros e trabalham cooperativamente em prol do bem comum. Ao mesmo tempo, tais estudos destacam que indicadores de opinião pública como participação, envolvimento das pessoas nas organizações sociais e a confiança entre os

membros de uma comunidade revelam o potencial e a capacidade de atuação dos cidadãos na esfera pública (PUTNAM, 1996). Desse modo, o autor defende que o capital social está intimamente relacionado com a “virtude cívica” ou “comunidade cívica”, isto é, existe uma estreita ligação entre o capital social e a participação da sociedade civil nas questões públicas ou da coletividade, culminando na busca pelo bem público comum. Então, a força do capital social se faz presente em comunidade cívica quando incorporada em rede de relações sociais recíprocas, pois as virtudes das pessoas analisadas isoladamente não necessariamente são ricas em capital social.

Putnam (2000) traz um argumento em defesa da cultura política na comunidade cívica – nela o capital social é um fator de determinação do desenvolvimento político, social e econômico de uma região, em detrimento dos aspectos institucionais. Assim, diante das análises de Putnam (1996) sobre a Itália, na região Norte e S

l percebe-se que o capital econômico propriamente dito não consegue se acumular e se reproduzir sustentavelmente em ambientes nos quais não há um estoque suficiente de capital social. Putnam (1996), ao analisar os resultados dessa pesquisa, é enfático ao afirmar que a criação e a consolidação do capital social acontecem a partir de um processo histórico e cultural que conforma e fortalece as instituições. “O contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições” (PUTNAM, 1996, p. 191). Segundo Rennó (2001, p. 36), com base em Putnam (1996), argumenta:

A ideia de capital social, definido como as “características de uma organização social tais como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade”, oferece insights valiosos sobre o papel da confiança interpessoal (PUTNAM, 1993, p.177). A cooperação espontânea é acentuada pela presença de elementos de capital social. Recursos como a reputação e a confiabilidade individual, ambas ligadas à confiança, possibilitam a melhoria econômica pessoal. “A confiança é um componente básico do capital social”, uma vez que é a base para a formação de redes sociais (PUTNAM, 1993, p. 180). A confiança interpessoal é uma garantia de que os indivíduos se comportarão de modo previsível. Em consequência, os contratos e as leis serão respeitados e a cooperação será incentivada.

Portanto, percebe-se que, de forma diferente de Bourdieu e Coleman, Putnam concebe o capital social amparado na confiança, em normas e redes que podem facilitar a cooperação para benefícios mútuos entre os indivíduos. Porém, também surgem críticas à tese desse autor. A principal crítica vem de Alejandro Portes: o problema fundamental da tese de Putnam é a sua circularidade lógica. O capital social torna-se simultaneamente uma causa e um efeito. Por um lado, leva a resultados positivos – as cidades bem governadas e em progresso econômico conseguem esse feito por deterem um elevado capital social. Já, as cidades pobres não possuem essa virtude cívica.

Outro autor considerado relevante para esta pesquisa é o John Durston. Ele estuda capital social na América do Sul e Central, cujas investigações se baseiam em comunidades camponesas da Guatemala e Chile (DURSTON, 1999; 2000).

Compreender as formulações fundacionais do capital social diz respeito a dois aspectos: 1) que se fala de capital social no sentido de que é um recurso (ou uma via de acesso a recursos), 2) que em combinação com outros fatores, permite lograr benefícios para os que possuem. Ele reconhece que as fontes do capital social estão nas formas e em redes de intercâmbio recíproco e solidário. As normas são partes de certas culturas e se transmite de geração em geração, principalmente através da socialização no interior das famílias. Redes de intercâmbio, por outro lado, se baseiam na confiança que surge de laços de parentesco, vizinhança, amizade, e sentimento de pertencimento a um mesmo grupo étnico (DURSTON, 1999, 2000 apud RIBEIRO, 2011, p. 99).

Durston (1999; 2000), nas suas obras, vem rebatendo as críticas dirigidas aos cientistas precursores do tema capital social. Segundo o autor, há admissibilidade de mudanças nos intercâmbios sociais com possibilidades de alteração no sistema que impactem profundamente na sociedade. Esse olhar permite considerar que cai por terra a crítica à Putnam sobre a forte determinação histórica – *path dependence* – isto é, o modo de percepção determinística. Ele alerta que essas mudanças ocorrem, pois, as populações humanas se organizam em sistemas totais que operam em vários planos em formas simultâneas e complementares: no plano material se relacionando com o meio ambiente físico e tecnológico; no plano organizacional em seus aspectos jurídicos, estatal e de organização comunitária; e, no plano ideal e simbólico, com seus valores, aspectos cognitivos e crenças. Logo, o dinamismo nos intercâmbios sociais é uma característica presente na vida em sociedade, nas comunidades, nas associações, nos grupos de pessoas.

Quanto às críticas direcionadas a Bourdieu e a Coleman, Durston (1999; 2000) afirma que esses autores trazem em suas teses extensas referências ao capital social como atributos de grupos sociais, coletividades e comunidades. Ele cita que Bourdieu traz a necessidade de se realizar “investimentos orientados a institucionalização das relações grupais”. Já Coleman refere-se ao capital social como um bem público, um atributo de estruturas sociais nas quais pessoas se encontram imersas. Durston (2000) entende que tanto na Sociologia como na Antropologia as “instituições” são tratadas mais como atributos de comunidades do que de indivíduos. Por isso, a natureza das relações não é uma soma de interações entre indivíduos que respondem a decisões de interesse pessoal, senão de sistemas complexos que surgem da coevolução dessas decisões e interações. Esse entendimento permite afirmar que as críticas feitas a Bourdieu ficam anuladas. Durston postula a existência de duas formas diferentes de conceito de capital social: o individual e o comunitário. O capital social individual se manifesta

principalmente nas relações que tem a pessoa com laços de confiança e reciprocidade e se entende por intermédio de redes egocentradas. O capital social comunitário se expressa em instituições complexas, com laços de cooperação e gestão. Ao analisar o assunto, Ribeiro (2011, p.102), afirma:

Contudo, tanto o capital social individual como o capital comunitário são partes de uma mesma cultura compartilhada e internalizada pelos indivíduos que compõem uma comunidade. O capital social comunitário é a institucionalização formal e informal que integra as normas culturais de confiança entre indivíduos, por um lado, com as práticas de cooperação entre todos os membros de um sistema social. Os aspectos individuais e coletivos se complementam. Por outro, mecanismos precursores do capital social comunitário abarcam as expectativas de reciprocidade dos indivíduos com as sanções comunitárias das normas.

Segundo Ribeiro (2011),

Instituições são sistemas que tendem a produzir satisfações para as necessidades sentidas de todo um grupo de pessoas ou uma parte do grupo e também produz efeitos que retroalimentam e reforçam sua própria viabilidade como sistema complexo baseado em múltiplos agentes. Elas geram normas; estas, por sua vez, orientam o comportamento do indivíduo para fortalecer a instituição como sistema (RIBEIRO, 2011, p. 102).

Durston (2000) traz um comentário sobre instituições:

Cómo emergen las instituciones del capital social comunitario? La existencia del capital social es compatible con, y de hecho surge de, las decisiones racionales de los individuos. Esto es así porque hay beneficios en poder gestionar recursos comunes en forma coherente y en renunciar al control personal recursos propios, para que haya autoridad, normas, y un contexto institucional para enfrentar problemas y oportunidades comunes (DURSTON, 2000, p. 23).

Isto posto, o autor defende que a institucionalidade do capital social surge através de pelo menos quatro processos diferentes: a) coevolução de estratégias de pessoas; b) decisões racionais e conscientes dos indivíduos que compõem uma comunidade; c) socialização de normas relevantes de uma cultura na infância; e, d) pode ser induzida por uma agência externa. Quanto ao enfoque de redes, analisa-se sob que condições são possíveis manter aspectos positivos do capital social nas comunidades. Também lhe interessa dimensionar como esse capital ajuda “comunidades (pobres) a ter acesso a instituições formais por meio de redes de cooperação entre elas”. Na noção institucional, o capital social é uma decorrência “da qualidade das instituições formais”. Assim, a probabilidade de construí-lo e sedimentá-lo é proporcional à eficiência e transparência desses órgãos (BAQUERO, 2003, p. 163).

Nesse sentido a noção de rede é compreendida como um conjunto de pontos interligados de forma horizontal, o que quer dizer, em outras palavras, um conjunto de nós e linhas organizadas de forma não hierárquica. Castells (2002), por outro lado, analisa a nova configuração da sociedade a partir da difusão do uso das novas tecnologias da informação e da

comunicação. Para ele, essas tecnologias fornecem hoje a base material para a impregnação em toda a estrutura social de uma lógica de redes, o que seria determinante para a emergência de uma sociedade em rede. Assim, a capacidade de operar sem hierarquia parece ser uma das mais importantes propriedades distintivas da rede. Porém, percebe-se que a hierarquia está presente no relacionamento das sociedades humanas, nas quais as pirâmides são um desenho institucional bastante comum, e a hierarquia, parece ser o modo natural da organização dos relacionamentos humanos. Porém, quando se estuda o funcionamento das redes sociais, em particular aquelas de caráter estritamente informal e não institucional, passamos a ver também a emergência de fenômenos organizativos não verticais, isto é, não hierárquico, funcionando produtivamente na sociedade (MACÍAS, 2002).

Outro conceito que será adotado nesta pesquisa é o de empoderamento, isto é, maior envolvimento dos indivíduos em ações cooperativas, solidárias e políticas, capacitando-os, para se articularem em prol de interesses coletivos, e, conseqüentemente, tornarem-se sujeitos ativos de programas, projetos e políticas públicas para o segmento específico, autogerindo seus negócios. Ainda nessa linha de raciocínio, a autogestão segundo Boschi (1987) [...] “Ajuda a comunidade a perceber que seus problemas podem e devem ser solucionados por ela própria. A consciência disso liberta a coletividade da dependência tradicional às autoridades e seu paternalismo” (BOSCHI, 1987, p. 85).

O capital social contribui para fortalecer a autoconfiança de grupos populacionais desfavorecidos (como os agricultores familiares), com o propósito de capacitar os indivíduos para a articulação de interesses individuais e comunitários na busca do bem comum, aqui surge a importância do conceito de empoderamento, o qual visa transformar os atores sociais excluídos em sujeitos ativos. Em suma, o capital social atua como um antídoto, fortalecendo os agricultores familiares na busca de novos mercados, contra a concorrência acirrada dos empresários agricultores. Isso seria possível por meio das redes sociais vistas como ferramentas capazes de interligar atores, objetos, significados e práticas, formando uma estrutura de ação coletiva de vínculos inter-relacionados, atuando como alternativa para solução de problemas de interesses comuns.

1.5 Conclusão

Inferese que essas três fundamentações teóricas estão intimamente ligadas e são pertinentes para explicar o relativo sucesso da ARPA e da ARPEP, pois o associativismo representa um meio alternativo para fortalecer os agricultores familiares, visto que eles passam a exercer o papel de protagonista no exercício das suas ações e quando bem articulados influenciam nas implementações de políticas públicas e no controle social. A NEI traz como relevante uma maior cooperação entre os indivíduos e grupos como agentes importantes para promover o desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade. Para que isso ocorra é fundamental que haja instituições fortes que assegurem a confiança entre os indivíduos, refletindo na diminuição dos custos de transação. E a existência de capital social é importante para que haja eficiência nas instituições, cuja consequência é a minimização dos custos de transação.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO SOBRE A ANÁLISE DO CAPITAL SOCIAL DA ARPA E DA ARPEP

2.1 Introdução

Nesta seção serão apresentados os resultados da pesquisa e suas análises tendo por foco no capital social. Primeiro foi traçado o perfil dos associados da ARPA e da ARPEP, em que a apresentação dessas informações se dá através de gráficos. Na sequência, é analisado o capital social da ARPA e da ARPEP, o que está fundamentado nos dados colhidos através da aplicação do Questionário para Medir Capital Social Comunitário (QM-CSC) – Banco Mundial, adaptado às características desta pesquisa.

2.2 Perfil dos associados da ARPA e da ARPEP

A ARPA surgiu do assentamento Roseli Nunes. Na época, a luta pela conquista da terra era uma característica marcante desses trabalhadores (cortadores de cana, vaqueiros, meeiros, diaristas, etc.), cujo objetivo era conseguir um pedaço de terra para a manutenção da família. O Assentamento Roseli Nunes é originário da desapropriação da fazenda Agrosilvopastoril Prata – latifúndio de pecuária extensiva com uma área de aproximadamente 12.000 hectares, localizada na zona rural do Município de Mirassol D'Oeste/MT. Essa terra, por ser considerada improdutiva e de não obedecer à legislação trabalhista, foi desapropriada e destinada à reforma agrária no ano de 2000. Já em 1990 essa área passou a ser foco de reivindicações populares, instaurando-se a luta pela terra. Em 1996, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cáceres (STTR) reivindicaram ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que realizasse vistoria na fazenda Agrosilvopastoril Prata, os dois laudos produzidos apontaram que esta era improdutiva.

Em 1998 o acampamento Roseli Nunes foi formado, com a participação de, aproximadamente, 300 a 350 famílias que eram organizadas por núcleo, que em cada 10 a 15 famílias se formava um núcleo organizativo, totalizando 25 núcleos. Cada núcleo tinha dois

coordenadores (uma mulher e um homem) que se reuniam a cada quinze dias para planejar as estratégias organizativas da área. As assembleias gerais aconteciam mensalmente com a participação de todos. Essas famílias se instalaram na área em regime de comodato em 40 hectares, elas viviam da produção coletiva, que era para subsistência, onde se produzia milho, arroz, feijão, hortaliças, pequenos animais como porco e galinha e alguns criavam vacas leiteiras. Em 2000, a fazenda Prata foi desapropriada para fins de reforma agrária. Nesse mesmo ano foi criado o assentamento Roseli Nunes, através do parcelamento da área de 12.000ha, instalando 331 famílias em lotes de 25 hectares, com aproximadamente 1200 pessoas. Essas famílias já traziam formas de organização do trabalho e princípios de convivência social que adquiriram na fase do acampamento. A principal fonte de renda do assentamento passou a ser a agropecuária, através do cultivo de arroz, milho, feijão, mandioca, batata, hortaliças, pecuária leiteira, entre outros.

Uma primeira organização foi fundada em 06 de setembro de 1997 denominada de Associação de Pequenos Produtores Organizados da Agropecuária de Cáceres (ASPROAC). A associação tinha uma forte atuação na organização da produção e na comercialização de alimentos provenientes dos assentamentos do Município de Cáceres. Esses alimentos eram comercializados na feira permanente localizada nas dependências do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cáceres. Com a conquista de novas áreas para reforma agrária em outros municípios, em 2003, esta organização se transformou na Associação Regional de Produtores (as) Agroecológicos (ARPA), de abrangência regional com nova sede em Mirassol D'Oeste/MT. Tendo como objetivos a organização da produção, o beneficiamento e a comercialização da produção agroecológica.

Conforme a FASE (2018), as parcerias entre a FASE-MST-ARPA têm como a principal orientação do trabalho com as famílias no Assentamento Roseli Nunes o fortalecimento da Agroecologia como matriz produtiva e sendo liderados e educados com uma visão de reforma agrária, possibilitando a criação de lideranças e representação próprias. Segundo informação da FASE (2018), foi feita uma carta de compromisso agroecológico com as famílias que se dispuseram a participar do Projeto Demonstrativo Agroecológico (PDA), de forma a garantir que as famílias se orientassem a cumprir os 10 princípios da Agroecologia, conforme enumerados abaixo:

1. Manejar o solo de forma a mantê-lo vivo e produtivo – utilizando práticas de conservação, como cobertura viva e morta com plantas leguminosas, diversificação e rotação de culturas, uso de adubação orgânica a base de composto e plantas leguminosas, restringindo o uso de adubos químicos.

2. Controlar o uso do fogo nos estabelecimentos, reduzindo sua utilização até não se usar mais.
3. Trabalhar para resgatar as sementes e os manejos tradicionais das roças dos agricultores da comunidade.
4. Utilizar produtos alternativos para controle de pragas e doenças, como as caldas e inseticidas naturais preparados na própria roça, abolindo gradualmente toda forma de uso de agrotóxicos que contaminem o meio ambiente, os alimentos e as pessoas.
5. Conservar e manejar as fontes de água do estabelecimento de forma a mantê-la sempre bem conservada. Recuperar as matas ciliares nas margens de cursos d'água, brejos, olhos d'água, pois a água é um dos recursos naturais mais importantes para manutenção da vida.
6. Integrar os sistemas de produção, utilizando resíduos orgânicos de um sistema para benefício do outro. Restos de culturas das roças (palhadas, grãos), estercos provenientes de criação de animais entre outros.
7. Valorizar os produtos produzidos sem uso de venenos e adubos químicos por serem produtos mais saudáveis para consumo das famílias e de toda população.
8. Reconhecer e valorizar o trabalho da mulher agricultora e da juventude rural, que exercem um papel importante no desenvolvimento da comunidade.
9. Garantir uma diversidade de produtos saudáveis e naturais produzidos pela própria família para a sua alimentação. Não utilizar produtos geneticamente modificados (transgênicos) nas roças e na alimentação das famílias.
10. Mobilizar os vizinhos, e todo assentamento, para discussão da agroecologia mostrando as dificuldades e vantagens das práticas e princípios agroecológicos em cada Unidade Produtiva Familiar (UPF).

No início da sua fundação, a ARPA contava com sete famílias e chegou a contar com cento e oitenta filiados. Atualmente, cinquenta e sete famílias são associadas, sendo que vinte e oito são oriundas do assentamento Roseli Nunes (município de Mirassol D'Oeste), dezoito famílias do assentamento Florestan Fernandes (município de São José dos Quatro Marcos), cinco famílias do assentamento Sílvio Rodrigues (município de Mirassol D'Oeste) e seis famílias oriundas do assentamento Margarida Alves (município de Mirassol D'Oeste). Vale ressaltar que desde 2005 a ARPA vem comercializando sua produção por meio do PAA, com destaque para a produção de hortaliças, milho, mandioca, batata, banana-da-terra e feijão. Em 2010 teve início a comercialização dos seus produtos via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Portanto, a ARPA é formada por agricultores (as) familiares agroecológicos,

atuante na região Sudoeste do Mato Grosso. Esta organização é ligada ao setor de produção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e tem como missão a produção de alimentos em bases sustentáveis em assentamentos de reforma agrária. Outro ponto importante é que esta rede pode ser um potencial agente influenciador na economia regional.

A Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP) existe desde 2003, porém só foi registrada em 2009. Em 2003 foi criado o Assentamento Margarida Alves, em 2005 foram criados os assentamentos “Amigas da Fronteira”, “Amigas do Cerrado” e a “Comunidade Tradicional Frutos da Terra”. Conforme Castro (2014), o ponto de partida para a constituição da ARPEP foi em 2005, quando a FASE promoveu um debate junto às comunidades camponesas da região sobre a construção de alternativas ao agronegócio e a importância da diversificação da produção, da valorização das mulheres no campo e do manejo sustentável dos agroecossistemas para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A partir desse período abriram-se várias perspectivas, sendo uma delas a formação de grupos agroextrativistas protagonizados pelas mulheres a partir de projetos demonstrativos de manejo e beneficiamento dos frutos do cerrado (pequi, cumbaru e babaçu).

Então, o agroextrativismo começou a trabalhar com grupos informais através da assessoria da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE) na região, com destaque para as atividades coletivas, os intercâmbios e os debates sobre agricultura alternativa através da agroecologia. Surge, então, a ARPEP resultado da organização e do fortalecimento de grupos de mulheres em três assentamentos da reforma agrária (Margaridas, Amigas do Cerrado e Amigas da Fronteira) e uma comunidade tradicional (Frutos da Terra), contando à época com a participação de trinta mulheres. Através dessas atividades desenvolvidas pela FASE, junto aos grupos de mulheres, abriram-se novas perspectivas para esse segmento de agricultoras familiares, pois, elas descobriram no agroextrativismo de frutos nativos do cerrado como o pequi, o cumbaru e o babaçu uma forma de geração de renda e a possibilidade de organização produtiva e social, uma vez que antes não possuíam renda própria, vendiam sua mão de obra em trabalhos exaustivos e exploratórios nas fazendas de cana da região e sofriam outros processos de violência.

Conforme informações da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional FASE (2015), a ARPEP foi fundada em 31 de julho de 2009, com trinta associadas (os), com sede no município de Cáceres-MT, a qual tem como objetivo a congregação de famílias de origem da agricultura familiar camponesa e extrativistas da região do Pantanal mato-grossense, para a promoção cultural, social, econômica e o uso sustentável dos recursos naturais do extrativismo e beneficiamento de frutos do cerrado pantaneiro. Hoje, a ARPEP conta com trinta

e três associados. Portanto, a ARPEP é uma associação de caráter regional que visa à garantia da autonomia produtiva e econômica de grupos de mulheres rurais por meio do manejo agroecológico dos agroecossistemas para a produção de alimentos saudáveis.

Segundo a FASE (2015), em 2012 a ARPEP entregou para o Programa de Aquisição de alimentos (PAA) 25.760,08 kg de alimentos para os municípios de Mirassol D' Oeste e Cáceres, que foram distribuídos entre seis escolas, um centro social de apoio a crianças em Mirassol D' Oeste e em duas pastorais da criança no Município de Cáceres, totalizando um público de aproximadamente quinhentas pessoas beneficiadas entre jovens, idosos e crianças. Em 2014, foi lançada a marca comercial “Do Cerrado” – uma parceria entre a ARPEP e outros grupos de mulheres agroextrativistas. Cujo objetivo era ampliar os canais de comercialização e conquistar novos consumidores (CASTRO, 2014). Portanto, a ARPEP é uma associação de caráter regional que visa à garantia da autonomia produtiva e econômica de grupos de mulheres rurais por meio do manejo agroecológico dos agroecossistemas para a produção de alimentos saudáveis.

Após a descrição dos perfis da ARPA e da ARPEP, passa-se a relatar os dados de composição das amostras das associações que fizeram parte da referida pesquisa. Do total de cinquenta e sete famílias assentadas, do universo da ARPA, vinte e três famílias constituíram a amostra da pesquisa, representando 40,35%, sendo que os homens representam 56,52% e as mulheres 43,48%. Já o universo da ARPEP contém trinta e três famílias, sendo que dezoito representam a amostra da pesquisa, correspondendo por 57,57%, sendo que há a predominância absoluta do sexo feminino nas atividades da ARPEP, ou seja, são 100% da população da ARPEP. Os resultados e discussões acerca da caracterização histórica e social dos associados da ARPA e da ARPEP foram obtidos por meio da aplicação de questionários e em depoimento dos representantes das famílias, além de alguns dados secundários.

Durante a trajetória das famílias da ARPA, desde a ocupação no acampamento até o assentamento, foram construídas regras de comportamento institucionalizadas, socialmente estabelecidas, com o objetivo de realizar as conquistas coletivas e uma sólida rede de reciprocidade e de interação social em meio a constantes lutas pela conquista da terra e pela sobrevivência, com destaque para as novas formas de organização do trabalho (coletivo e individual), sob novos princípios de convivência social (com a organização dos núcleos de famílias, coordenação de área, etc.). Isso se verifica na análise do gráfico 1, em que as representações da grande maioria dos entrevistados disseram que fizeram parte do assentamento Roseli Nunes desde o início do acampamento, contando com quinze pessoas, ou seja cerca de 65,22% da amostra (Gráfico 1). Percebe-se que os assentados do Roseli Nunes já traziam de

forma consolidada padrões de identidade e de comportamentos próprios adquiridos pela trajetória de luta vivenciadas em todo o processo pela conquista da terra. Isso refletiu na ARPA, pois, o fortalecimento dessas relações e as expectativas mútuas de reciprocidade constituíram-se em um capital social no grupo, de tal maneira que permitiu a construção de princípios e orientações em Agroecologia, portanto, criaram-se regras e normas a serem cumpridas.

Quanto a atuação dos atores da ARPEP, a trajetória é diferente. O que se verifica é que no Assentamento Margarida Alves as entrevistadas disseram ter participado desde a fase do acampamento no início desse assentamento, ou seja, nove pessoas. Outra característica diferenciada desse grupo de mulheres é que somente neste assentamento houve o apoio forte, principalmente do MST, mas contou com o suporte também do STTR e da FASE. Nos outros três grupos não houve a participação do MST no processo da criação dos assentamentos. Uma entrevistada do grupo Amigas da Fronteira relatou ter participado do acampamento deste assentamento. Essas características vão influenciar positiva ou negativamente na formação do estoque de capital social, que será analisado em tópico a parte (Gráfico 1). Dentro dessa ótica de cooperação entre diferentes atores, Nascimento (2000, p. 107) diz que:

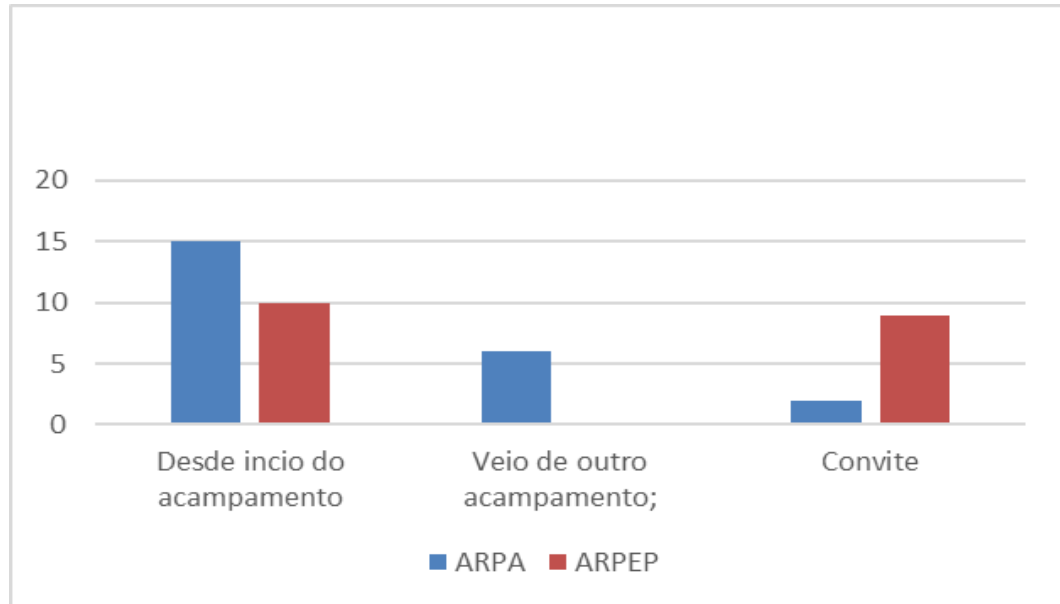
Mesmo em uma região cuja estrutura fundiária é rígida, êxitos foram alcançados aproveitando-se as fendas abertas numa estrutura verticalizada de relações sociais, indicando alternativas que passam pela pequena produção familiar. As parcerias entre movimento social, entidades civis e governo podem fomentar a formação de capital social em escala regional, revitalizando as bases do processo de desenvolvimento.

É importante trazer para o entendimento do contexto social e histórico da ARPA e da ARPEP a atuação dos parceiros (MST, STTR e FASE). A atuação do MST nesse contexto vai além da luta pela reforma agrária, isto é, ampliou suas ações, atuando na mobilização política dos trabalhadores rurais, buscando construir alternativas de desenvolvimento nos assentamentos por meio de novas relações organizadas na cooperação, na solidariedade, e na forma de organizar o trabalho coletivamente, tornando possível a construção de experiências coletivas de vida. O STTR atuou na luta pela terra, pela saúde e pela comercialização da produção dos agricultores familiares. A FASE, atuante desde o início do acampamento, vem contribuindo com a formação e apoio técnico na parte de organização da produção e fortalecimento da agroecologia aos agricultores familiares da ARPA e da ARPEP.

Corroborando com a compreensão dessa realidade, Putnam (2005, p.191) destaca a importância do contexto social e histórico favorável, no qual a ambiência permite a construção de um solo fértil, de tal modo que os alicerces destas relações são fundamentados pelo humanismo cívico e pelas virtudes sociais. Também, nessa mesma ótica, Zamberlam (1994) afirma que os agricultores assentados têm uma trajetória histórico-cultural própria, isto é, trata-

se de uma nova identidade coletiva, em que os agricultores se reúnem em torno de uma rede de articulações, que apresenta uma estratégia coletiva que vai muito além da luta pela sobrevivência, ou seja, a própria inserção no mercado globalizado e competitivo de trabalho.

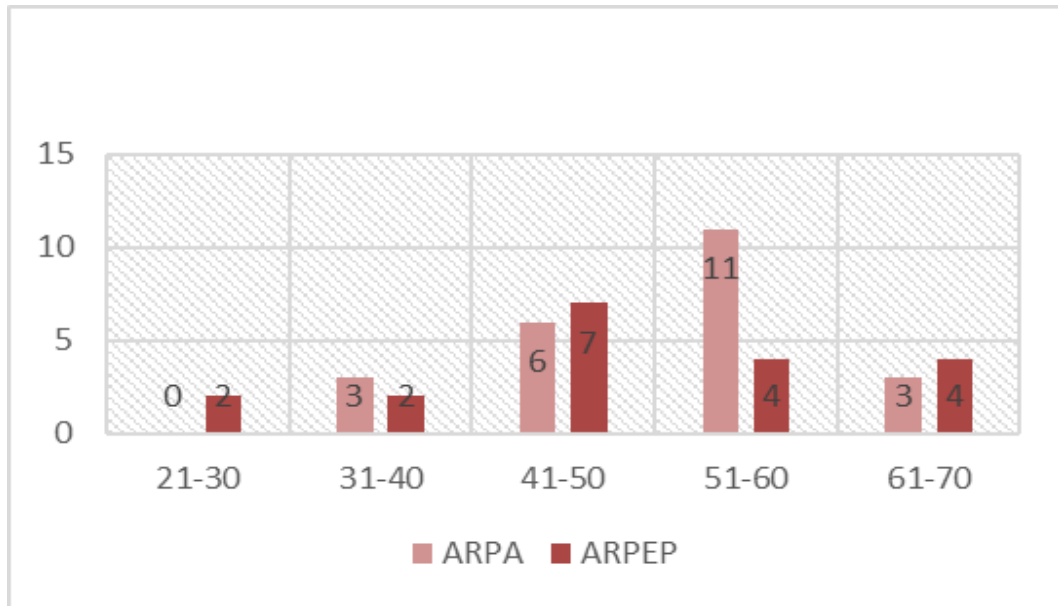
Gráfico 1- Perfil dos Associados da ARPA e da ARPEP (Assentamento)



Fonte: A autora, 2017

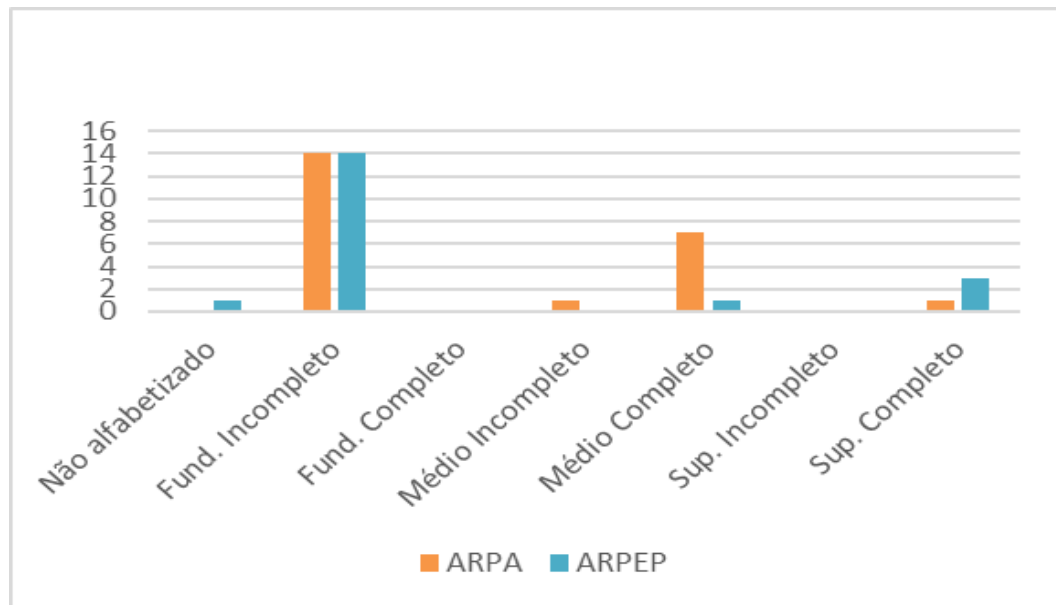
Quanto à faixa etária dos associados, na ARPA a predominância encontra-se entre 51 e 60 anos (onze pessoas) representando 47,82%, sendo que quatorze pessoas estão acima de 50 anos de idade. Já na ARPEP a representatividade está na faixa etária entre 41 e 50 anos (sete pessoas) representando 36,84%, sendo que oito pessoas estão acima de 50 anos. Características marcantes em função da realidade do mercado de trabalho que adota uma prática excludente de mão-de-obra com mais de 35 anos de idade (Gráfico 2). Outro aspecto que merece destaque é o fato de ambas as associações apresentarem associados na faixa etária entre 60 e 71 anos de idade, isso possibilita a inclusão social, que, por sua vez, aparece como um elemento capaz de gerar confiança. Constatou-se que o nível de escolaridade dos entrevistados concentra-se, em sua maioria, no ensino fundamental incompleto, quatorze atores, tanto da ARPA quanto da ARPEP, o que representa a predominância de trabalhadores com baixa escolaridade, característica comum no segmento da agricultura familiar. Outro dado importante é que na ARPEP existem três atores com curso superior completo enquanto que na ARPA há apenas um (Gráfico 3).

Gráfico 2 - Perfil dos Associados ARPA e ARPEP (Faixa Etária)



Fonte: A autora, 2017

Gráfico 3 - Perfil dos Associados da ARPA e da ARPEP (Escolaridade)



Fonte: A autora, 2017

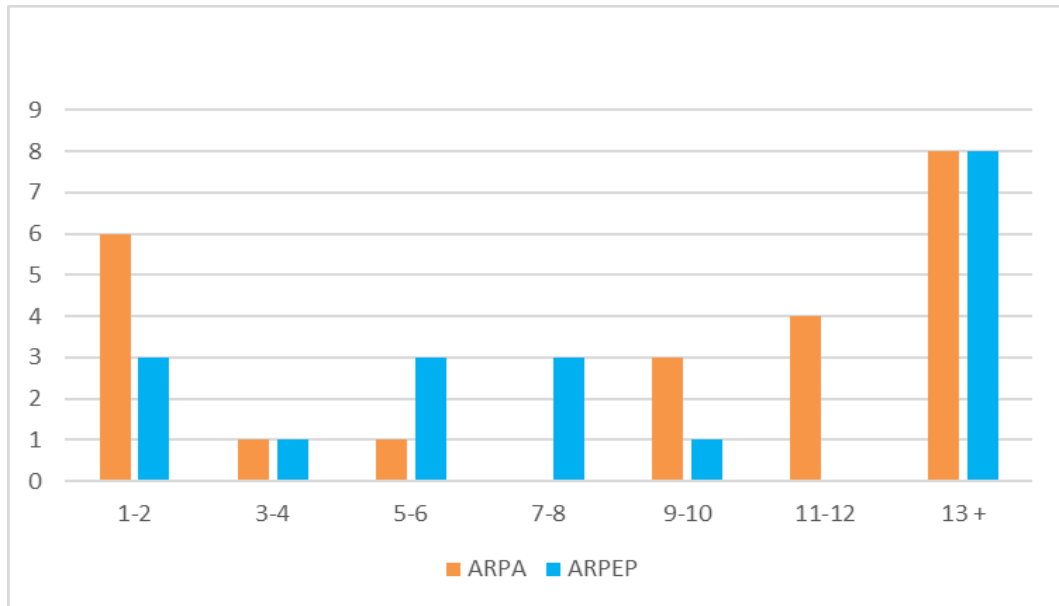
Ao analisar o tempo de associação dos atores da ARPA e da ARPEP, tem-se que com relação à ARPA oito dos respondentes disseram participar dessa associação há mais de 13 anos, ou seja, desde 2003, ano em que houve a transição da ASPROAC para ARPA quando a produção passou a ser de forma agroecológica. Porém, vale ressaltar que dentre os entrevistados alguns atores responderam que estão há mais de 20 anos unidos na luta pela terra, portanto, desde o primeiro acampamento, para a criação do assentamento Roseli Nunes, que deu origem

a ARPA. Sendo que uma dessas pessoas é o Presidente da Associação até 2017, e já esteve nessa função por quatro mandatos, além de ter sido eleito vereador por dois mandatos (Gráfico 4).

Já na ARPEP, têm-se, também, oito respondentes que disseram participar dessa associação há mais de 13 anos, ou seja, desde a criação do primeiro assentamento – Margarida Alves em 2003 (Gráfico 4). A grande maioria tanto da ARPA quanto da ARPEP afirmou que eram trabalhadores rurais antes de virem para o assentamento, portanto, sempre lidaram com a terra para o sustento da família. A direção tanto da ARPA quanto da ARPEP assume os modelos normais de uma associação, isto é, tais associações utilizam a titularidade de cargos (presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário, etc.) e dentro dessa formalidade os líderes são escolhidos por decisão/voto de todos os membros. Assim também acontece quando há uma decisão a ser tomada pelas associações, dá-se através da discussão do assunto entre os membros e todos decidem em conjunto. Na pesquisa de Ribeiro (2011), realizada em três comunidades agroextrativistas do Amapá, 100% dos entrevistados da Reserva Extrativista do Rio Cajarí (RESEX Cajarí) e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (RDS –I) disseram que discutem o assunto e decidem em conjunto, além de a escolha dos líderes ser decidido por todos. Porém, no Assentamento Agroextrativista do Maracá 71,42% disseram que discutem o assunto e decidem em conjunto, e 64,28% respondeu que os líderes são escolhidos por decisão de todos (RIBEIRO, 2011).

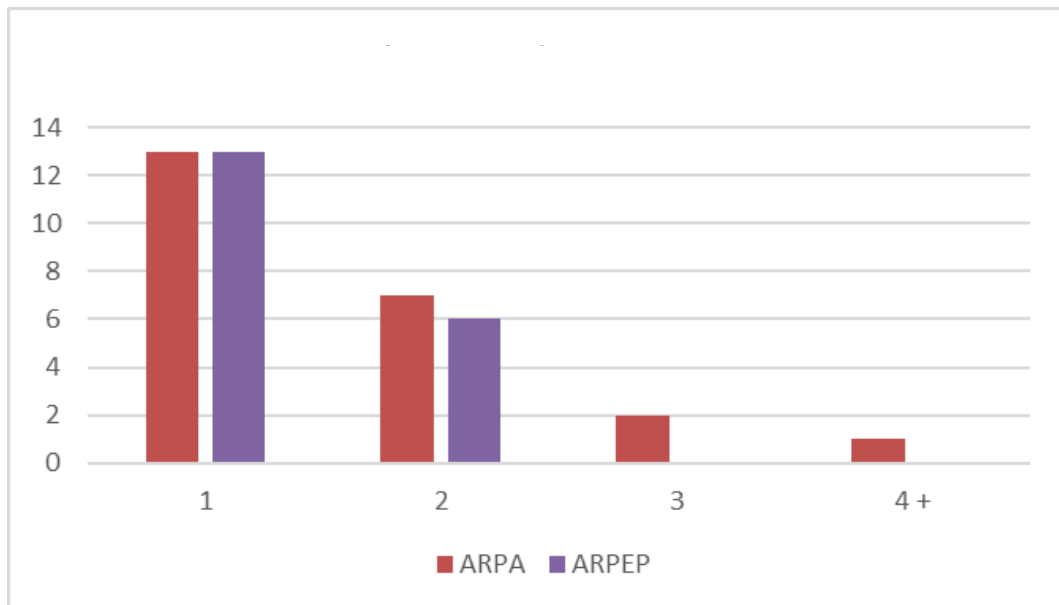
A renda das famílias dos associados da ARPA é composta por vários produtos, tais como: mandioca, batata, inhame, abóbora madura, abóbora verde, abobrinha, batata doce, laranja, poncã, limão, abacate, caju, cupuaçu, abacaxi, melão, melancia, banana maçã, banana nanica, banana da terra (de fritar), alface, couve, almeirão, rúcula, cebolinha, salsinha, pimenta doce, pimenta de cheiro, vagem, tomate-cereja, pepino, berinjela, milho verde, jiló, maxixe, quiabo, beterraba, cenoura, feijão catador (verde), leite, alho, galinha, ovos, porco, boi, dentre outros. Na ARPEP, as mulheres contribuem para aumentar a renda da família através da produção de artigos derivados dos frutos nativos do cerrado (pequi, cumbaru e babaçu), tais como biscoitos, pães, óleo, farinha (mesocarpo), licor, castanha torrada, bombom, etc. Além disso, a renda das famílias é composta, também, de outros produtos originários da agropecuária, como: novilha, leite, queijo, galinha, ovos, porco, mandioca, hortaliças, limão, tamarindo, e algumas famílias contam com o salário da aposentadoria.

Gráfico 4 - Perfil dos Associados da ARPA e da ARPEP (Tempo de Associado)



Fonte: A autora, 2017

Gráfico 5 - Perfil dos Associados da ARPA e da ARPEP (Renda em Salário Mínimo)



Fonte: A autora, 2017

Quanto à renda das famílias, tanto os entrevistados da ARPA quanto da ARPEP, doze pessoas de cada associação, disseram que tiram da produção até um salário mínimo. Porém, tem associados da ARPA que conseguem ganhar entre três e até mais de quatro salários mínimos (Gráfico 5). Dentre os entrevistados da ARPA e da ARPEP, em sua grande maioria, relataram que a renda da família aumentou após eles terem se associado, sendo que só um dos entrevistados de cada associação afirmou que a renda da família se manteve a mesma.

Para prosseguir na análise do capital social das associações, foram discutidas as características desses atores sob cinco dimensões: 1) grupos e redes; 2) confiança e solidariedade; 3) ação coletiva e cooperação; 4) informação e comunicação; e 5) coesão e inclusão social.

2.3 Capital social da ARPA e da ARPEP

A análise do capital social das associações, ARPA e ARPEP, baseia-se nos dados advindos do Questionário para Medir Capital Social Comunitário (QM-CSC) do Banco Mundial, através daquelas cinco dimensões (grupos e redes, confiança e solidariedade, ação coletiva e cooperação, informação e comunicação e coesão e inclusão social), adaptado às características desta pesquisa (Anexo B). Essa ferramenta (QM-CSC) proporcionou entender se as relações comunitárias ajudam as associações ARPA e ARPEP a cumprir seus objetivos coletivos. Então, passa-se a entender o capital social destas associações através da análise de cada dimensão.

Na análise da dimensão Grupos e Redes as questões de números 1 a 13 (Anexo B) já foram contempladas na seção anterior de número 3.2, a qual versa sobre o perfil dos associados da ARPA e da ARPEP. Em relação a questão de número 14 diz respeito a saber em quantos grupos ou organizações, redes ou associações o entrevistado pertence. Para os entrevistados da ARPA, todos os 23 entrevistados (total da amostra) além de serem associados a esta organização, também pertencem: ao Movimento dos Sem Terras (MST) - 21; a ONG Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) – 19; a Grupos Religiosos – 17; à Associação Centro de Tecnologia Alternativa (CTA) – 16; a Rede Grupo de Intercâmbio de Colonização e Reforma Agrária (GIAS) - 14; ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) – 11; ao Grupo de Movimento Político – 8; ao Grupo Educacional – 5; e ao Grupo da Terceira Idade – Idoso – 2; ao Conselho de Municipal Desenvolvimento Rural do município de Mirassol D'Oeste/ MT. - 2; à Rede de Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) -1; à ONG Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) – 1. Na ARPEP, os 19 entrevistados além de serem associados, também disseram pertencer a algumas organizações: à ONG FASE – 18; à Associação CTA – 16; a Rede GIAS – 15; a Grupos Religiosos – 13; ao STTR – 10; ao MST – 9; ao Grupo Educacional – 3; ao Grupo de Jovens – 3; ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – Cáceres/MT. (COMDERS) – 3; ao Grupo

da Terceira Idade – Idoso – 2; à Rede de Mulheres Empreendedoras da Amazônia (RMERA) - 1; ao Grupo de Movimento Político - 1.

Percebe-se que, tanto na ARPA quanto na ARPEP, os entrevistados das unidades familiares, em sua grande maioria, participam de formas associativas, sindicais, redes, MST, grupos religiosos, grupo movimento político, conselhos municipais, etc. Portanto, para análise sobre manifestações de capital social, esses dados informados acima apontam para a existência significativa de ativo social nas duas associações. Da mesma forma, a pesquisa realizada por Ribeiro (2011) demonstra que é uma prática comum entre os agroextrativistas da região dos castanhais amapaenses terem filiação em organizações sociais locais (associações, sindicatos, igrejas, cooperativa, etc.). Nessa mesma direção, Putnam (1996, p.183), afirma que “os sistemas de participação cívica são formas essenciais de capital social: quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo”.

Portanto, a participação das pessoas em associações cívicas e em atividades comunitárias traz como resultado, ao longo do processo, o amadurecimento dos laços de confiança, que por sua vez reflete no cumprimento das regras de reciprocidade e de uma maior disponibilidade para a cooperação por parte dos indivíduos. Isso se verifica tanto na ARPA quanto na ARPEP, pois a maioria desses agricultores participa de vários segmentos sociais, permitindo assim, certa verticalização em suas relações sociais, demonstrado pela participação em diversos órgãos e /ou instituições, tanto locais como regionais e nacionais, conforme citado acima.

Diante dessa realidade, merece destaque, mais uma vez que a figura da pessoa do presidente da ARPA, sendo que seu mandato foi até 2017, ele assumiu essa função por quatro mandatos, além de participar dessas organizações, já citadas, junto com os demais associados. Ele também participou do COMDER/MO (conselho municipal de desenvolvimento rural); da CESE (coordenadoria Ecumênica de Serviços), já foi vereador por dois mandatos. Portanto, ele passa a acumular capital social individual, principalmente pela função que ocupa, o que permite essa capitalização relacional. Da mesma forma, a presidenta da ARPEP até 2017, por sua vez, também esteve à frente do cargo por dois mandatos, participou do COMDERS/CA (conselho); da RMERA (rede). Enfim, as funções de direção proporcionam essa capitalização relacional.

Para ilustrar a importância do relacionamento existente em rede social, Putnam (2005) diz que a dimensão relacional do capital social se traduz nos relacionamentos firmados entre instituições e atores envolvidos nas redes sociais das associações. Sendo que esses benefícios advindos dessas relações contribuem para a prosperidade econômica e social da comunidade

e/ou assentamento, gerando capital humano e social. Portanto, esses benefícios perpassam para além das associações. Essas redes em que os associados da ARPA e da ARPEP estabelecem com instituições sociais e econômicas, que constituem o capital social extra-comunitário, permitem estabelecer trocas com o mercado, além de se relacionarem socialmente e economicamente com mais instituições. Segundo Castilho (2002, p.119),

o capital social extra-comunitário é fundamental para as produções economicamente organizadas, pois é o tipo de capital social que mais demandam e, talvez o que menos possuem. Ele é o que mais possibilita o acesso por parte destas populações marginalizadas às informações externas e ao estabelecimento das relações sociais de mercado, ambiente dos quais, geralmente, estas populações se encontram excluídas.

Nessa mesma linha de raciocínio, Durston (1999) diz que é fundamental conectar o capital social comunitário nos locais mais carentes com o capital social extra-comunitário existente – que são os laços fracos entre agentes de grupos sociais distintos - e o capital social institucional – que são as ligações verticais entre pessoas carentes e instituições formais.

Na sequência da análise dos dados, as questões 16 e 17 trazem como destaque o fato de que essas unidades familiares são formadas por agricultores camponeses da região Sudoeste do estado de Mato Grosso e, portanto, elas trazem características comuns a esse segmento. Isso foi demonstrado através das respostas dos entrevistados tanto da ARPA quanto da ARPEP que afirmaram, na sua grande maioria, possuírem a mesma ocupação e a mesma formação referente ao grau de escolaridade – a predominância é o fundamental incompleto.

Quanto à religião, e grupo étnico, também prevalece essa homogeneidade. Em relação ao sexo, na ARPEP todas são mulheres e já na ARPA existe uma leve predominância de homens. Assim, essas características comuns ao segmento social relativamente homogêneo permitem aos agricultores familiares um sentimento de pertencimento às associações. Quanto à quantidade de amigos próximos que tinham na associação, pergunta número 19, os números médios para os associados da ARPA são de 8,83 pessoas, para a ARPEP é de 7,10. Lembrando que na ARPA existem 57 famílias, porém a amostra é de 23 famílias. Na ARPEP são 33 famílias e a amostra 19 famílias. Para responder à questão de número 20, faz-se necessário trazer algumas informações da ARPA e da ARPEP. O quadro dos associados da ARPA, hoje, é composto pelos agricultores que participaram desde o acampamento e do assentamento Roseli Nunes, alguns vieram de outros acampamentos e outros foram convidados a participar da associação.

O Estatuto da ARPA traz regras para a filiação, que diz: Art. 3º - Podem se associarem na ARPA somente os trabalhadores rurais que moram na Região Sudoeste do Estado de Mato Grosso, que trabalham na terra com sua própria força e de sua família, que não tenha

empregados permanentes e que concorde em aplicar no manejo de sua propriedade os princípios da agroecologia. Já a ARPEP é formada por 33 mulheres, cujos critérios para ser associado estão descritos no Estatuto. No Art. 7º diz: a pessoa tem que ser produtor extrativista (agricultor familiar na condição de proprietário, arrendatário, posseiro, meeiro, assentado da reforma agrária e quilombola) e o seu nome deverá ser aprovado pela Diretoria. Tanto a ARPA quanto a ARPEP, além da diretoria, possuem instâncias deliberativas: assembleia geral; conselho deliberativo e/ou conselho fiscal; assembleia do núcleo, que são responsáveis pelas tomadas de decisões dentro das associações. Portanto, o que se observa são formas de controle de entrada e de permanência de novas famílias, que precisam atender as normas do estatuto da associação. Aqui fica evidente o poder das instituições ARPA e da ARPEP, dentro da definição de instituição da Nova Economia Institucional (normas, regras, etc.), que presam pelo bom funcionamento da associação e podem reduzir comportamentos oportunistas, reduzir custos de transação e aumentar a eficiência das associações.

Segundo Abramovay (2001), a Nova Economia Institucional, através dos novos institucionalistas, tem como premissa que os custos de uma economia são determinados pelas transações de comprar, vender, estabelecer contratos e exigir seu cumprimento. E que as instituições têm o papel de diminuir os custos de transação através da redução das incertezas e da melhoria das ações humanas coordenadas. Corroborando a esse entendimento, North (1990) diz que as instituições podem ser consideradas como as regras formais e informais da sociedade, portanto, elas representam arranjos e estratégias socialmente construídas com o intuito de favorecer a obtenção de conquistas coletivas, reprimindo as racionalidades individuais que estejam baseadas em opções oportunistas egoístas. De acordo com Ostrom (1990), a existência de relação de confiança, assim como de gestão de sistemas de supervisão mútua e de sanções, bem como o estabelecimento de compromissos críveis são fatores que condicionam o grau de eficiência do ambiente institucional, no caso específico desta pesquisa – o ambiente das associações.

Então, no quesito 20 foi indagado aos entrevistados da ARPA se, a partir de 2005 – início da comercialização institucional através do Programa de Aquisição de alimentos (PAA), houve (diminuição, permaneceu o mesmo, ou aumentou) – a maioria informou que aumentou. Outra indagação diz respeito ao período 2015 e 2016, período em que ocorreu mudanças nos valores a serem comercializados pelo PAA (houve diminuição) a resposta dos entrevistados, em sua maioria, disseram que o tamanho permaneceu o mesmo.

Quanto a indagação feita aos associados da ARPEP, tem-se que em 2011 a ARPEP conquistou o acesso ao programa institucional PAA, então foi perguntado aos entrevistados se

a partir desse momento houve mudança no tamanho da associação (diminuiu, permaneceu o mesmo, ou aumentou), a maioria respondeu que houve um aumento do número de associados. Já a pergunta sobre o tamanho da ARPEP acerca do segundo momento, entre 2015 e 2016, em que ocorreram mudanças nas regras do PAA – quando praticamente os agroextrativistas foram impedidos de acessar esse programa – a resposta da maioria foi que houve, num primeiro momento, uma diminuição, porém, no decorrer das atividades, das reuniões, dos esclarecimentos, e das alternativas da busca por novos mercados, as associadas retomaram seu engajamento frente à associação. Tanto é que o universo da pesquisa é 33 mulheres e no início era 30. Ademais, ressalta-se que a ONG FASE esteve e está à frente dessas articulações, apoiando e assessorando esses grupos desde a sua criação.

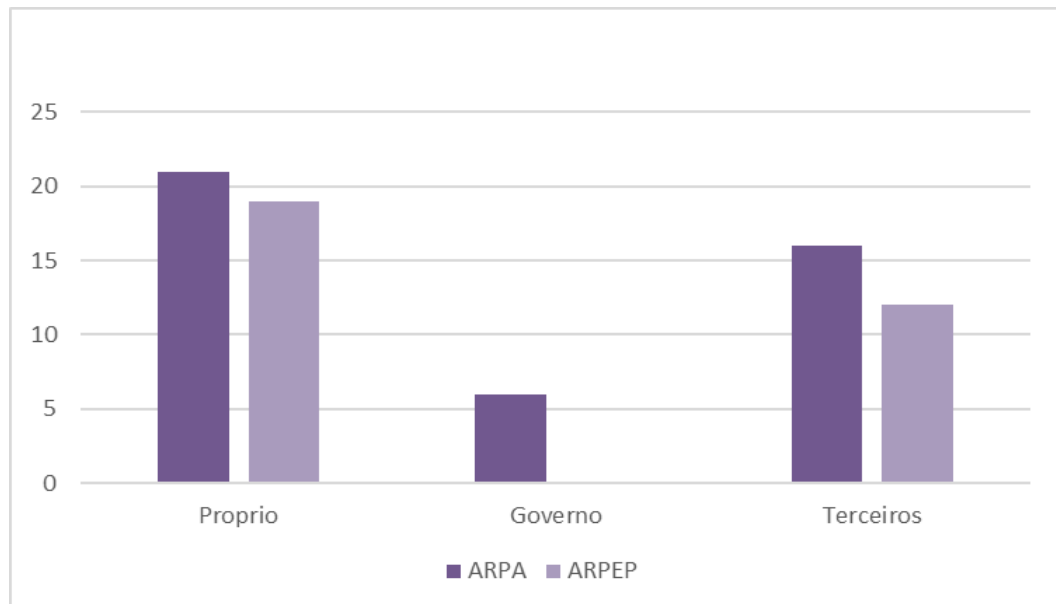
Em relação às principais fontes de financiamento (questão 25) da ARPA e da ARPEP os respondentes informaram que seriam próprios e de terceiros, porém na ARPA, também, informaram uma terceira fonte importante - o governo (programa institucional PAA e PNAE) (Gráfico 6). Na ARPA, o financiamento próprio diz respeito às contribuições dos associados com as cotas de filiação, anuidades, campanha, promoções sociais. Quanto ao financiamento de terceiros são conseguidos via projeto junto aos parceiros: Fundo Centro de Apoio Socioambiental (Casa), em 2012 – apoio a recuperação de áreas degradadas, com reprodução de mudas nativas; apoio à comercialização via projeto do território da cidadania, em que a ARPA foi contemplada com um caminhão furgão, uma caminhonete e equipamentos (caixas) para transporte de produtos agrícolas, isso ocorreu entre os anos de 2008 a 2014; etc. E em relação ao financiamento pelo Governo, têm-se os programas Institucionais PAA, desde 2005, e PNAE, desde 2010.

Na ARPEP, sobre o financiamento próprio, elas entendem que se dá através do Fundo Rotativo e Solidário que surgiu em 2005 como instrumento para fomentar o agroextrativismo, porém, ficou paralisado por dois anos devido a uma série de dúvidas sobre seu funcionamento. Somente em 2007 houve o primeiro aporte de recursos no fundo, através do envolvimento da FASE e do Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN) na elaboração e execução de um projeto junto ao Programa de Pequenos Projetos ecossociais (PPPecos) para angariar recursos.

Assim, esse fundo é uma ferramenta articulada e organizada pela associação e com apoio de diversas outras organizações para fortalecer grupos de mulheres e jovens extrativistas. O fundo surgiu pelas necessidades que se tinha relacionado a falta de recursos para apoiar as ações do extrativismo praticadas pelos grupos de mulheres existentes e para fomentar o surgimento de novos grupos. O fundo atuaria como uma ferramenta importante para viabilizar recursos de capital de giro, a pequenos investimentos, etc. Quanto ao financiamento de

terceiros, diz respeito aos projetos de apoio que possibilitaram a execução de ações de formação, capacitação, intercâmbio para a construção do conhecimento, estruturação de unidade de beneficiamento de produtos agroextrativistas. Esses projetos foram viabilizados junto as organizações parceiras: a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), o Fundo SAAP/FASE, o Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN), a Fundação Banco do Brasil e o Fundo Socioambiental Caixa. Quanto ao financiamento pelo Governo, as entrevistadas não consideram como importante, pois, os programas institucionais PAA e PNAE foram implementados em 2012, porém em 2015 e 2016 praticamente não houve mais esse tipo de comercialização devido às mudanças nas regras do programa, de tal forma que excluiu os agroextrativistas.

Gráfico 6 - Principais fontes de financiamento na ARPA e na ARPEP

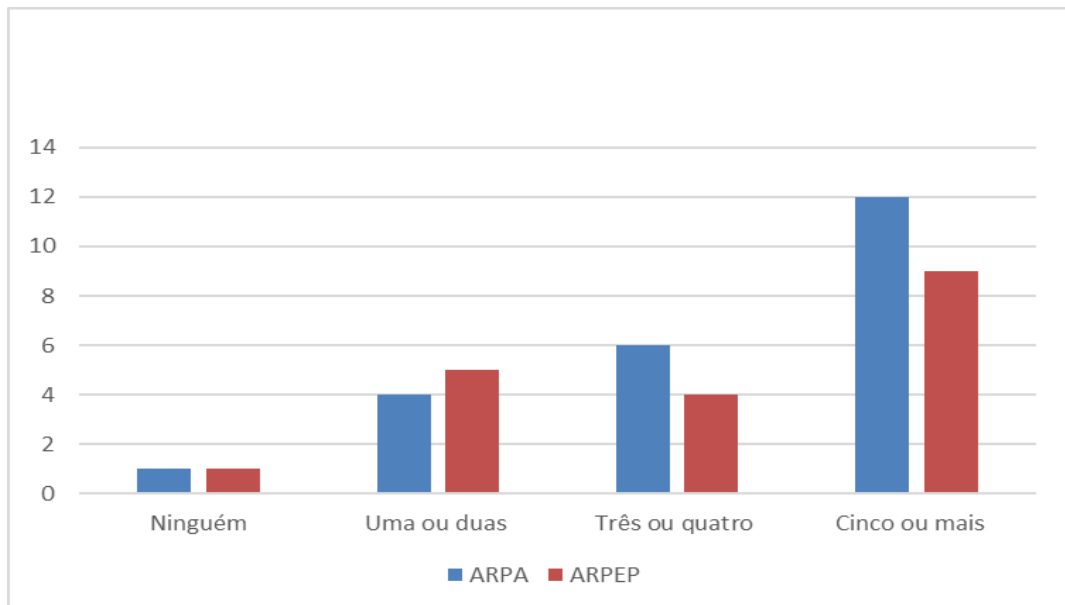


Fonte: A autora, 2017

Na pesquisa de Ribeiro (2011) foi demonstrado que a principal fonte de financiamento das comunidades do Assentamento Maracá e da Reserva Extrativista do Cajari são os governos - 100%. E no RDS – I – Vila são Francisco do Iratapuru, 50% disseram serem os governos e outros 50% responderam que outra fonte importante de financiamento os recursos advindos do contrato com a NATURA. Ressalva-se que na região dos castanhais do Amapá, região Sul do estado, foram criadas modalidades de áreas protegidas (reservas) – os três assentamentos citados foram instituídos nas décadas de 80 e 90. Então, os governos são atuantes quanto à implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável. Daí os governos serem os principais financiadores dessas comunidades.

O quesito 26 indaga aos entrevistados se eles receberiam ajuda dos associados com uma pequena quantia em dinheiro em caso de uma necessidade repentina. As respostas mostram que tanto na ARPA (12) quanto na ARPEP (9), número significativo, portanto, de entrevistados disseram que poderiam contar com cinco ou mais pessoas para socorrê-los nesse momento de dificuldade (Gráfico 7). Porém, observa-se que a pobreza material ainda é muito presente nessas associações, característica comum nas comunidades camponesas, isso se comprova quando se analisa a média de renda familiar que está em torno de um salário mínimo (Gráfico 5). E quando relacionada com a pergunta acima, tem-se que mais de 52,63% dos entrevistados da ARPEP responderam que ninguém, ou uma ou duas pessoas, ou três ou quatro pessoas teriam condições de emprestá-las essa pequena quantia em dinheiro. Na ARPA para essa mesma questão o percentual é de 47,82%.

Gráfico 7 - Associados que poderiam lhe ajudar com uma pequena parcela em dinheiro

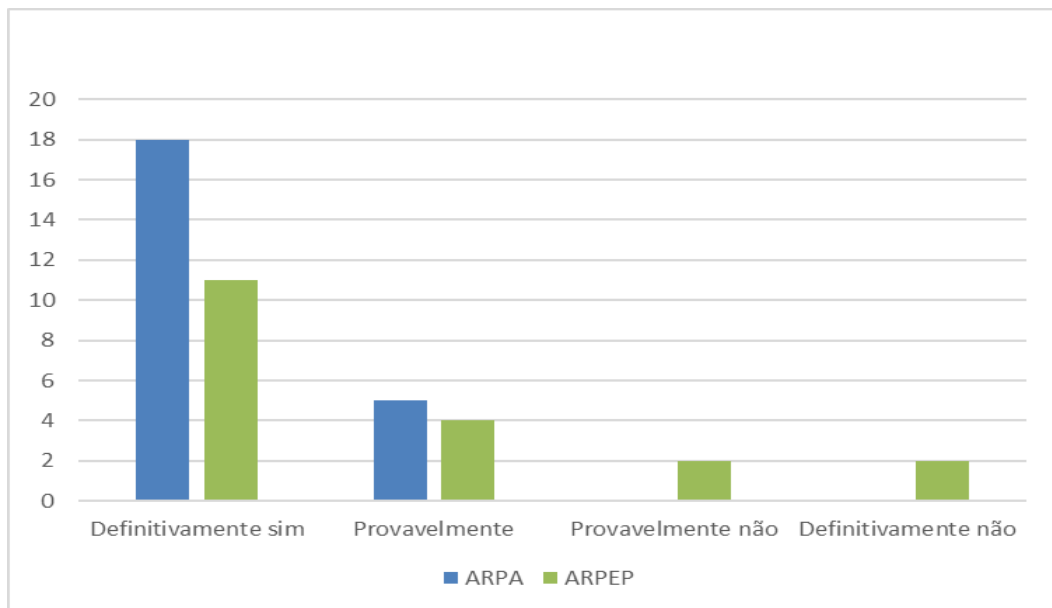


Fonte: A autora, 2017

Entretanto, quando a pergunta se refere a possibilidade de contar com os vizinhos para ficarem com as crianças, cuidarem da criação, da plantação, em caso dos adultos da unidade familiar precisarem ficar fora por alguns dias, as respostas são expressivas. O gráfico 8 mostra que tanto na ARPA quanto na ARPEP responderam definitivamente sim 78,26% e 57,89%, respectivamente, o que evidencia que a rede de parentesco e vizinhança garantem boas relações de confiança, pois, presume-se que ninguém deixa suas crianças com quem não se confia. Em comparação com a pesquisa de Ribeiro (2011), também se apresenta forte a presença da pobreza material, pois, na média dos respondentes disseram que podiam contar com 3 pessoas. No

entanto, quando o assunto é a ajuda dos vizinhos, em circunstancia de se precisar viajar, então, 100% de duas comunidades (RESEX Cajarí e RDS – I) disseram que poderiam contar com seus vizinhos e na comunidade Maracá, 78,57% dos respondentes disseram que poderiam contar com os vizinhos. Isso também demonstra a importância da rede de parentesco e de vizinhança com relação à confiança.

Gráfico 8 - Poderiam contar com algum vizinho



Fonte: A autora, 2017

No quesito 28, que indaga sobre se houve alguma pessoa com um problema pessoal que lhe pediu ajuda nos últimos 12 meses, os resultados na média podem ser considerados baixos – na ARPA a média é de 3,9 pessoas e na ARPEP é de 5,2 pessoas. Contudo, quando se analisa as respostas individualmente, percebe-se que as pessoas com alguma liderança nas comunidades são as mais procuradas para ajudar nesse tipo de assunto. Como exemplo, têm-se as pessoas que ocupam cargo importante nas associações (presidentes); as pessoas que ocupam algum cargo na comunidade (responsável pelo posto de saúde) ou aquelas que possuem características de liderança própria. Nessa mesma direção a pesquisa de Ribeiro (2011) revela que a média das pessoas que procuraram solicitar ajuda está em torno de 3,4 – Maracá; 3,2 – alto Cajarí e 2,0 em Vila São Francisco. Porém, com destaque para as lideranças dessas comunidades, onde os pedidos aos líderes comunitários aumentam exponencialmente.

Após analisar nesta seção a dimensão grupos e redes, ou seja, o capital social estrutural das associações, pode-se fazer algumas inferências. A dimensão estrutural do capital social das associações pode ajudar a disseminar informações, reduzir o comportamento oportunista e

facilitar a tomada de decisões coletivas. Coleman (1988) defende que a informação é importante ao fornecer um alicerce para a ação, porém requer um custo elevado para obtê-la. No entanto, relações sociais, constantemente estabelecidas para outros propósitos, formam canais de informação, que diminuem a quantidade de tempo e investimento necessário para reunir informações. Daí a importância em se conhecer os vários aspectos que envolvem as comunidades e as suas representações sociais. Para tanto, passa-se a descrever o capital social comunitário da ARPA e da ARPEP sobre quatro aspectos: a) infraestrutura nos assentamentos que compõem as associações (densidade); b) diversidade de associação; c) nível de funcionamento democrático; e, d) extensão das conexões com outros grupos.

Para o primeiro aspecto, observou-se que na grande maioria dos assentamentos que compõem a ARPA existe uma boa infraestrutura com relação a escola, posto de saúde, igreja, campo de futebol e representante do MST. No assentamento Roseli Nunes existem 331 famílias assentadas, com mais ou menos 1000 pessoas; no Florestan Fernandes são 155 famílias com quase 800 pessoas; no Margarida Alves são 145 famílias assentadas com 600 pessoas e no Sílvio Rodrigues são 160 famílias com 650 pessoas. Já nos assentamentos e comunidades que compõem a ARPEP a infraestrutura é precária, pois, dos três assentamentos e uma comunidade tradicional somente em dois assentamentos existem escolas, igreja e posto de saúde somente em um – no assentamento Margarida Alves com 145 famílias com mais ou menos 600 pessoas, é o único assentamento ligado à ARPEP que tem infraestrutura melhor com escola, igreja e posto de saúde; e no assentamento Corixinha formado por 73 famílias totalizando 365 pessoas. Quanto à infraestrutura neste assentamento, existe igreja e escola, não tem posto de saúde – segundo informação dos assentados um médico presta serviço lá de três em três meses. Os outros dois assentamentos estão desprovidos de infraestrutura: Frutos da Terra só tem Igreja, os serviços de escola e de posto de saúde só na Vila Aparecida à 25 km de distância. Este assentamento é formado por duas comunidades tradicionais Nossa Senhora da Guia e Nossa Senhora do Carmo com cerca de 100 famílias e 500 pessoas. No Assentamento Facão – Comunidade São José não possui nenhuma infraestrutura, nem mesmo Igreja, e estão assentadas cerca de 30 famílias com 150 pessoas.

Quanto à diversidade de associação, percebe-se que as associações são compostas por agricultores familiares camponeses. Assim, tanto na ARPA quanto na ARPEP são poucas as diferenças entre os associados quando os critérios é etnia/grupo linguístico, ocupação, educação, nível de renda, etc. Percebe-se uma horizontalidade desses critérios junto aos entrevistados. Quanto ao nível de funcionamento democrático, tanto na ARPA quanto na ARPEP, quando há uma decisão a ser tomada pela associação, os membros da comunidade e/ou

assentamento discutem o assunto e decidem em conjunto. A democracia está presente também na forma de se escolher os líderes das associações. Isso se dá em Assembleia Geral por decisão e voto de todos os membros. Essas garantias (mecanismo de participação) estão dispostas nos Estatutos dessas associações. Assim como, também, consta no estatuto as questões referentes aos critérios para ser membros das associações e/ou seu desligamento. Na conexão com outros grupos ou redes, percebe-se que na ARPA existem uma forte capacidade por parte dos associados em se conectar com grupos de fora (MST, FASE, CTA, COMDER, STTR, Grupos Religiosos, Grupo de Movimento Político, Grupo Educacional etc.) e redes diversificadas (GIAS). Na ARPEP, também, verificou-se a existência forte por parte dos associados em participar de grupos de fora (FASE, COMDER, MST, Grupos Religiosos, CTA, Grupos Educacionais, etc.) e de redes diversificadas (GIAS, RMERA). Essas conexões podem trazer inovações nas estruturas das associações. Esses traços das redes da ARPA e da ARPEP serão melhores explanados em seção específica – Resultado das Redes Sociais.

Diante do exposto acima, percebe-se que o capital social comunitário estrutural das associações agroecológicas e extrativistas (ARPA e ARPEP) possuem algumas características específicas, a saber: a) a existência de traços culturais da agricultura familiar camponesa; b) as redes e grupos dentro da comunidade e/ou do assentamento se sustentam nas relações com parentes, vizinhos, compadres e lideranças das associações. Nesse nível, existem relações de confiança, de seguridade (ajuda mútua) na solução de problemas cotidianos. Porém, existem, também, as redes e grupos de fora da comunidade e/ou do assentamento, que contribuem para alimentar o nível de informação, na melhoria profissional através das diversas capacitações empreendidas, na abertura a novos intercâmbios, via redes, com outras organizações em nível nacional, etc. Nesse sentido, o estudo de Ribeiro (2011) demonstra que o capital social comunitário estrutural também apresenta algumas características, que corroboram com os resultados da pesquisa aqui elencados: também as características das comunidades agroextrativistas do Amapá preservam os traços dos agricultores camponeses; as redes e grupos dentro da comunidade se sustentam nas relações com parentes, vizinhos, compadres e lideranças das organizações. Porém, há uma diferença quanto à conexão desses agricultores com grupos de fora, pois, observa-se que quase não há esse tipo de conexão.

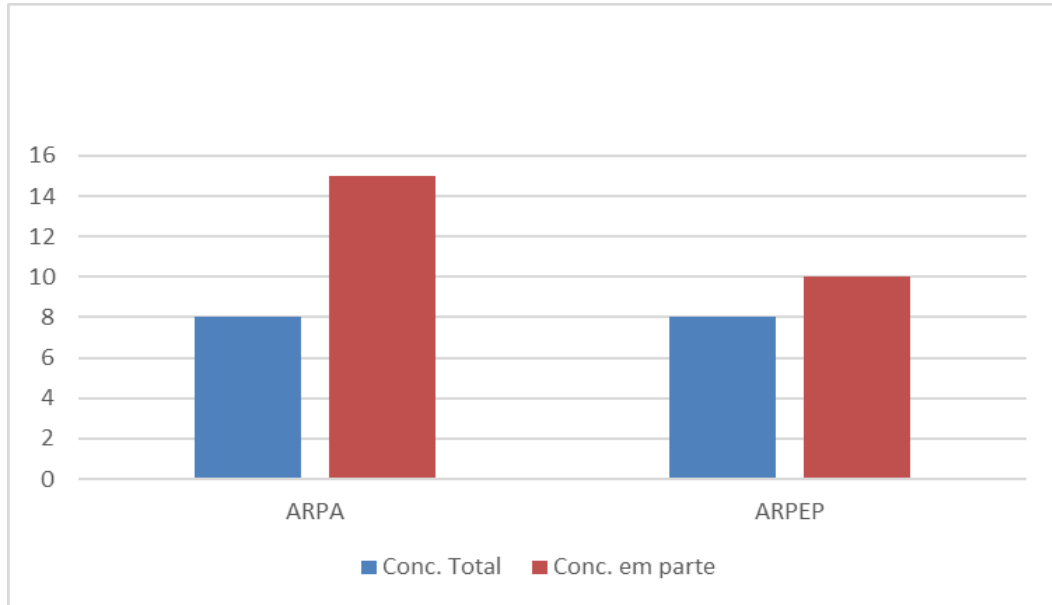
Em relação às características dos agricultores da ARPA e da ARPEP, foi possível fazer algumas inferências: esses agricultores passaram a ser protagonistas dos seus próprios negócios, empreendedores na conquista de novos espaços e mercados. A ARPA está no mercado há mais de vinte anos, desde 2005 vem comercializando sua produção via Programa de Aquisição de alimentos (PAA) e em 2010 iniciou a venda pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar

(PNAE). Através da parceria FASE–MST foi possível desenvolver um plano de ação para qualificar os associados da ARPA em cursos sobre Agroecologia (curso Agroecológico “Pé no Chão”); incentivo à recuperação de áreas degradadas e implementação de SAFs – plantio de frutíferas para quintais produtivos; Projetos Demonstrativos Agroecológicos (PDAs), e como resultado dessas ações, tem-se a conquista da Certificação Agroecológica e conquista de novos mercados. A ARPEP vem atuando há quase 10 (dez) anos no mercado, em 2011 conquistou o acesso ao PAA e ao PNAE. A atuação da associação vem se fortalecendo através da sua atuação em redes (GIAS; RMERA) e de parcerias estabelecidas (STTR; FASE; CESE; ISPN). Muitos avanços e conquistas foram obtidos nesses anos pelas mulheres da ARPEP que vão desde os aspectos econômicos da geração de renda, a inclusão social delas em espaços de decisão e empoderamento. A ARPEP possui uma atuação regional e tem sido referência do protagonismo das mulheres rurais e do trabalho do agroextrativismo no estado e nacionalmente. Esta foi uma das experiências premiadas em 2013, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, com o prêmio Mulheres Rurais que produzem um Brasil Sustentável. Portanto, no decorrer das suas histórias houve muitas conquistas e êxitos, apesar de alguns fracassos, que é comum a qualquer segmento, principalmente no meio rural.

Assim sendo, na análise da dimensão Confiança e Solidariedade buscou-se capturar medidas do capital social cognitivo dos associados nos assentamentos e/ou comunidade. Sabe-se que a confiança é um conceito abstrato, difícil de mensurar, a abordagem é centrada na confiança geral (GROOTAERT *et al*, 2003). O quesito número 29 (a e b) do anexo B questionou aos entrevistados, dentro de uma escala de 1 a 5, se “a maioria das pessoas desta associação estava disposta a ajudar” caso a unidade familiar precisasse. Também objetivou investigar se “é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você”. Analisando as repostas contidas nos Gráficos 9 e 10, teve-se que dentre as 5 escalas (concordo totalmente; concordo em parte; nem concordo, nem discordo; discordo em parte e discordo totalmente) tanto os entrevistados da ARPA quanto da ARPEP optaram pelas duas primeiras escalas – confiança generalizada, ou seja, 65,22% (concordo em parte) e 34,78% (concordo totalmente) responderam que as pessoas da ARPA ajudam em caso de necessidade. Ressalta-se que quando se realizou a entrevista no Assentamento Margarida Alves, indagando sobre a questão da ajuda e solidariedade, o filho de um agricultor, que passou por problema de saúde, relatou: “quando meu pai adoeceu e não tinha condição de se manter e nem de cuidar dos afazeres do sítio, teve o apoio e participação de vários companheiros da ARPA na ajuda com dinheiro, na manutenção do sítio, no acompanhamento para tratamento de saúde e na compra de remédios, sem que precisasse ter

pedido ajuda”³ E os respondentes da ARPEP ficaram entre 42,10% (concordo totalmente) e 52,63% (concordo em parte) (Gráfico 9).

Gráfico 9 - A maioria dos associados estão dispostos a ajudar



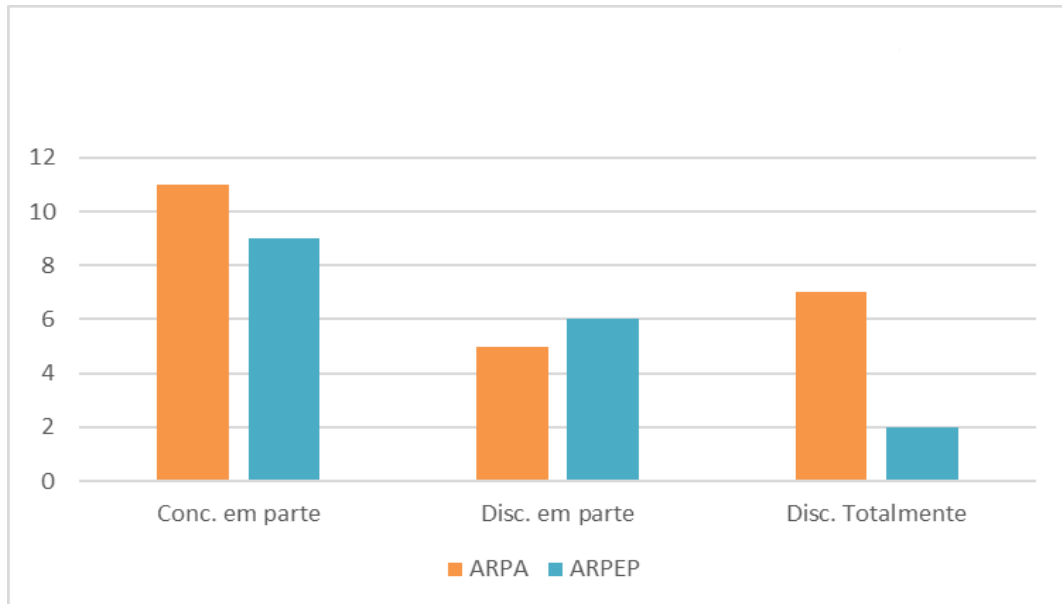
Fonte: A autora, 2017

Quanto ao segundo questionamento – é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem, percebe-se que apesar da confiança destacada acima, uma parcela expressiva ainda desconfia mesmo que em parte das pessoas da associação ARPA, 47,83% responderam que concorda em parte. Porém, o que prevalece é que a grande maioria 52,17%, sendo 21,74% (discordo em parte), 30,43% (discordo totalmente) confiam na boa fé das pessoas da ARPA. Já na ARPEP, percebe-se que há certa desconfiança, isto é, em algum momento alguém pode tirar vantagem sua. Isso se materializa quando da análise dos percentuais: 47,37% (concordo em parte), 31,58% (discordo em parte) 10,53% (discordo totalmente) (Gráfico 10). Em comparação, quanto ao quesito confiança entre a ARPA e a ARPEP, percebe-se que, no geral, os índices de confiança generalizada da ARPA são mais altos do que na ARPEP, talvez pelo tempo maior de convivência entre eles – mais de 20 anos. Trazendo para comparação, o estudo de Ribeiro (2011) as pessoas estão dispostas a ajudar nos três assentamentos – concordo totalmente (Maracá – 42,85%; RESEX Cajari - 80,95 e RDS – I – 66%). E quanto a outra indagação: é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você – concordo totalmente (Maracá 35,71%; RESEX Cajari – 23,80% e RDE – I – 16,66%). No geral os índices de

³ Relato concedida em entrevista realizada no dia 25/03/2017 no Assentamento Margarida Alves.

confiança são bons, porém do assentamento Maracá este índice é o menor em dois dos três assentamentos.

Gráfico 10 - Confiança dos agricultores para com as suas associações



Fonte: A autora, 2017

Quanto à confiança nos governos, os respondentes ficaram entre confio pouco; ou confio muito pouco (Gráficos 11 e 12). Para os respondentes da ARPA, a esfera estadual é o nível de governo com menos confiança, ou seja, um percentual altíssimo dos respondentes, 95,65%, disseram que confiam muito pouco nos membros do governo estadual. Já em relação aos membros do governo municipal a confiança é um pouco melhor, ou seja, 69,57% responderam que confiam pouco. De acordo com as entrevistas aplicadas nos assentamentos como também junto aos órgãos públicos foi possível entender melhor como se dá esse relacionamento entre os agricultores e os órgãos do governo.

Com relação à prefeitura de Mirassol D'Oeste – secretaria de Agricultura, o responsável técnico nos informou que desde 2008 passou a existir um maior vínculo entre o município e os agricultores familiares. A parceria acontece através de troca de informações (ofertas de alguns cursos que a prefeitura tem acesso e convida esses agricultores a participarem, doação de sementes de hortaliças, etc.). Também, foi através dessa parceria que a Secretaria de Agricultura viabilizou em 30/07/2011, junto ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o cadastramento de agricultores familiares da ARPA para produzir e comercializar produtos agroecológicos se beneficiando de um valor agregado de até 30% sobre esses produtos. O técnico afirmou, também, que já existe algum tipo de política pública para o

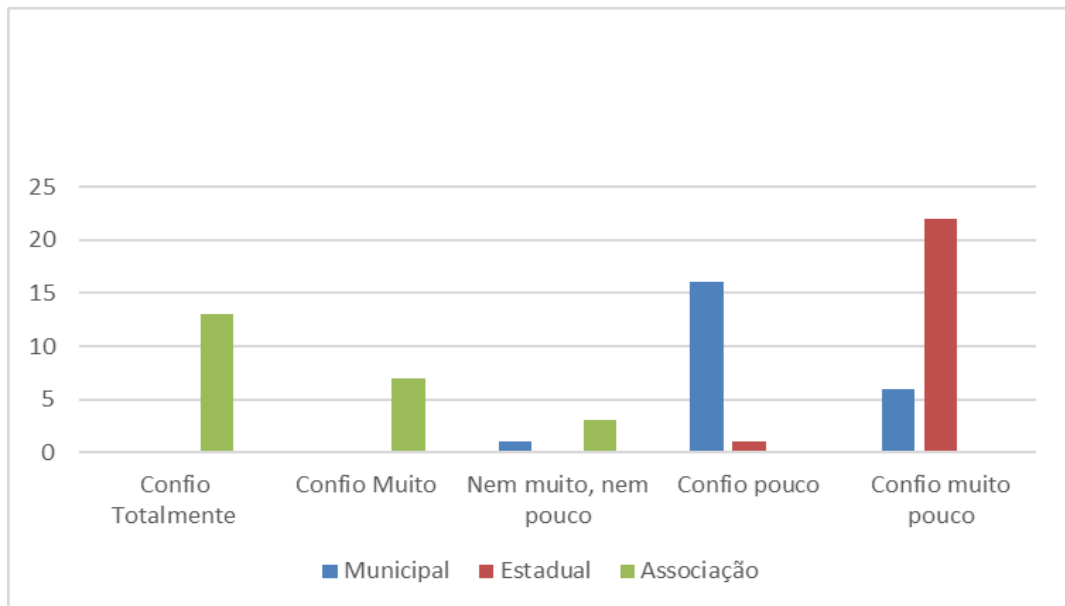
segmento da agricultura familiar, existem no orçamento (projeto e atividade), que junto com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (COMDER) priorizam recursos destinados a algumas atividades do segmento da agricultura familiar (patrulha mecanizada - cinco destinadas às associações; projetos de agroindústria destinados à agricultura familiar, etc.). Também, foi cedido via comodato um caminhão frigorífico e uma camionete (Ford Ranger) através do convênio com recursos do Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF), doação de 400 caixas para guardar produtos. Assim, foram destinados à ARPA dois resfriadores de leite, através de convênio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário (PRODESA) via município, faz-se termo de seção de uso. Quanto à atuação dos órgãos do governo estadual junto ao segmento da agricultura familiar é quase inexpressível, pois, somente através do INCRA é que se dá esse relacionamento, que por sinal é muito ruim. Assunto que será explicado de modo mais extensivo na seção de redes de relacionamento.

Contudo, a confiança nos membros da associação é grande cerca de 60,87%. Esses dados confirmam as informações tratadas acima quando foi demonstrado o grau de confiança na ajuda mútua entre os assentados. E, também, quando os respondentes informaram que poderia contar com os vizinhos para cuidarem dos filhos, da casa, da produção e da criação, caso aquele necessitasse viajar por um ou dois dias, quando um expressivo número de pessoas entrevistadas respondeu que sim. Portanto, a confiança é um fator fundamental nas relações entre os indivíduos, seja nas relações sociais que permitem a um indivíduo obter informações de seu interesse por um baixo custo, seja na troca de favores, ou na obediência às normas. Na pesquisa de Ribeiro (2011) a esfera municipal é o nível de governo com menos confiança das unidades pesquisadas, ele sugere que por estar mais próxima dos agricultores e em época de eleição estão pedindo voto e prometendo e depois não cumprem, isso justifica essa desconfiança alta, pois, quem não cumpre com a palavra não é confiável. Quanto ao governo estadual ele sugere que por ser esse segmento responsável pelo fornecimento do óleo diesel aos agricultores da região, e se a cota do óleo sobe, o que muitas vezes ocorre em épocas de eleição, há tendências de aumento dos níveis de satisfação das pessoas.

Quanto à ARPEP, tem-se que a confiança por parte dos agricultores familiares junto aos órgãos públicos, tanto estadual quanto municipal, é muito ruim, visto que a maioria dos entrevistados disse que confiam muito pouco nos representantes de ambas unidades federativas. Em entrevistas com o representante da Secretaria da Agricultura do município de Cáceres, o técnico nos informou que não existe nenhuma parceria entre eles; não existe nenhuma política pública para esse segmento. Os agricultores precisam fazer a provocação quando necessitam de

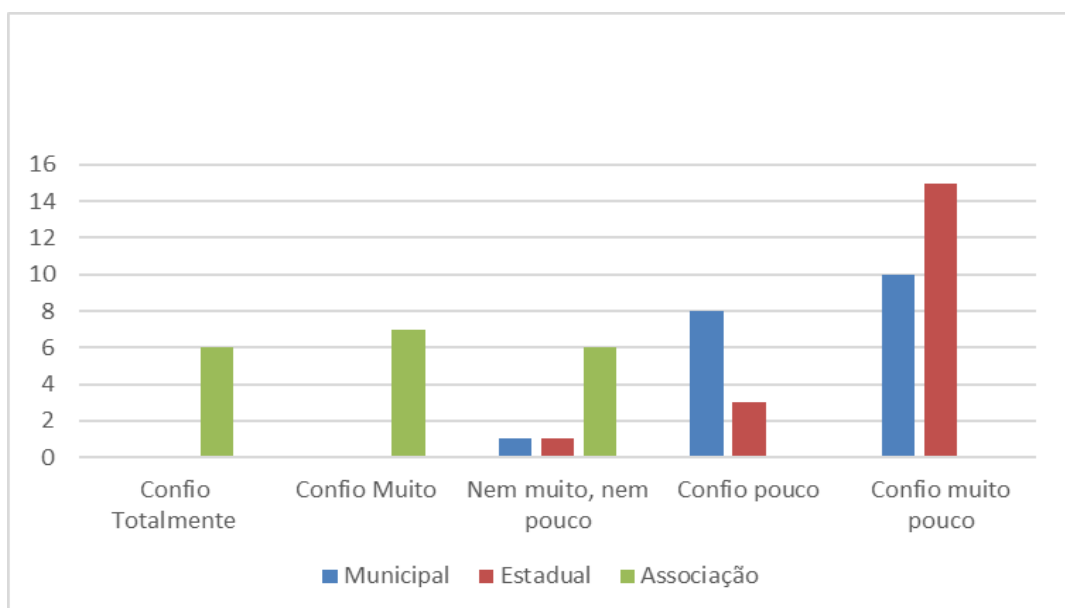
alguma ação da prefeitura e às vezes nem sempre se obtém êxito (Gráfico 12). No quesito 31 foi indagado sobre a frequência em que as pessoas ajudam umas às outras. A ajuda mútua foi medida através de cinco opções: 1. sempre ajudam; 2. quase sempre ajudam; 3. algumas vezes ajudam; 4. raramente ajudam e 5. nunca ajudam. As respostas estão no gráfico 13. Observa-se que não houve nenhuma resposta na opção de número 5 (cinco), nem na ARPA e nem na ARPEP.

Gráfico 11 - Confiança dos agricultores da ARPA para com as entidades



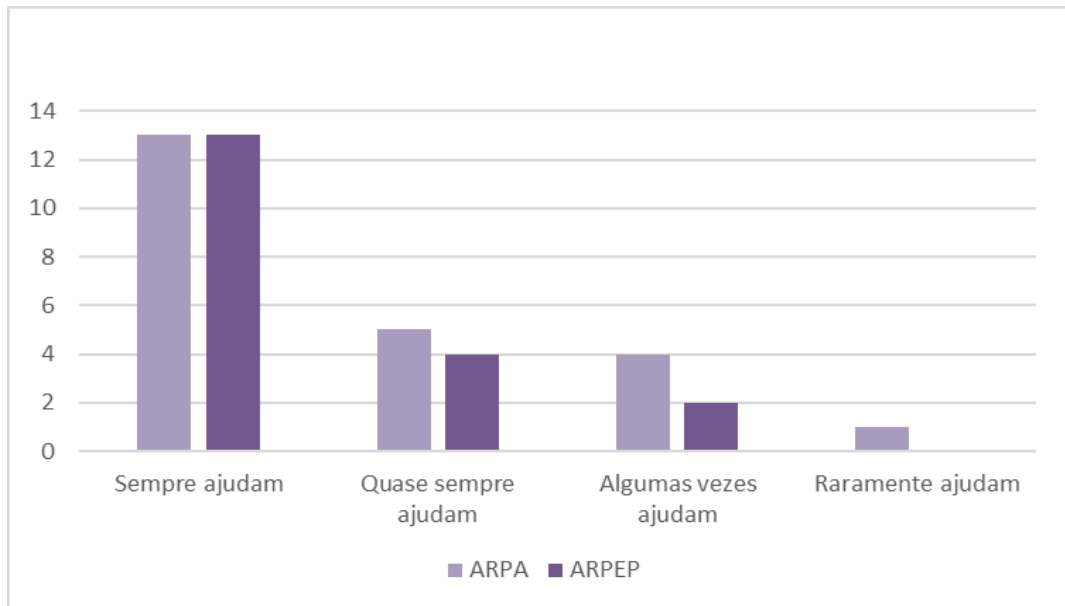
Fonte: A autora, 2017

Gráfico 12 - Confiança dos agricultores da ARPEP para com as entidades



Fonte: A autora, 2017

Gráfico 13 - Frequência com que os associados ajudam uns aos outros



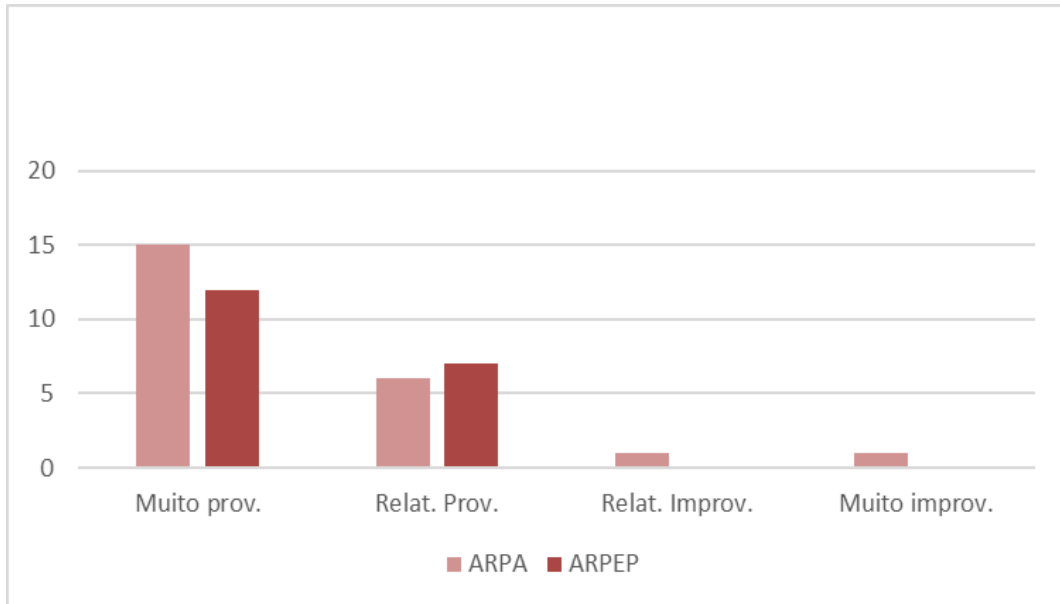
Fonte: A autora, 2017

As informações contidas no gráfico acima revelam que tanto na ARPA quanto na ARPEP os processos de ajuda mútua possuem índices bastante elevados: na ARPA 78,26% dos respondentes disseram que sempre ajudam ou quase sempre ajudam. Já na ARPEP esse percentual é um pouco maior 89,47%. Revelando que em ambas as associações o estoque de capital social comunitário é bastante alto. Dessa forma, se infere que são mais fáceis as resoluções de problemas sociais comunitários que por ventura ocorram. Corroborando com esse resultado, a pesquisa de Ribeiro (2011), que também, apresentou nas duas comunidades RESEX – Cajari e RDS – I índice alto de confiança 71,42% e 66,66%, respectivamente e no assentamento Maracá esse índice é baixo 21,42%. Porém, no geral, a confiança generalizada das pessoas umas nas outras é considerada significativa.

Ainda na perspectiva da análise de capital social comunitário, o terceiro indicador é ação coletiva e cooperação. A ação coletiva somente é possível quando há um nível significativo de capital social a disposição da comunidade (GROOTAERT *et al*, 2003). Ao serem indagadas sobre a probabilidade das pessoas cooperarem na eventualidade de um problema de falta de água na comunidade ou qualquer outro que afetasse a todos da comunidade, as respostas dos associados da ARPA na sua grande maioria 65,22% disseram que é muito provável que as pessoas da comunidade se juntassem em cooperação para buscar a solução do problema; e 26,09% responderam que seria “relativamente provável”; 4,35% responderam “relativamente improvável” e também “muito improvável”. Na ARPEP 63,16% responderam que é muito

provável que as pessoas cooperem nestes casos. E 36,84% responderam que é relativamente provável que elas ajudem a resolver o problema da comunidade. Percebe-se pelas respostas dadas que na ARPEP o nível de capital social comunitário é maior que na ARPA (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Cooperação em problema na estrutura comunitária



Fonte: A autora, 2017

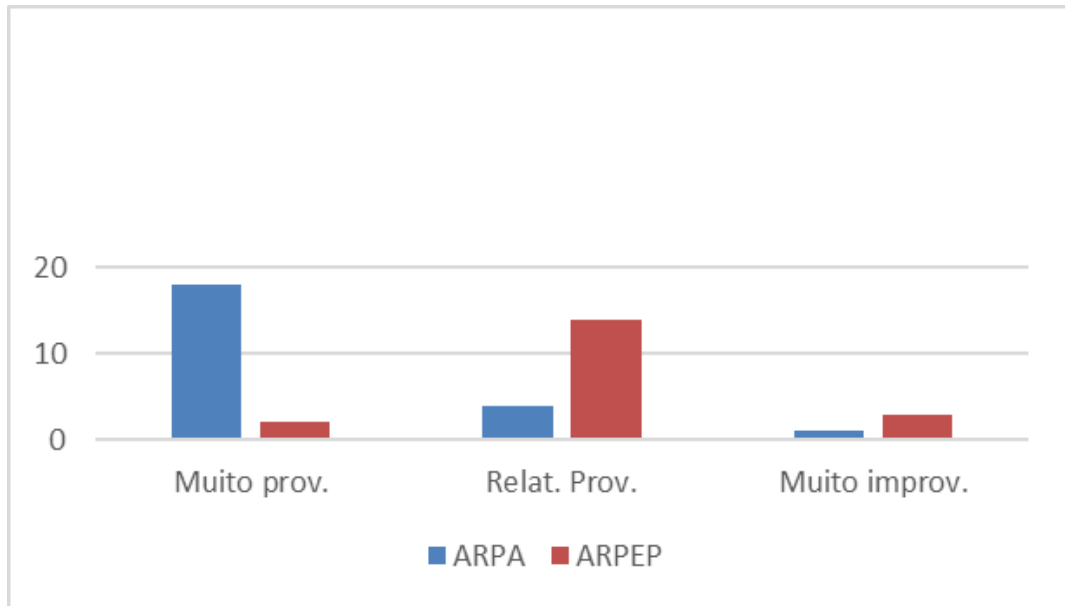
Essa indagação aparece como muito provável (100%) em duas comunidades da pesquisa de Ribeiro (2011) – RESEX Cajari e RDS – I; e na comunidade Maracá somente 42,85% disseram que seria muito provável que as pessoas se juntariam em cooperação para buscar a solução do problema. Porém, o problema sugerido foi com relação ao abastecimento de energia elétrica. Nesse caso, o que justifica a baixa ajuda na comunidade Maracá, segundo o autor, é que esse assentamento está mais próximo da cidade de Maracá e que a existência de comunicação por telefone pode facilitar o contato da Vila com os órgãos responsáveis pelo provimento de energia. E, nas outras duas ou não contam com rede telefônica ou esta raramente funciona. Para Putnam (1993), há uma interação recíproca entre confiança e cooperação: a confiança lubrifica a cooperação, que por sua vez gera confiança. Isso, ao longo do tempo, pode levar ao desenvolvimento de normas generalizadas de cooperação, que aumentam ainda mais a disposição para o engajamento na troca social.

Quando indagados sobre a probabilidade de alguém ser criticado ou punido por não participar de alguma atividade comunitária, 78,26% dos respondentes da ARPA disseram que é muito provável que sejam criticados ou punidos; 17,39% responderam relativamente provável e 4,35% afirmaram ser muito improvável (Gráfico 15). Porém, os entrevistados disseram que

não existe nenhum tipo de punição por não participar de atividades comunitárias nesses assentamentos. No entanto, quando as atividades coletivas dizem respeito à ARPA, aí existe punição para quem não participa. De acordo com presidente está previsto em estatuto da ARPA que quando o associado deixa de participar de mutirão, atividades comunitárias, trabalho coletivo, definidos e aprovados em Assembleia Geral, por três vezes consecutivas, ele é punido com o afastamento por um ano das atividades e dos direitos da ARPA.

Já os respondentes da ARPEP 8,70% disseram que é muito provável; 60,87% relativamente provável e 13,04% disseram muito improvável de serem criticados por não participarem de atividades coletivas nos assentamentos e/ou comunidade. Quanto à punição, informaram que não existe nenhum tipo de punição para as pessoas que não participam dessas atividades. Também, informaram que nem no estatuto da ARPEP trata sobre esse assunto – punição para os associados que não participam de atividades comuns na associação, porém, já estão pensando numa forma de inserir penalidades para os associados que não participam dessas atividades coletivas em prol da ARPEP. Corroborando com esses resultados, na pesquisa de Ribeiro (2011), também prevalecem como muito provável que as pessoas que não participam de atividades comunitárias sejam criticadas (52,38%, 33,33% e 28,57%) RESEX Cajarí, RDS – I e Maracá, respectivamente. E disseram que a punição se dá da seguinte forma, essas pessoas são colocadas de lado, e ninguém chama mais para as atividades. Reportando-se a Putnam (2005), o autor diz que a incerteza quanto à reputação e o risco de descumprimento do que foi estabelecido nas comunidades e/ou assentamento e nas associações são minimizados por normas rígidas e por uma densa teia de compromissos recíprocos.

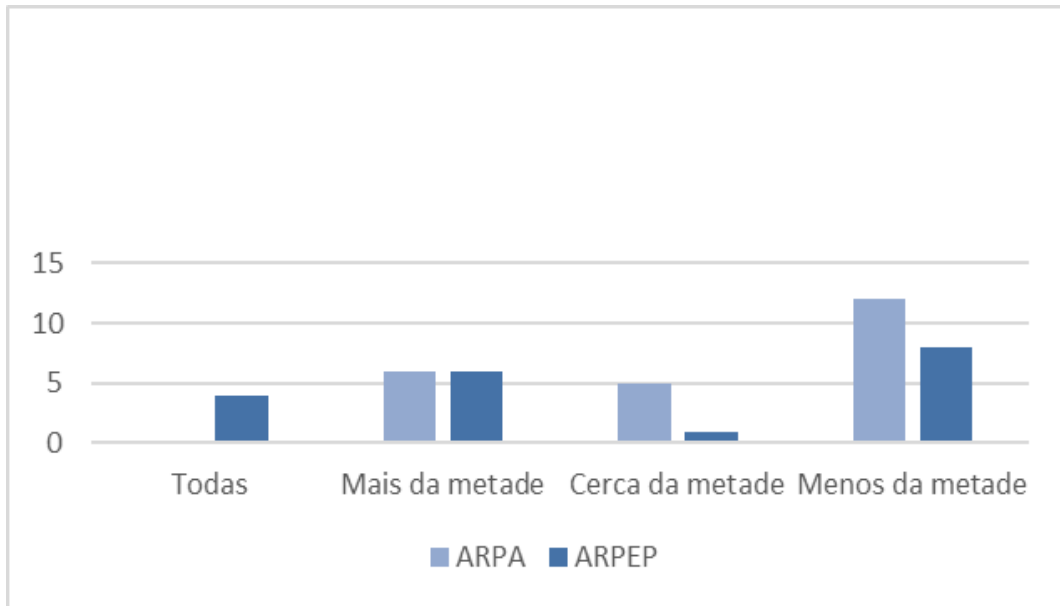
Gráfico 15 - Crítica às pessoas que não participam de atividades comunitárias



Fonte: A autora, 2017

No quesito 36 fez a seguinte pergunta: quantas pessoas contribuem com tempo ou dinheiro para objetivos de desenvolvimento comuns, tais como mutirão ou com manutenção da sede da associação? O gráfico 16 mostra que na ARPA consideram que nem todos contribuem para objetivos comuns comunitários. Pois, 52,17% disseram que menos da metade contribuem, 26,09% responderam que mais da metade contribuem e 21,74% disseram que cerca da metade colaboram. Na ARPEP, observou-se que os índices são melhores, ou seja, 42,10% disseram que menos da metade colabora; 31,58% responderam que mais da metade contribuem; 21,08% disseram que todos colaboram e 5,26% disseram que cerca da metade colabora para objetivos comuns na comunidade. Então, na análise geral o grau de participação em ação coletiva tanto na ARPA quanto na ARPEP pode ser considerado significativo. No estudo de Ribeiro (2011), prevalecem as duas escalas: mais da metade e cerca da metade contribuem com tempo ou dinheiro para objetivos comuns. Portanto, a participação das pessoas, nos três assentamentos, é considerada significativa.

Gráfico 16 - Contribuição das pessoas para os objetivos de desenvolvimento comuns



Fonte: A autora, 2017

No quesito 37 do anexo B, indagou-se sobre caso houvesse alguma fatalidade com uma pessoa da associação (doença grave, morte de um parente), qual a probabilidade de algumas pessoas se unirem para ajudar as vítimas? Na ARPA 65,22% responderam é muito provável que as pessoas ajudam as vítimas; 34,78% disseram que é relativamente provável a ajuda. Quando fui a campo aplicar esse questionário, me informaram em relação a essa pergunta, que havia acontecido um caso concreto no qual um associado ficou muito doente, e várias pessoas associadas da ARPA fizeram mutirão para ajudá-lo, na limpeza da área, na produção e no trato com a criação e também no que era possível quanto à ajuda para adquirir os medicamentos para ele. Percebe-se claramente a existência de cooperação entre eles. Na ARPEP, também se verificou a existência de cooperação entre os associados: 52,63% responderam que é muito provável que as pessoas ajudam as vítimas e 42,10% disseram que é relativamente provável que colaboram.

Essa característica da cooperação (ação voluntária) presente em ambas as associações, ainda que seja mais expressiva na ARPA que na ARPEP, está corroborada em Putnam (1996) que diz que a presença do voluntarismo contribui para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, além de reduzir os custos de transação para alcançar os objetivos. Ainda, nessa mesma ótica, o autor diz que a cooperação voluntária é mais fácil de acontecer numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistema de participação cívica (PUTNAM, 1996).

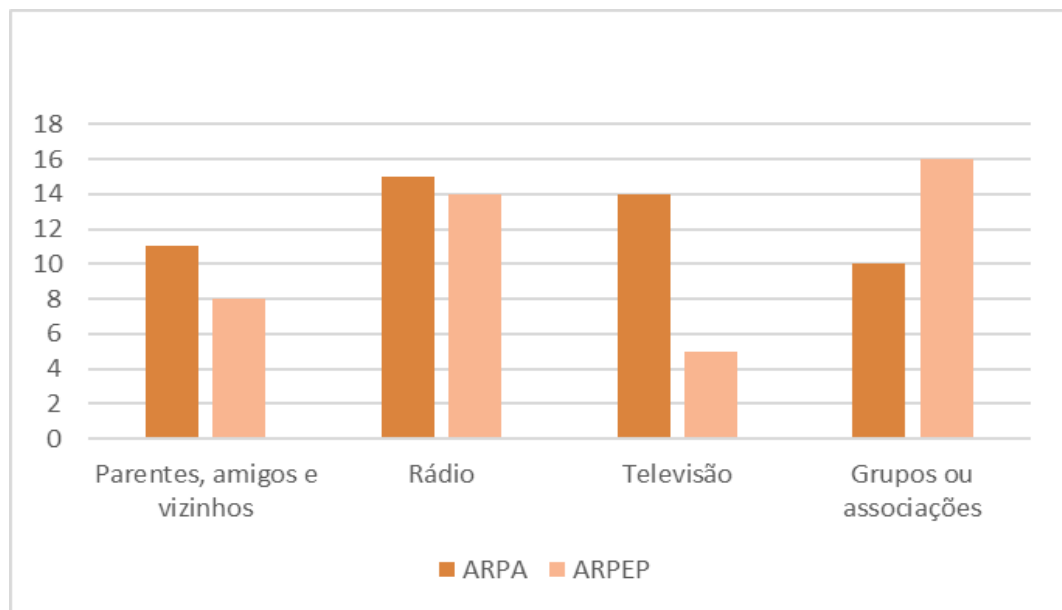
Quanto à dimensão da informação e da comunicação, tem-se que no quesito 38 (anexo B) que indaga quantas vezes o entrevistado recebeu um recado ou uma correspondência de fora da associação, verifica-se que na ARPA são poucas as pessoas que receberam algum recado de fora, porém, observa-se que os líderes de comunidade são as que mais recebem recados ou algum tipo de correspondência. Dois líderes de comunidades da ARPA disseram que receberam no “último mês” cerca de 50 recados cada uma outra liderança recebeu 10, enquanto que várias pessoas disseram terem recebido entre 02 a 07 recados ou nenhum recado no último mês. Portanto, os entrevistados que não são líderes recebem um número reduzidos de recados. A média de recado recebido no mês foi de 11. Na ARPEP, a liderança são as que mais receberam recados no último mês, porém, em número menor: entre 04 a 10 recados. A grande maioria não recebeu nenhum recado. A pessoa que recebeu 10 recados, além, de ser considerada líder da comunidade, é responsável pelo posto de saúde da comunidade, portanto, ocupa posição estratégica. A média de recado no mês foi de dois. Muito baixo. Essas características da pesquisa, também, são corroboradas na pesquisa de Ribeiro (2011), em que a liderança nas comunidades é a que mais recebe recados ou correspondências. E a média de recados recebidos por pessoa/mês foi de 2,35 Maracá; Cajarí a média é 6,57 e na Vila São Francisco do Irapuru o índice é de 5,8.

De acordo com o gráfico 17, as quatro principais fontes de informações da ARPA e da ARPEP são: parentes, amigos e vizinhos; rádio; televisão e grupos ou associações, porém, variando na ordem de importância. Ou seja, na ARPA a sequência por ordem de importância: rádio 65,22%; televisão 60,87%; parentes, amigos e vizinhos 47,83% e grupos ou associações 43,48%. Já na ARPEP tem-se a seguinte ordem de importância: grupos ou associações 84,27%; rádio 73,68%; parentes, amigos e vizinhos 42,10% e televisão 26,32%. As associadas da ARPEP consideram que as informações sobre assuntos gerais provêm principalmente das reuniões da associação, onde várias delas participam mensalmente e que a FASE coordena e assessora nos assuntos diversos desde informações atualizadas sobre as políticas institucionais (PAA e PNAE); novas linhas de financiamento para o segmento da agricultura familiar; acesso a informações provenientes de intercâmbios com as diversas redes de atuação direcionadas às mulheres rurais, etc.

Quanto à fonte de informação veiculada pela televisão não foram consideradas importantes, apesar de se assistir televisão todos os dias. Em todas as famílias pesquisadas nos três assentamentos e na Comunidade Tradicional, os entrevistados informaram que possuem televisão ligada à energia elétrica. Na pesquisa realizada por Ribeiro (2011), as três fontes mais importantes de informações dos agricultores da região do Amapá são: parentes, amigos e

vizinhos; rádio e agente de governo. Sendo que rádio é o meio mais importante, a Rádio Difusora pertence ao governo do estado, local onde se divulgam várias informações para a região Sul do estado do Amapá, seja sobre a escala de transporte dos caminhões que levam os agricultores para as feiras de Macapá e Santana; divulgação de festas comunitárias, etc. Depois são as informações veiculadas pelos parentes, amigos e vizinhos e em terceiro lugar as informações veiculadas pelos agentes do governo, principalmente através do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP). No tocante à informação veiculada pela televisão, apesar de assistir televisão todos os dias elas não foram consideradas as fontes mais importantes junto a esses extrativistas. A televisão funciona por gerador de energia, porém, as unidades familiares não pagam nada, pois, a cota de óleo diesel para funcionamento do motor gerador é doada pelos governos (RIBEIRO; 2011).

Gráfico 17 - Principais fontes de acesso às informações

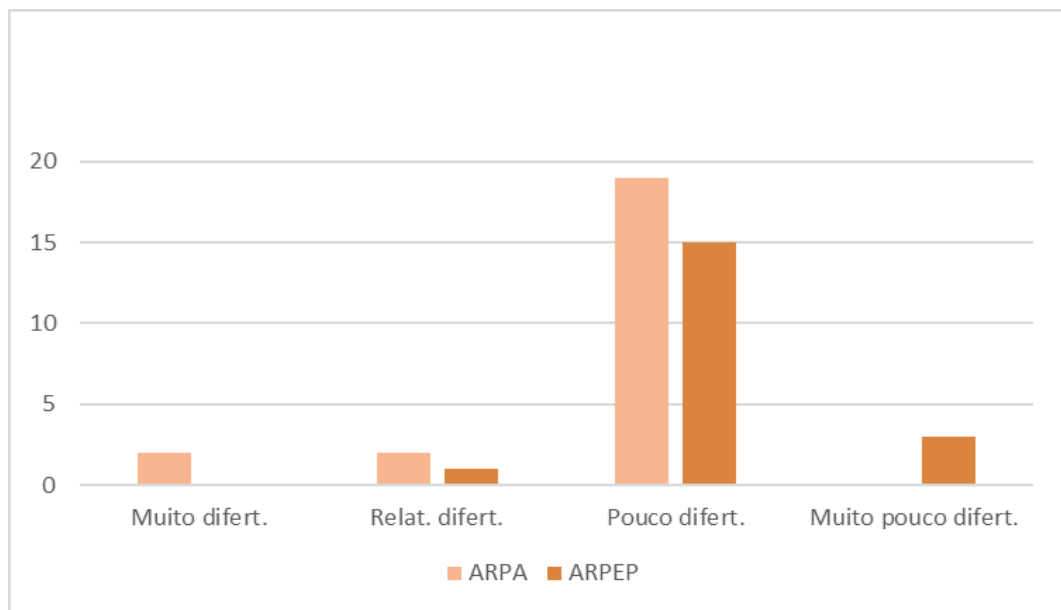


Fonte: A autora, 2017

No quesito 40 (anexo B) foi questionado se o acesso à informação melhorou, piorou ou permaneceu mais ou menos o mesmo nos últimos anos. Na ARPA teve-se como ponto de referência a partir de 2005, início da comercialização institucional (PAA) e na ARPEP a partir de 2012, a grande maioria dos respondentes tanto da ARPA (95,65%) quanto da ARPEP (89,47%) informaram que melhorou. Quanto ao quesito que indaga sobre as diferenças nas características das pessoas nas associações, tem-se que: os dados corroboram com outros resultados já identificados, ou seja, na ARPA, 82,61% disseram que são poucas as diferenças entre eles e apenas 8,70% disseram ser extremamente diferentes, e muito diferentes entre si, de

acordo com itens elencados (etnia, religião, classe social, educação, etc.). Na ARPEP, 79,95% disseram que são poucas as diferenças entre elas; 15,79% responderam muito pouco diferentes e somente 5,26% relativamente diferentes (Gráfico 18). Quando perguntadas se as diferenças causavam problemas (pergunta 42 do anexo B), na ARPA 91,30% disseram que não e somente 8,70% disseram que sim. E na ARPEP 100,00% disseram que não. Percebe-se pelos dados da pesquisa que existe muita coesão social tanto na ARPA quanto na ARPEP. Na pesquisa de Ribeiro (2011) também foram identificados que, no geral, as unidades familiares são pouco diferentes. Nas três comunidades analisadas, as prevalências estão nas escalas pouco diferentes e relativamente diferentes. Também, os respondentes disseram que essas diferenças não causam problemas: Maracá 71,42%; RESEX Cajari 90,47% e Vila São Francisco do Iratapuru 66,66%.

Gráfico 18 - Diferenças nas características das pessoas



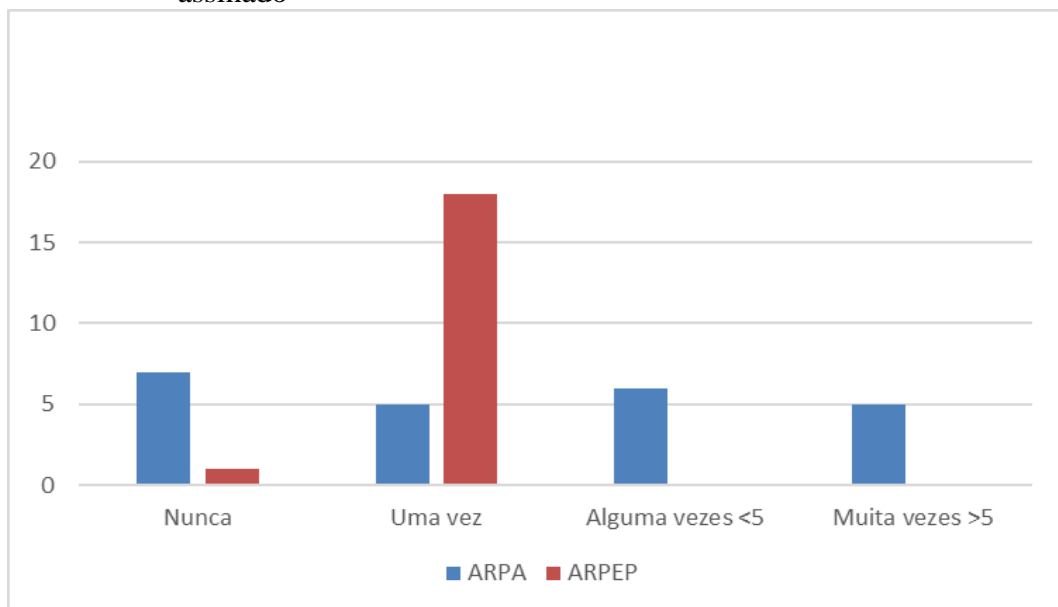
Fonte: A autora, 2017

Quanto ao quesito 45 do anexo B que pergunta quantas vezes no último mês você se reuniu com outras pessoas para comer, beber, em casa ou em um lugar público, verificou-se que tanto na ARPA quanto na ARPEP essa prática é comum entre as pessoas da comunidade e/ou do assentamento. Nas entrevistas feitas em campo, verificou-se que em ambas as associações, as atividades comunitárias acontecem em festas comemorativas – como a data de aniversário do assentamento e/ou da associação, na comemoração de aniversários nas famílias dos assentados, em participação em cultos religiosos e na prática de esportes, principalmente no jogo de futebol. Portanto, a característica de sociabilidade está muito presente entre os

agricultores familiares dessa região. Também na região Sul do Amapá, segundo Ribeiro (2011) existe o hábito das pessoas dos assentamentos se reunirem para tomar um cafezinho nas casas dos vizinhos, parar por um momento para conversar sobre assuntos diversos com os amigos, momento de lazer. Características bastante presente nas comunidades. A sociabilidade se materializa na frequência de encontros com amigos em espaços públicos, visitas à casa de vizinhos ou amigos e a participação em atividades recreativas comuns, jogo de futebol por exemplo. Portanto, uma das manifestações positivas de capital social numa comunidade é a ocorrência de frequentes interações sociais cotidianas.

Quando indagados sobre a entrega de abaixo assinado aos membros do governo nos últimos 12 meses, as respostas foram conforme destacadas no gráfico 19.

Gráfico 19 - Vezes em que as comunidades se reuniram para entrega de abaixo assinado



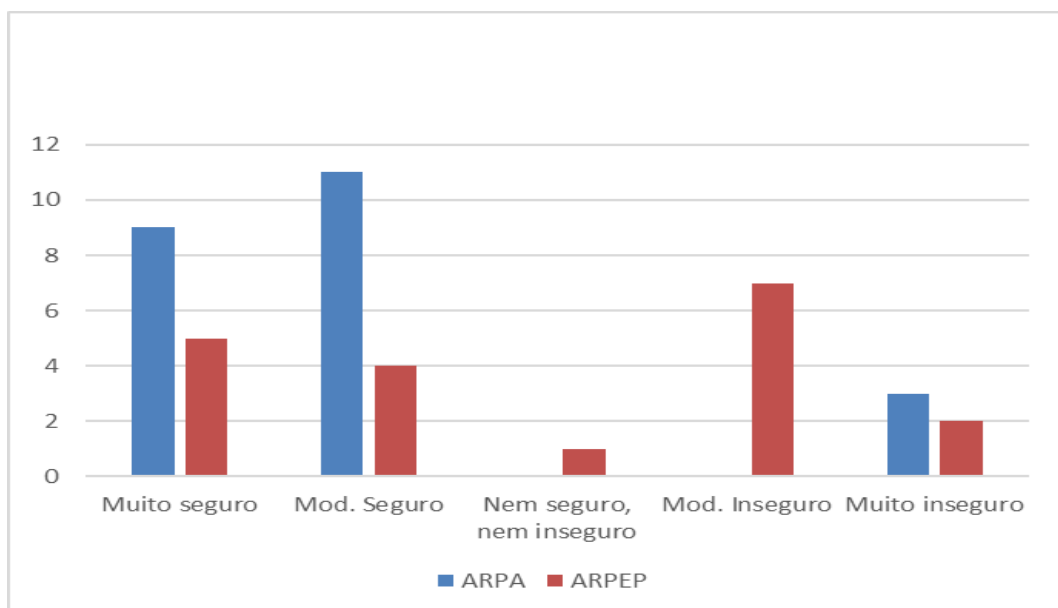
Fonte: A autora, 2017

Percebe-se que na ARPA houve maior atuação quanto a reivindicações dos associados, cerca de 69,57% disseram que participaram de abaixo assinado uma vez, menos de cinco vezes, e em mais de cinco vezes. E 47,83% disseram que a maioria dos abaixo assinados teve êxito; os que responderam que participaram de um abaixo assinado também disseram que houve êxito (17,39%), e somente 4,35% responderam que não houve êxito nos abaixo assinados. Já na ARPEP 94,74% responderam que participaram somente uma única vez na entrega de um abaixo assinado para membros do governo municipal e que obtiveram êxito no que foi solicitado. Quanto ao estudo de Ribeiro (2011) sobre quantas vezes eles entregaram abaixo assinado, as

respostas foram algumas vezes (menos de 5) e nunca. E os respondentes disseram que os abaixo assinados entregues na sua grande maioria não foram atendidos.

Quando indagados sobre a segurança no assentamento e/ou comunidade as respostas foram diferenciadas conforme se observa no gráfico 20. Na ARPA os respondentes disseram que se sentem muito seguros 39,13%; moderadamente seguros 47,83% e muito inseguro 13,04%. Na ARPEP as respostas foram mais diluídas: 26,32% disseram que se sentem muito seguros; moderadamente seguro foram 21,05%; nem seguro, nem inseguro 5,26%; moderadamente inseguro 36,84% e 10,53% disseram muito inseguro. Na pesquisa de Ribeiro (2011), em relação ao sentimento de segurança quando se encontram sozinhos nas suas casas, os números revelam que as unidades familiares agroextrativistas se sentem, no geral, muito seguras.

Gráfico 20 - Segurança no assentamento



Fonte: A autora, 2017

2.4 Conclusão

As histórias dos surgimentos da ARPA e da ARPEP trazem as explicações para as dinâmicas diferentes que ocorreram nas manifestações de capital social dessas associações. E, também, explica, em parte, as razões dos diferentes desempenhos de capital social individual das organizações sociais investigadas em suas respectivas redes sociais. A ARPA teve

influência de atores como o MST, STTR, FASE desde a sua criação, isso possibilitou às famílias adquirirem aprendizado de organização do trabalho e princípios de convivência social (cooperação, solidariedade, confiança e ajuda mútua) e fortalecimento político através da formação de lideranças e representação próprias.

Essas características contribuíram positivamente para que florescesse um significativo capital social comunitário e surgisse importante capital social individual. Como exemplo, o presidente da ARPA, cujo mandato se encerrou em 2017, que esteve nessa função por quatro mandatos, participou do COMDER-MO, da CESE e foi vereador por dois mandatos. Essa liderança esteve presente desde o início (acampamento, assentamento) antes da fundação da ARPA. Portanto, acumula capital social individual e também o capital relacional, conforme foi descrito na pesquisa. Além de outros associados que já estiveram na presidência da ARPA e/ou compondo a diretoria, com formação em nível superior completo e pós-graduação, alguns participaram e participam do COMDER-MO, outros lecionam na EEMC – foco na agroecologia. Portanto, além da existência do capital social comunitário, a ARPA também possui capital humano, cujas habilidades e competências ajudam no estabelecimento de relações e parcerias em nível regional e nacional com atores que fazem parte de outras redes, inclusive, em nível internacional.

Por outro lado, a trajetória histórica da ARPEP é um pouco diferente da ARPA. Ela teve como parceiro importante a FASE que esteve presente desde a sua formação, em 2009. O STTR aparece como parceiro no decorrer da história da ARPEP, e o MST atuou mais especificamente no grupo Margarida Alves (Mirassol D'Oeste). Consequentemente, não existiu a mesma intensidade de atuação dos parceiros junto à ARPEP, de tal modo que é possível inferir que a memória da ARPEP é mais fraca. Assim, o capital social comunitário da ARPEP, quando comparado ao da ARPA, pode ser considerado de pouca influência nas questões de organização de trabalho e de convivência social, pois, na ARPA essas condutas foram apreendidas desde a época do acampamento e assentamento sob fortes influências do MST, STTR e da FASE, o que não ocorreu na ARPEP. Além disso, na ARPEP não houve ações direcionadas à formação de lideranças, comprometendo, portanto, a postura política das associadas, o que reflete de forma negativa no capital individual das mulheres agroextrativistas.

Quanto ao capital individual, tem-se como destaque a atual presidenta da ARPEP, cujo mandato se encerrou em 2017, que esteve à frente da presidência por dois mandatos, passou a participar do COMDERS/CA (Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável) a partir de 2017; e participou da RMERA (Rede de Mulheres Empreendedoras da Amazônia). Portanto, ela também possui capital individual importante que ajuda na capitalização relacional. Além

desta liderança, um outra é proveniente do grupo das Margaridas, trata-se da coordenadora do posto de saúde do assentamento, que, portanto, acumula capital social individual e relacional. Assim sendo, a pesquisa constatou assimetrias entre as lideranças e os demais associadas, porque as primeiras acumulam mais capital social individual a partir das posições sociais que ocupam. Porém, em época de eleição para a diretoria da ARPEP são poucas as candidatas interessadas em concorrer aos cargos, possivelmente reflexo da herança histórica influencia pelo MST, principal responsável por formar as lideranças dos assentamentos e acampamentos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO SOBRE REDE SOCIAL

3.1 Introdução

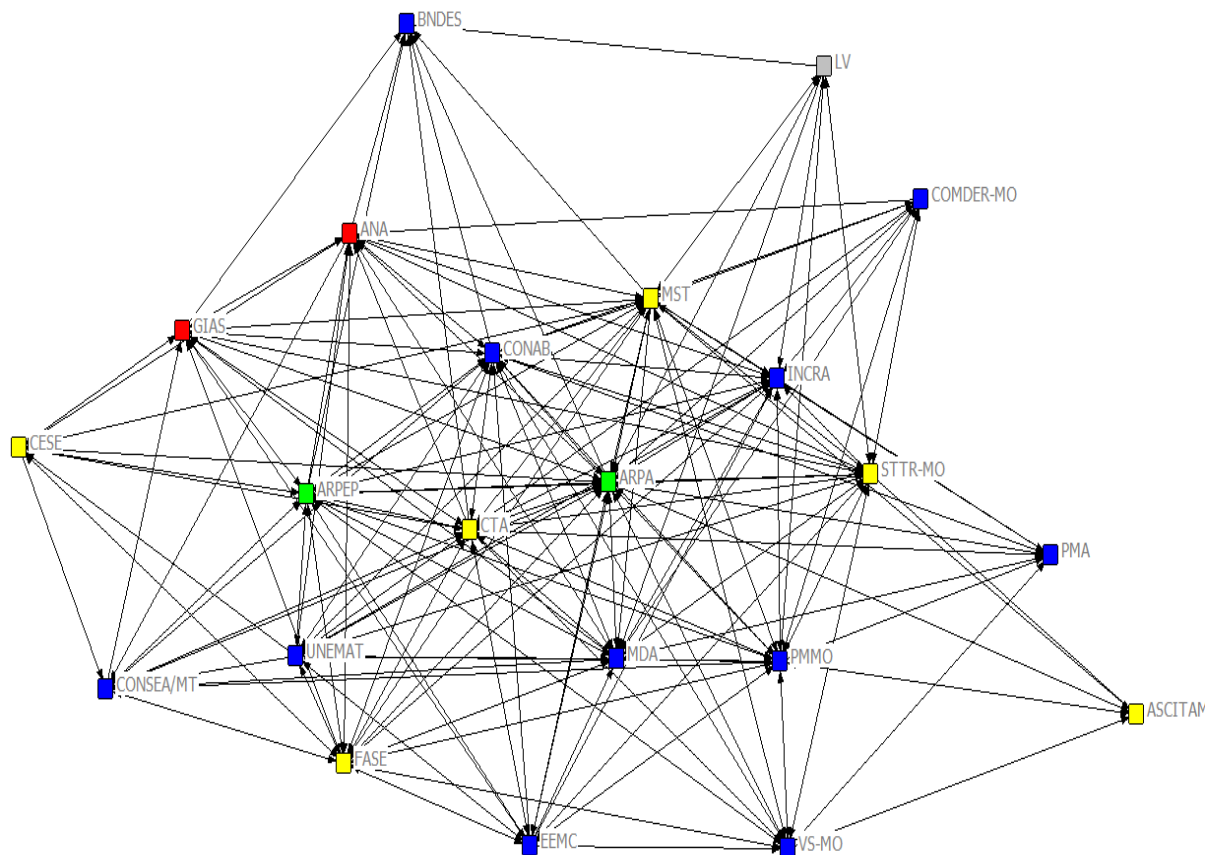
Nesta seção será analisado o capital social estrutural da associação agroecológica ARPA e da agroextrativista ARPEP em suas respectivas redes, com o intuito de entender a dinâmica de atuação de cada uma delas. Isso se dará através da análise do capital social (de ligação, de ponte e de conexão) e do respectivo desenho institucional das redes. O capital social de ligação refere-se aos laços entre os membros da rede – rede interna (laços fortes). O capital social de ponte, por sua vez, diz respeito aos laços com representantes de órgãos de governos ou de outras organizações (locais, rede externa) no âmbito do estado (laços fortes e/ou fracos). Já o capital social de conexão vai trazer a interação com organizações externas – de fora do estado, contatos que podem abrir novas possibilidades que irão ajudar na concretização dos objetivos das associações – rede externa (laços fracos).

3.2 A rede social da ARPA e suas conexões

Como foi descrito na metodologia, elaborou-se uma lista com trinta e duas organizações que tiveram algum envolvimento com as associações ARPA e ARPEP no período de 2005 a 2016, e a partir desses dados foi possível gerar as redes específicas das duas associações agroecológicas. O procedimento se deu da seguinte forma: apresentou-se a lista ao presidente da ARPA e à presidenta ARPEP que definiram quais organizações tiveram algum relacionamento com as associações no período analisado (2005 a 2016). Na sequência, essas informações foram lançadas no *software* UCINET, o que deu origem as redes egocentradas da ARPA e da ARPEP. Para melhor visualização das redes destas associações, optou-se por colorilas conforme características descritas na sequência: as associações agroecológicas e agroextrativistas estão em cor verde; em azul estão os órgãos do governo; em vermelho estão as outras organizações em redes; em amarelo estão as organizações da sociedade civil; em cinza estão as instituições privadas.

A rede social ego-centrada da associação agroecológica ARPA está configurada conforme o diagrama 1. Assim, dos 32 nomes das organizações levantadas, o presidente da ARPA identificou 21 delas como sendo as instituições com as quais a ARPA se relaciona. Analisando, então, o sociograma da rede da ARPA, verifica-se que é formada por vinte e dois atores e duzentos e quarenta relações estabelecidas, este número pode ser considerado significativo para um total de quatrocentos e sessenta e duas⁴ relações possíveis, representando um percentual de 51,95% entre vínculos unilaterais e bilaterais. Ou seja, a densidade da rede da ARPA é de 51,95%, o que pode ser considerada uma rede de boa conectividade. Conforme será demonstrado na avaliação da ARPEP, na sequência, observa-se que a rede social da ARPA tem menor número de atores (22) em comparação com a rede da ARPEP (27) num universo de 32 membros – lista das organizações levantadas junto às associações agroecológica e extrativista no período de 2005 a 2016.

Diagrama 1 – Sociograma – Rede Social da ARPA



Fonte: UCINET Analytic Technologies (2005), Adaptado pela autora.

⁴ O cálculo do número de relações possíveis é realizado a partir de $22 \times (22-1)$. O número de membros da rede menos o participante a quem é apresentado o formulário, o que eleva o máximo de relações dessa rede específica para 462.

Após essa informação, segue-se descrevendo como se deu o relacionamento da ARPA com as demais organizações na rede social em análise. A ARPA se relacionou com a ARPEP, o que está indicado na cor verde. Existem 11 atores vinculados a órgãos de governos, considerados como relacionamento externo no âmbito estadual, porém das três esferas (federal, estadual e municipal), sendo que está presente nesse rol de organizações a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), e estão representados pela cor azul. Seis organizações vinculadas à sociedade civil estão coloridas na cor amarela, com destaque para o MST, a ONG FASE e o STTR. Então, em amarelo estão as organizações representantes da sociedade civil, num total de 06 atores. Também, existem 02 atores que representam outras redes sociais em nível estadual e nacional, destacados na cor vermelha. E ainda, há uma organização vinculada à iniciativa privada – o Laticínio Vencedor, na cor cinza. Portanto, trata-se de uma rede com vínculos bem distribuídos: entre as associações, sindicatos e movimentos sociais; externamente com os órgãos do governo nos três níveis de esfera; com a iniciativa privada; com ONGs; com a comunidade científica da UNEMAT; e outras redes sociais.

Na pesquisa de campo, através observação direta e da entrevista com os associados, foi possível entender as estratégias da ARPA e da ARPEP junto aos atores que compõem as suas redes de relacionamento. Por exemplo, quanto ao relacionamento da ARPA com os órgãos do governo foi possível constatar maior participação do município de Mirassol D'Oeste através das secretarias de Educação, de Assistência Social, de Saúde, especificamente no setor de Vigilância Sanitária, e, sobretudo, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura. Esse bom relacionamento se percebe nitidamente nos relatos dos associados da ARPA, que ao responder as perguntas sobre o nível de confiança deles com os agentes municipais, a avaliação foi melhor em comparação com as relações que estabelecem com o governo estadual. Quando comparada com a ARPEP, o que será descrito no tópico destinado a análise da rede social desta associação, os dados informados apontam que a ARPA tem um melhor relacionamento com o município.

Essa configuração de bom relacionamento é apresentada, também, na fala dos representantes dos órgãos da Prefeitura de Mirassol D'Oeste. O exemplo do que foi informado pelo representante da Secretaria Municipal de Agricultura, ilustra bem essa relação por relatar que a partir de 2008 o relacionamento com os agricultores familiares só vem melhorando a cada ano em diversos níveis de parcerias, seja na troca de informações, ou no cadastramento dos agricultores junto ao MAPA para comercialização dos produtos agroecológicos, etc. Também, foi informado que já foram traçadas algumas políticas públicas em conjunto com o COMDER/MO priorizando recursos para o segmento da agricultura familiar, conforme já explicitado na seção 3.2 sobre o capital social, quando da avaliação sobre confiança nos

governos. Na avaliação junto aos representantes da Prefeitura de Mirassol D'Oeste foi informado que sim, a prefeitura é parceira da ARPA e a comunicação é, em média, semanal e a confiabilidade é boa. O presidente da ARPA confirmou essas informações: existe parceria entre os associados da ARPA e a prefeitura de Mirassol D'Oeste, a comunicação é semanal, na média, e a confiabilidade é boa.

Já nas relações com a esfera estadual, percebe-se que a atuação dos órgãos do governo estadual junto ao segmento da agricultura familiar é quase inexpressível, pois, somente através do INCRA é que se dá esse relacionamento, que por sinal é muito ruim. Assim, o presidente da ARPA, em entrevista, informou que esse relacionamento com o INCRA, não é nada amistoso. Ele relatou que no início do assentamento Roseli Nunes, o INCRA cumpriu com as metas do Programa de Desenvolvimento de Assentado (PDA) que consistia em dotar o assentamento com infraestrutura: estrada, escola, transporte, etc. de fomento e de crédito, atuando como parceiro. Na fala do presidente da ARPA, hoje, o relacionamento dos associados com o INCRA está bastante prejudicado, pois, a instituição não cumpre nem 10% das metas do PDA (crédito e fomento) e ainda dificulta a situação dos assentados, estes não conseguem marcar audiência no INCRA para discutir assuntos rotineiros tais como: aposentadoria, financiamento, etc., para fins ilustrativos.

Outro exemplo citado pelo presidente da ARPA foi com relação à DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf, cujo órgão responsável pela emissão é o INCRA para o segmento de agricultores familiares oriundos da Reforma Agrária. Segundo o presidente da ARPA, no assentamento Sílvio Rodrigues, um dos assentamentos que compõem a ARPA, estava esperando que o INCRA emitisse a DAP para que eles, agricultores familiares, possam comercializar seus produtos via comercialização institucional através do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos. Porém, corre o risco de os agricultores familiares perderem o prazo para formalizar o projeto e conseqüentemente deixarem de negociar seus produtos por meio dessa modalidade. Outra reclamação, de acordo com o presidente da ARPA, diz respeito aos recursos provenientes do Programa Nacional de Reforma Agrária, destinado à reforma das casas – seja para a compra de materiais ou pagamento de pedreiros etc. – pois esses recursos não são repassados integralmente, ocasionando no grande descrédito da associação em relação a esse órgão estatal. Quando houve a entrevista com o técnico do INCRA, foi relatado que o órgão foi muito atuante no início dos assentamentos, isto é, na desapropriação de terras, no assentamento das famílias, na delimitação da área, na assistência técnica e no fomento através da liberação dos recursos do PRONAF para investimento e custeio do assentamento.

Também, segundo o técnico, foi no governo de Fernando Henrique Cardoso que o INCRA foi mais atuante através do Programa Empreendedor Social – o maior programa de assentamento da história da reforma agrária. O entrevistado relatou, também, que no governo de Luiz Inácio da Silva foi cortado o Programa Empreendedor Social e a atuação do INCRA foi bastante diminuída, atuando apenas em projetos de assentamento. Segundo ele, nos últimos 10 anos o INCRA foi sendo sucateado, não tendo sequer autonomia financeira para gerir suas unidades gestoras. Este técnico do INCRA confirmou que hoje os assentamentos estão praticamente abandonados pelo órgão, porém, os mais antigos já estão com toda a infraestrutura concluída, via INCRA: escola, posto de saúde, estradas, etc. Ainda, na avaliação do técnico, hoje, o relacionamento da instituição com a ARPA é bastante precária, apesar de considerar que são parceiros, alegou não existir comunicação mais próxima, havendo uma periodicidade mais longa - de mais de dois meses, e que a confiabilidade entre eles é boa. Já na avaliação do presidente da ARPA a instituição INCRA é considerada parceira, a comunicação ocorre uma vez na quinzena, porém a confiabilidade é ruim.

Faz-se importante lembrar que os programas institucionais que contribuíram para melhorar o sistema de comercialização dos produtos dos agricultores familiares foram o programa PAA e o PNAE – políticas de governo. Nesse sentido, tem-se como ator importante nas redes sociais da ARPA e da ARPEP o órgão do governo que intermedia a concretização desse tipo de comercialização, a CONAB. Segundo o presidente da ARPA, o órgão governamental CONAB é considerado um ótimo parceiro. O relacionamento é semanal e a confiabilidade é boa. Sempre que eles precisaram de alguma ajuda em relação ao projeto, são prontamente atendidos pelos técnicos da CONAB. Corroborando com essa informação, a técnica da CONAB confirmou essa parceria, cuja comunicação é bastante próxima e com confiabilidade muito boa, inclusive, os técnicos da CONAB visitam os assentamentos para levar informações sobre esses institutos, tirar dúvidas e ajudar na elaboração dos projetos. Portanto, a comunicação realiza-se semanalmente, dependendo da fase em que se encontra o projeto, e a média pode ser considerado mensal. Essa comunicação se realiza através de telefonemas, de visita aos assentamentos e, ainda, com a vinda dos agricultores à CONAB. A técnica ressaltou que o canal de comunicação está sempre aberto. Ela informou também que de 2005 a 2011 houve um aumento significativo de propostas dos projetos pelo segmento da agricultura familiar para acessar o programa PAA. Portanto, nesse período, os recursos disponibilizados pelo programa tiveram impacto positivo na comercialização dos produtos do segmento da agricultura familiar: produção com venda garantida; aumento da renda do agricultor; resgate da dignidade do agricultor; diversificação na produção; escala de produção;

melhoria na qualidade da alimentação do agricultor e de sua família; melhoria na saúde das crianças, dos idosos, etc.

Porém, a partir de 2012 começou a diminuir gradativamente os recursos disponibilizados pelo PAA, e também caiu o número de projetos aprovados pelo programa, isso devido aos critérios exigidos na apresentação da documentação para evitar possíveis fraudes ou manipulações de informações. Já em 2016 a redução dos recursos foi considerada muito drástica, e em 2017 os valores chegam a ser considerados irrisórios, praticamente inviabilizando o programa PAA. Ainda, segundo a técnica da CONAB, a ARPA está inserida no programa PAA desde 2005, foi pioneira desse programa no Mato Grosso. E, em entrevista, a técnica declarou que a ARPA foi gradativamente ampliando o número de projetos no PAA, até chegar o momento que essa realidade foi sendo modificada, passando a diminuir sua participação no programa PAA ano após ano, galgando novos mercados. Isso graças à profissionalização dos agricultores da ARPA com a introdução do planejamento e organização da produção (escala de produção mensal ao longo do ano e qualidade dos produtos agroecológicos). Assim, esses produtores passaram a vender seus produtos em outros mercados como feiras municipais, pequenos comércios da região, etc. e, também, passaram a acessar outra política pública, o PNAE, com viabilização da venda de seus produtos na merenda escolar a partir de 2010.

Um ator importante que contribuiu com a qualificação profissional dos agricultores agroecológicos da ARPA e que compõem a sua rede social é a FASE⁵, que é uma ONG preocupada em promover a agroecologia e a exigência do direito à alimentação adequada e saudável no campo e na cidade. Esta ONG prioriza o fortalecimento e a constituição de grupos de mulheres como sujeito de direitos e para a autonomia econômica, dentre outros objetivos. A FASE esteve presente e contribuiu na formação da ARPA desde a época do acampamento que culminou com a criação do projeto de assentamento Roseli Nunes – o primeiro assentamento que compôs a ARPA. No início, a FASE juntamente com o MST organizou as famílias para a construção do acampamento. Esse processo organizativo era orientado por setores: produção, saúde, educação, religião, etc. cada qual com suas tarefas específicas. Então, surgem as primeiras normas de convivência em grupos sociais de relacionamento. A FASE é um parceiro importante na rede social da ARPA, principalmente no que tange à formação profissional dos agricultores familiares quanto ao planejamento das atividades produtivas, à organização da produção e sua comercialização.

⁵ Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE. [http:// www.fase.org.br](http://www.fase.org.br)

Outra contribuição é sobre conhecimentos e aprendizagem em agroecologia, como por exemplo o curso Agroecológico Pé no Chão – formação continuada em Agroecologia junto às famílias, orientando a compreensão e implementação dos princípios agroecológicos aos sistemas produtivos, se embasando na realidade local, possibilitando uma práxis agroecológica. A FASE também contribuiu, e ainda contribui, na elaboração de projetos de apoio à comercialização, por exemplo, o projeto do território da cidadania, que objetiva angariar recursos para aquisição de equipamentos, caminhão, furgão, caminhonete, etc. Ademais, auxiliou na elaboração de projetos de ação ambiental para a recuperação de áreas degradadas com reprodução de mudas nativas. A FASE atua o Grupo de Intercâmbio em Agroecologia (GIAS) no projeto “Multiplicadores de Sementes”, trata-se de uma rede estadual de troca de sementes tradicionais. Além disso, outra iniciativa importante que teve atuação da FASE na elaboração e execução foi o projeto de ação ambiental com apoio do Fundo CASA (Centro de Apoio Sócio Ambiental), cujo objetivo foi a recuperação de áreas degradadas através da reprodução de mudas nativas. Além disso, a FASE é um ator que participa e defende a importância da agricultura familiar no Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA/MT em nível estadual, portanto, ela auxilia na discussão dos assuntos prioritários a esse segmento no tocante às políticas públicas.

Numa perspectiva nacional, a FASE interage junto a rede de Articulação Nacional em Agroecologia (ANA). Então, através da FASE e do GIAS, tanto a ARPA quanto a ARPEP têm acesso a inúmeras oportunidades, tais como: intercâmbio em nível nacional que ajuda na qualificação desses agricultores através de seminários, cursos, etc. Ou seja, a FASE é um ator, um parceiro na rede social da ARPA com expressão significativa, não só internamente, mas como ligação com outros atores, de tal forma que possibilita aos associados da ARPA conquistas de novos horizontes. Isso se confirma na fala do presidente: “a ARPA sem a FASE não funciona”⁶. A comunicação é semanal, e a confiabilidade é boa. O presidente da ARPA corrobora essas informações.

O MST é destaque na rede social da ARPA. Ele se confunde com a própria associação, pois, os associados da ARPA atuam no MST, ou seja, a ARPA é um instrumento do Movimento Sem Terra. Este movimento social esteve presente na conquista da terra, desde o acampamento que resultou no assentamento Roseli Nunes, o primeiro a compor a ARPA. O MST contribuiu na mobilização política dos assentados e na organização das famílias via cooperação e laços solidariedade. Para o MST, atualmente o movimento continua sendo um parceiro importante

⁶ Entrevista realizada com o Presidente da ARPA no dia 18/03/2017.

para a ARPA, na luta pelo fortalecimento do segmento da agricultura familiar via capacitação profissional, o que refletiu na qualidade da produção e na busca por novos mercados. A comunicação é semanal e a confiabilidade é boa. Já o presidente da ARPA relatou que o MST, apesar de ter sido um parceiro muito presente e atuante, hoje estabelecem uma relação de confiabilidade ruim e a comunicação é mensal.

O Grupo de Intercâmbio em Agroecologia (GIAS)⁷, criado em 1999, é fruto de uma ação conjunta de organizações e movimentos sociais (FASE, CTA, MST, CPT, etc.), que defende a agroecologia enquanto sistema social, ambiental e econômico, assim como valoriza o intercâmbio de conhecimentos. O GIAS é uma rede estadual em defesa da agroecologia. Algumas associações e/ou organizações do Estado de Mato Grosso compõem essa rede: ARPA, ARPEP, FASE/MT, CPT, CTA, COMPRUP (Cooperativa Mista de Produtores Rurais de Poconé), Grupo Semente, etc. O GIAS é um ator que também tem influência importante na rede social da ARPA. Atua na defesa dos direitos dos trabalhadores do campo, dos camponeses, dos assentados, etc. Promove ações conjuntas em três linhas centrais: 1) planejamento da produção, articulação de possibilidades de mercado e comercialização dos produtos da sociobiodiversidade do estado; 2) encontros estaduais e feiras de roças e quintais; e 3) a constituição de uma rede de troca de sementes tradicionais. Portanto, essa parceria entre o GIAS e a ARPA contribui para melhorar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através de eventos que proporcionem troca de saberes, seminários, oficinas, feiras agroecológicas, etc.

Existem outras organizações que compõem a rede do GIAS, como: Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos; Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN). A rede GIAS acessa recursos públicos específicos para redes em agroecologia. Um exemplo é o programa ECOFORTE, recurso acessado via parceria da rede GIAS, com a rede ANA. O Programa ECOFORTE integra o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e visa o fortalecimento e a ampliação de redes, cooperativas e organizações socioprodutivas e econômicas de agroecologia, extrativismo e produção orgânica. Trata-se de um projeto do GIAS, cujos recursos foram destinados à compra de equipamentos para horta coletiva da ARPEP. A rede GIAS é um elo entre a ARPA e a ARPEP junto à rede nacional ANA. É importante ressaltar que através da rede GIAS foi possível constituir a rede de troca e produção de sementes tradicionais. A troca de sementes tradicionais se concretiza nos eventos que envolvem todo o estado de Mato Grosso. Portanto, o

⁷ GIAS – Grupo de Intercâmbio em Agroecologia. É uma rede estadual. www.gias.org.br

GIAS é um parceiro da ARPA, e, segundo informação do representante dessa rede a comunicação ocorre mensalmente, em média, e a confiabilidade é boa. O presidente da ARPA confirmou com essas informações.

O parceiro Centro de Tecnologia Alternativa (CTA) é uma associação civil privada formada por técnicos e agricultores familiares. Atua junto às associações de agricultores familiares e de pequenos agricultores na busca por recursos para esse público, através da elaboração de projetos, inclusive, projetos de cooperação internacional. O CTA constituiu uma equipe de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que presta assessoria técnica às associações ARPA e ARPEP, auxiliando-os na elaboração de projetos, acompanhando a execução dos mesmos. Além de proporcionar qualificação profissional a esses atores na área de gestão e prestação de contas. A constante qualificação dos associados da ARPA permite que eles estejam mais bem preparados para atuarem nesse mercado acirrado, competindo na busca por novos mercados para expandir sua comercialização. A ARPA está assumindo o papel de protagonista na região do Vale do Jauru, na Bacia Paraguai e no Cabaçal. Em entrevista, o técnico do CTA informou que existe parceria entre o CTA e a ARPA, a comunicação é, em média, mensal e a confiabilidade é boa. O presidente da ARPA confirmou essas informações.

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) é outro ator importante na rede social da ARPA. O STTR–Cáceres participou ativamente na luta pela terra no acampamento para a conquista do assentamento Roseli Nunes, na desapropriação da terra, via reforma agrária, da fazenda Agrosilvapastoril Prata. A atuação do sindicato nesse processo de conquista da terra, juntamente com outros parceiros – FASE, MST, Comunidades Eclesiais de Base (CEBEs), etc. – era a de promover a formação da consciência da classe trabalhadora na luta pela reforma agrária através da realização de seminário para debater questões fundiárias. O sindicato era e é o responsável pela mobilização social e política dos agricultores familiares. O STTR–Mirassol D’Oeste também tem participação na formação política e na gestão dos associados da ARPA, atuando nas negociações e reivindicação dos interesses dos associados junto ao governo municipal de Mirassol D’Oeste. Em entrevista, o representante do STTR/MO confirmou essa parceria com a ARPA, informou que a comunicação entre esses é mensal e a confiabilidade é boa. Já o presidente da ARPA afirmou em entrevista que existe parceria, porém, a comunicação é uma vez a mais de dois meses e a confiabilidade ruim. Relatou, também, que o relacionamento dos agricultores familiares com o STTR de Cáceres/MT foi muito bom no passado (época da conquista da terra), porém, hoje, não existe mais um relacionamento tão próximo.

Outro ator que merece destaque é a Escola Estadual Madre Cristina (EEMC), que segundo o documento da FASE (2018), a EEMC, que antes era uma escola itinerante, esteve apoiando os agricultores familiares desde o acampamento, que depois se tornou assentamento Roseli Nunes. Os educadores, já naquela época, faziam acontecer a educação formal dentro do comodato. Com o olhar diferenciado, os educadores implementavam novas práticas educativas, cultivando os valores do campo, participando da dinâmica do acampamento e adaptando-se à vida nova. Ainda, conforme relatos da FASE (2018, p. 9-10), “a EEMC integrava e ajudava a desenvolver nas crianças um sentimento de pertença ao MST e fortalecia cada educando na luta do dia-a-dia na perspectiva da conquista da terra”. Hoje, a EEMC está localizada no assentamento Roseli Nunes e adota as matrizes pedagógicas – pedagogia do Movimento Sem Terra (CALDART, 2000), na qual se trabalha a pedagogia voltada para as práticas da luta social: da organização coletiva; da terra; da cultura; da escolha; da história. Portanto, a EEMC busca implementar o aprendizado teórico na prática vivenciada pelos alunos, ou seja, garantir a esse público o acesso à educação de qualidade voltada aos interesses da vida do campo, conciliando a teoria com a prática.

Em entrevista com a representante da escola foi possível observar *in loco* como se dava a aprendizagem dos alunos. Essa pessoa nos relatou que existe essa parceria entre a ARPA e a EEMC, inclusive com a atuação de dois membros da ARPA compondo o quadro de professores da escola. Esses professores foram formados pela Universidade de Brasília (UnB), com foco na agroecologia. Um dos objetivos dessa parceria é a elaboração de projetos na área da agroecologia voltados à realidade desse público do campo: “escola do campo para o campo”, na qual os alunos participam ativamente de todo o processo de aprendizagem, vivenciando a teoria na prática. Os alunos são levados a conhecer as atividades agrícolas e o trabalho na terra. A representante da EEMC informou que a comunicação com a ARPA é mensal e a confiabilidade é boa. O presidente da ARPA confirmou essas informações.

Outro parceiro de destaque na rede social da ARPA é a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, através do Núcleo UNITRABALHO – Programa Institucional de Educação e Socioeconomia Solidária. A Academia trabalha na formação dos agricultores familiares através de cursos cujo foco está na economia solidária, na agroecologia, na educação no campo, na forma de comercialização, na diversificação da produção, na gestão da organização e do controle da produção (quantidade e constância da produção). Na entrevista com o professor que está à frente do Núcleo UNITRABALHO foi relatado que o gargalo ainda está na forma como se dá a comercialização dos produtos pelos agricultores familiares. Então, uma das linhas de atuação da academia está sendo ajudar os agricultores a repensar formas de

buscar novos espaços para a comercialização desses produtos, os chamados mercados alternativos.

Outra atuação da UNEMAT está voltada para qualificação dos professores e alunos do meio rural. Os professores e alunos da EEMC fazem parte desse público. Portanto, o público em potencial é a juventude, filhos de agricultores familiares, cuja formação é direcionada para técnicas de produção agroecológica, noções de economia solidária, importância de se conservar e de se trabalhar na terra. Assim, a academia atua junto aos associados e seus familiares para que estes se tornem atores ativos no segmento em que atuam, isto é, protagonistas de suas próprias histórias, de tal forma que eles empoderados enquanto agentes de organização, de mobilização e de formação política, econômica, cultural e social, apropriando-se destes conhecimentos e passando a ser agentes ativos como formadores e disseminadores de tais conhecimentos junto a outros camponeses. Em entrevista, o professor informou que a UNEMAT é parceira da ARPA, a comunicação é em média semanal e a confiabilidade é boa. O presidente da ARPA confirmou essa parceria, porém, afirmou que antes a comunicação era mais próxima, e atualmente é em média uma vez a cada dois meses, e a confiabilidade é boa.

Outro parceiro que merece destaque é a rede de Articulação Nacional em Agroecologia (ANA)⁸ – é um espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira engajadas em experiências concretas na promoção da agroecologia, no fortalecimento da produção familiar e na construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural. A ANA organiza sua ação em três frentes, a saber: 1) articula iniciativas realizadas pelas organizações que fazem parte da rede ANA: intercâmbio e fomento e reflexão sobre tais práticas; 2) atua em políticas públicas, a ANA é o representante legítimo para propor e negociar políticas públicas para o segmento da agroecologia; 3) a ANA faz a comunicação com a sociedade, dá visibilidade ao segmento da agricultura familiar junto à sociedade. Essa rede de agroecologia e produção orgânica, formada por representantes da sociedade civil de todo o Brasil, articula, atualmente, vinte e três redes estaduais e regionais, que reúnem centenas de grupos, associações e organizações não governamentais, além de quinze movimentos sociais de abrangência nacional. Assim sendo, o contato da ARPA e da ARPEP com a ANA se dá indiretamente via GIAS, que representa esses grupos do Mato Grosso nessa rede nacional, com a finalidade de discutir políticas voltadas para a agroecologia. A ARPA participa, através do GIAS, de intercâmbio, de encontros em nível nacional via rede ANA. Trazendo como exemplo, um representante da FASE, do GIAS e da ARPA participaram do Seminário “Experiências na

⁸ ANA – Articulação Nacional de Agroecologia. www.agroecologia.org.br

Construção Social de Mercados”, em maio de 2017 na cidade de Torres/RS, que foi pensado e implementado pela rede ANA em parceria com a Rede Ecovida de Agroecologia e com a agência alemã de cooperação Misereor. Esses encontros proporcionam trocas de experiências e debates sobre os gargalos e os desafios para o desenvolvimento da agroecologia, assim como contribuem para a formação dos agricultores familiares.

Outro fator importante para a disseminação do conhecimento é que a ANA participa de uma rede internacional, em que a troca de saberes constitui ponto forte para o segmento da agroecologia, da agricultura familiar, e das comunidades tradicionais. Em entrevista, o representante da ANA informou que a parceria se dá entre a ANA e o GIAS, a comunicação é mensal e a confiabilidade é boa. Entre a ANA e a FASE, a comunicação é semanal e a confiabilidade é boa. Portanto, o GIAS e a FASE atuam como elo entre a ARPA e a ANA. O presidente da ARPA informou que existe a parceria com a ANA, a comunicação se dá uma vez a mais de dois meses e a confiabilidade é boa.

Outro ator que compõe a rede social da ARPA é a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE)⁹. A CESE foi criada por igrejas cristãs e tem por missão fortalecer as organizações da sociedade civil, especialmente as populares, empenhadas nas lutas por transformações políticas, econômicas e sociais, e que conduzam os princípios da democracia e da justiça. A CESE apoiou, em 2006, o projeto “agroindústria beneficiamento da mandioca” na aquisição de equipamentos para uma farinheira que era coordenada pelo grupo de mulheres DANDARA, do assentamento Roseli Nunes. Porém esse projeto não foi concretizado devido a falta da contrapartida do grupo. Os equipamentos estão disponíveis e há a possibilidade da ARPA assumir a farinheira. Em entrevista o representante da CESE informou que existe parceria com a ARPA e a comunicação é uma vez a mais de dois meses e a confiabilidade é boa. O presidente da ARPA confirmou essa parceria e informou que a comunicação acontece uma vez de dois em dois meses e a confiabilidade é boa.

Laticínio Vencedor é a única organização privada que faz parte da rede social da ARPA. Essa instituição compra o leite produzido pelos agricultores da associação. Em entrevista, o representante desse laticínio informou que essa parceria ocorre na compra do leite, e que a comunicação acontece uma vez na quinzena e a confiabilidade é boa. O presidente da ARPA confirmou essas informações, porém, disse que a comunicação é semanal.

Diante da análise descrita acima sobre a rede da ARPA, pode-se inferir que do ponto de vista da formação política e organizacional, é considerada uma associação relativamente

⁹ CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço. www.cese.org.br

engajada, visto que tem participação em vários segmentos, como no COMDER-MO; participação ativa junto aos órgãos do governo municipal; participação em reuniões, eventos, intercâmbios que dizem respeito à agroecologia, tanto em nível regional quanto nacional. A estrutura social da rede da ARPA revela boa diversidade de atores, pois compõem a sua rede atores locais do estado e nacionais. Ainda, tem-se a presença de ONGs e de outras redes em nível regional (GIAS) e nacional (ANA). Portanto, seu nível de relacionamento vai além do contexto local e regional, passando a estabelecer contato, troca de saberes e experiências em nível nacional e, indiretamente, em nível internacional, pois, a ANA compõe uma rede internacional de relacionamento.

A Análise das respostas dos atores dessa rede demonstra que a ARPA, através do seu presidente, afirmou que as relações com ANA, ARPEP, CESE, CONAB, COMDER-MO, CTA, EEMC, FASE, GIAS, MDA, PMA, PMMO, UNEMAT são boas, cujo grau de confiabilidade é bom. E, em relação ao INCRA, MST e STTR/MO afirmou que nos últimos tempos a relação está sendo considerada ruim. No entanto, quando perguntado aos mesmos atores sobre o relacionamento com a ARPA, tem-se como resposta: a ANA informou que não se relaciona com a ARPA, e sim, com a FASE e o GIAS. Então, trata-se de relacionamento indireto no qual a ANA se relaciona com a FASE e o GIAS, que por sua vez se relaciona com a ARPA, ou seja, os benefícios dessas parcerias chegam à ARPA. ARPEP, COMDER-MO, CONAB, CTA, EEMC, FASE, GIAS, INCRA, MDA, MST, PMA, PMMO, STTR-MO, UNEMAT informaram que possuem relacionamento bom, com grau de confiabilidade bom. A CESE informou que se relaciona com a ARPA, porém, o grau de confiabilidade é razoável e a média de comunicação é de uma vez a mais de dois meses.

Enfim, através dessas informações, é possível inferir que a ARPA, no decorrer dos mais de 20 anos de existência, vem conseguindo muitas conquistas aos seus associados e como consequência se mantém no mercado por tanto tempo. Além dos sociogramas, o *software* pode gerar várias tabelas. Então, para melhor entendimento do objetivo da pesquisa, optou-se pelas tabelas que informam sobre as medidas de centralidade dos atores das redes: 1) do grau, 2) de intermediação, e 3) de proximidade.

A tabela 1 mostra o grau de centralidade das organizações que compõem a rede social da ARPA, isto é, a quantidade de conexões que cada ator possui. Na coluna 2 as organizações estão classificadas por ordem decrescente de conexões, isto é, de relações estabelecidas. Na coluna 3 estão as conexões de saídas (*OutDegree*) e na coluna 4 as relações de entrada (*InDegree*). Nas colunas 5 e 6 estão os valores em percentuais (*NrmOutDeg*) e (*NrmInDeg*) das saídas e entradas, respectivamente. E, logo abaixo, apresentam-se as estatísticas descritivas e

os principais indicadores: 1) média do número de relações, 2) soma, 3) mínimo, e 4) máximo de relações.

Tabela 1 - Grau de Centralização dos atores da Rede Social da ARPA

1	2	3	4	5	6
Posição	Organização	OutDegree	InDegree	NrmOutDeg	NrmInDeg
1	ARPA	21.000	19.000	100.000	90.476
2	MST	20.000	15.000	95.238	71.429
3	PMMO	17.000	12.000	80.952	57.143
4	CTA	17.000	14.000	80.952	66.667
5	ARPEP	16.000	14.000	76.190	66.667
6	STTR-MO	15.000	10.000	71.429	47.619
7	FASE	15.000	14.000	71.429	66.667
8	MDA	14.000	14.000	66.667	66.667
9	EEMC	13.000	10.000	61.905	47.619
10	UNEMAT	12.000	11.000	57.143	52.381
11	GIAS	11.000	10.000	52.381	47.619
12	CONAB	10.000	17.000	47.619	80.952
13	VS-MO	9.000	8.000	42.857	38.095
14	ANA	9.000	11.000	42.857	52.381
15	INCRA	8.000	14.000	38.095	66.667
16	CESE	8.000	8.000	38.095	38.095
17	COMDER-MO	8.000	6.000	38.095	28.571
18	LV	6.000	4.000	28.571	19.048
19	CONSEA/MT	6.000	9.000	28.571	42.857
20	PMA	3.000	7.000	14.286	33.333
21	ASCITAM	2.000	5.000	9.524	23.810
22	BNDES	0.000	8.000	0.000	38.095
ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS					
		1	2	3	4
		OutDegree	InDegree	NrmOutDeg	NrmInDeg
1	Mean	10.909	10.909	51.948	51.948
2	Std Dev	5.542	3.825	26.393	18.213
3	Sum	240.000	240.000	1.142.857	1.142.857
4	Variance	30.719	14.628	696.576	331.703
5	SSQ	3.294.000	2.940.000	74693.875	66666.664
6	MCSSQ	675.818	321.818	15324.675	7.297.464
7	Euc Norm	57.393	54.222	273.302	258.199
8	Minimum	0.000	4.000	0.000	19.048
9	Maximum	21.000	19.000	100.000	90.476
Network Centralization (Outdegree) = 50.34 0%					
Network Centralization (Indegree) = 40.363%					

Fonte: UCINET Analytic Technologies ,2005 ; Dados da pesquisa, 2017.

Analisando a tabela 1, percebe-se que a ARPA tem um grau de centralidade elevado, pois ela se relaciona com 21 organizações sociais (coluna 3) e deste total 19 responderam que se relacionam com a associação (coluna 4). Então a ARPA procura, mas também é procurada pelas associações. Isso se demonstra no percentual de saída em que a associação tem 100%; e também no seu percentual de entrada 90.476% - o maior de toda a rede (colunas 5 e 6, respectivamente). A rede, no geral, apresenta conectividade média nas relações de saída e de entrada de 51.948% (primeira linha das estatísticas descritivas). Isso comprova que a ARPA é o ator mais central de sua própria rede, o que revela ser ela uma organização de algum prestígio na sua rede.

O MST é o segundo ator da rede com maior conectividade, sendo que nas relações de saída é 95.238% e de entrada 71.429%, bem acima da média que é 51.948%. Essa atuação se justifica, principalmente, por se tratar de um ator importante na luta pela conquista da terra, pelos direitos dos agricultores familiares, e pelo fortalecimento do segmento da agricultura familiar através da formação política e da capacitação desses agricultores. O MST, juntamente, com o CTA, o STTR e a FASE pressionam os órgãos públicos locais para o atendimento das demandas agroecológicas.

Merece destaque a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, pois, ela está na terceira posição com 80.952%, nas relações de saída, e 57.143% nas de entrada, expressando um percentual acima da média. Foi informado que há um bom relacionamento entre a Prefeitura-MO e os agricultores familiares e que existem políticas públicas para esse segmento. Ressalta-se que, tanto a FASE, o CTA e o GIAS atuam em sintonia no assessoramento da ARPA. O CTA e o GIAS surgiram pela influência da FASE. Todos prestaram assessoramento à ARPA e contribuíram para qualificação profissional desses agricultores, assim como, abriram portas para a associação se conectar com outras organizações e redes em nível nacional.

Na tabela 2 tem-se o indicador grau de intermediação dos atores na rede da ARPA. Este indicador revela a possibilidade de alguns atores no controle dos processos de comunicação e de intermediação das relações, isto é, os atores chamados “pontes” para se acessar os demais. Conforme tabela 2, na coluna 3 tem-se o quantitativo de membros que um ator pode intermediar e na coluna 4 representa esse número em percentual. Confirma-se que a ARPA é o principal ator da rede com 59.026. O MST aparece em segundo lugar como intermediador. A Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste ocupa a 3ª posição, seguida pela CTA, FASE e GIAS. Isso comprova que a ARPA constitui no caminho mais curto para um ator chegar aos demais. Ela detém informações importantes sobre a associação, assim, como acerca dos demais atores que fazem parte da respectiva rede social.

Tabela 2 - Grau de Intermediação dos atores na rede social da ARPA

1	2	3	4
Posição	Organização	Betweenness	nBetweenness
1	ARPA	59.026	14.054
2	MST	29.008	6.907
3	PMMO	18.136	4.318
4	MDA	14.951	3.560
5	CTA	13.645	3.249
6	CONAB	11.809	2.812
7	ARPEP	11.025	2.625
8	FASE	10.405	2.477
9	STTR-MO	9.242	2.201
10	GIAS	4.458	1.061
11	INCRA	4.233	1.008
12	ANA	3.950	0.940
13	UNEMAT	3.444	0.820
14	EEMC	2.804	0.668
15	VS-MO	1.721	0.410
16	CONSEA/MT	0.927	0.221
17	CESE	0.900	0.214
18	COMDER-MO	0.881	0.210
19	LV	0.310	0.074
20	PMA	0.125	0.030
21	BNDES	0.000	0.000
22	ASCITAM	0.000	0.000
ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS			
		1	2
		Betweenness	nBetweenness
1	Mean	9.136	2.175
2	Std Dev	13.075	3.113
3	Sum	201.000	47.857
4	Variance	170.958	9.692
5	SSQ	5.597.487	317.318
6	MCSSQ	3.761.078	213.213
7	Euc Norm	74.816	17.813
8	Minimum	0.000	0.000
9	Maximum	59.026	14.054

Fonte: UCINET Analytic Technologies 2005; A autora, 2017.

O terceiro e indicador definido para análise da estrutura da rede da social da ARPA é o grau de proximidade, isto é, a capacidade que um ator tem de acessar os demais. O grau de proximidade de entrada (coluna 5) é a principal medida desse indicador (em percentual).

Tabela 3 - Grau de Proximidade dos atores da Rede Social da ARPA

1	2	3	4	5	6
Posição	Organização	inFarness	outFarness	inCloseness	outCloseness %
1	BNDES	34.000	462.000	61.765	4.545
2	ARPA	43.000	21.000	48.837	100.000
3	CONAB	45.000	32.000	46.667	65.625
4	MST	47.000	22.000	44.681	95.455
5	CTA	48.000	25.000	43.750	84.000
6	ARPEP	48.000	26.000	43.750	80.769
7	FASE	48.000	27.000	43.750	77.778
8	MDA	48.000	28.000	43.750	75.000
9	INCRA	48.000	34.000	43.750	61.765
10	PMMO	50.000	25.000	42.000	84.000
11	UNEMAT	51.000	30.000	41.176	70.000
12	ANA	51.000	33.000	41.176	63.636
13	STTR-MO	52.000	27.000	40.385	77.778
14	EEMC	52.000	29.000	40.385	72.414
15	GIAS	52.000	31.000	40.385	67.742
16	CONSEA/MT	53.000	36.000	39.623	58.333
17	VS-MO	54.000	33.000	38.889	63.636
18	CESE	54.000	34.000	38.889	61.765
19	PMA	55.000	39.000	38.182	53.846
20	COMDER-MO	56.000	34.000	37.500	61.765
21	ASCITAM	57.000	40.000	36.842	52.500
22	LV	58.000	36.000	36.207	58.333
ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS					
		1	2	3	4
		inFarness	outFarness	inCloseness	outCloseness
1	Mean	50.182	50.182	42.379	67.758
2	Std Dev	5.167	90.005	5.256	18.500
3	Sum	1104.000	932.337	1104.000	1490.685
4	Variance	26.694	8100.967	27.623	342.254
5	SSQ	55988.000	233622.000	40119.203	108536.055
6	MCSSQ	587.273	178221.266	607.696	7529.589
7	Euc Norm	236.618	483.345	200.298	329.448
8	Minimum	34.000	21.000	36.207	4.545
9	Maximum	58.000	462.000	61.765	100.000

Fonte: UCINET Analytic Technologies, 2005 ; Dados da pesquisa, 2017.

A tabela 3, acima, indica que o BNDES é o ator melhor situado por esse indicador; ele pode chegar a um maior número de atores sem depender de intermediário. Por ser uma rede formada por organizações ligadas ao segmento da agricultura familiar, o BNDES atua como financiador desse segmento através de vários programas, sendo o específico à agricultura familiar o PRONAF. Isso justifica a sua primeira colocação com 61.765%. Esse indicador traz a ARPA na 2ª posição com 48.837% acima da média que é de 42.379%. Com destaque também

para a CONAB, o MST, a FASE, o CTA e o MDA. Essas informações confirmam que a ARPA é um ator de prestígio na sua rede social.

A análise da rede social da ARPA demonstra que ela tem menor quantidade de atores (21) em sua rede e com menor quantidade de vínculos (240) em comparação com a rede da ARPEP, como se verá na sequência. Porém, mesmo com essa característica a ARPA está se empoderando e atuando na busca por mais conquistas coletivas. Assim, percebe-se que a rede social da ARPA está articulada de modo que ela procura vários atores, com destaque para a FASE, o CTA, o GIAS, o MST, e em nível governamental, a Prefeitura de Mirassol D'Oeste, a fim de se aprimorar e solucionar seus dilemas. Porém, também é procurada por esses atores. Portanto, a ARPA detém o prestígio necessário para sua atuação enquanto protagonista de ações na resolução de problemas e na busca por melhor posicionamento no mercado, como foi demonstrado na análise da sua rede.

3.3 A rede social da ARPEP e suas conexões

A rede social ego-centrada da associação agroextrativista ARPEP está configurada conforme o diagrama 2. Assim, dos trinta e dois nomes das organizações levantadas, a presidenta da ARPEP relacionou vinte e seis como sendo de suas relações. Analisando, então, o sociograma da rede da ARPEP, verifica-se que é formada por vinte e sete atores e duzentos e noventa e seis relações estabelecidas, este número pode ser considerado significativo para um total de 702 relações possíveis, representando um percentual de 52,28% entre vínculos unilaterais e bilaterais, ou seja, a densidade da rede da ARPEP é de 52,28% que pode ser considerada uma rede de boa conectividade.

Apesar da rede social da ARPEP trazer doze atores no âmbito estadual, o vínculo entre a ARPEP e alguns deles é considerado inexpressivo. Antes de se analisar o vínculo entre os atores que compõem a rede de relacionamento da ARPEP, faz-se necessário lembrar que a composição dessa associação agroextrativista é formada por quatro grupos: três pertencentes ao município de Cáceres (Amigas do Cerrado; Amigas da Fronteira e Frutos da Terra) e um pertencente ao município de Mirassol D'Oeste - o grupo Margarida Alves. Esse destaque é importante para entender o relacionamento da ARPEP com os órgãos do governo municipal tanto do município de Cáceres, quanto do município de Mirassol D'Oeste.

Em nível municipal, a ARPEP relaciona-se basicamente com a Secretaria Municipal de Educação e com a Vigilância Sanitária, tanto em Cáceres quanto em Mirassol D'Oeste, isso se justifica por que a ARPEP acessa o PAA, a PNAE e vende seus produtos agroextrativistas na merenda escolar daqueles municípios. A comunicação com esses órgãos em média é quinzenal, durante a entrega dos produtos é semanal e a confiança é considerada boa. Porém, em entrevista com os representantes da Secretaria de Educação de Mirassol D'Oeste de Cáceres, foi informado que em 2015 houve diminuição dos produtos provenientes do agroextrativismo – pão e biscoito de babaçu, isto porque com o passar do tempo havia pouca aceitação pelas crianças, elas enjoavam dos produtos que eram entregues semanalmente.

O Grupo Margarida Alves tem um vínculo mais próximo com a Secretaria da Agricultura de Mirassol D'Oeste, cuja comunicação em média é quinzenal e a confiabilidade boa. Segundo entrevista com o representante dessa secretaria, existe uma parceria inclusive no deslocamento das agroextrativistas da ARPEP, grupo Margarida Alves, nos eventos fora do município para expor os seus produtos em feiras e em outros eventos. Ele citou como exemplo o evento no SESC Arsenal em Cuiabá, onde foi disponibilizado transporte para elas levarem seus produtos para serem expostos e comercializados nesse evento. Quanto a Secretaria da Agricultura do município de Cáceres, em entrevista, o técnico informou que não existe nenhuma parceria com a ARPEP; não existe nenhuma política pública para o segmento de agricultores familiares. As agricultoras costumam reivindicar quando necessitam de alguma ação da prefeitura e às vezes nem sempre se obtém êxito.

A Vigilância Sanitária de Cáceres atua como parceira junto à ARPEP, cuja comunicação em média é de mais de dois meses e a confiança é boa. Em entrevista, o técnico informou que o fiscal atua como orientador quanto a melhorias sanitárias, principalmente na parte estrutural como na construção da cozinha, e também, com palestras sobre manipulação dos alimentos, armazenagem dos alimentos e/ou produtos. Além de atuarem buscando inspecionar e vistoriar previamente a área onde vai ser produzido o alimento, para posterior fornecimento da Licença

Sanitária Anual à atuação da associação. A Vigilância Sanitária de Mirassol D'Oeste junto ao grupo Margarida Alves, também atua como parceira, cuja comunicação é em média de mais de dois meses, e a confiança é boa. Em entrevista, a técnica informou que atua orientando sobre as melhorias sanitárias principalmente em construção de cozinha. E faz vistoria e inspeção no local da produção do alimento, com o objetivo de expedir o alvará sanitário quando estiver de acordo com as normas técnicas.

A CONAB é parceira da ARPEP, cuja comunicação em média é mensal e confiabilidade é boa. Em entrevista, a técnica da CONAB informou que essa parceria teve início em 2010, e em 2011 a ARPEP começou a acessar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que é um modo de comercialização institucional. Dessa forma, a ARPEP passou a comercializar a sua produção de alimentos de base agroextrativista por meio da modalidade de doação simultânea a treze instituições públicas da rede socioassistencial, composta pela Educação e Saúde em Cáceres e Mirassol D'Oeste, como: escolas rurais, APAE, hospitais, asilos, dentre outros. A CONAB atuou na divulgação e orientação de elaboração de projetos para acesso aos recursos do BNDES destinados ao PAA.

No entanto, quanto à comercialização institucional da ARPEP via PAA, houveram algumas alterações, pois, a partir de 2016 sofreu mudanças nas regras em nível nacional para os produtos processados. Os produtos que passassem por algum processamento deveriam ter 100% de insumos da agricultura familiar. Portanto, desde 2016 a ARPEP não pôde mais contar com os recursos provenientes do PAA. Isso fez com que as mulheres associadas passassem a pensar em novos mercados, novas estratégias para a comercialização dos produtos agroextrativistas, cujo principal ator desse processo foi a ONG FASE.

O INCRA, em entrevista com a presidenta da ARPEP, foi considerado como um parceiro muito distante e omissos no período da pesquisa 2005 a 2016. Conforme a fala da presidenta, o relacionamento da associação com o INCRA iniciou-se em 2015 e a principal finalidade foi tratar das questões de regularização fundiária. Ela afirmou que a ARPEP, juntamente com o STTR e a FASE, participou de audiências no INCRA de Cuiabá para resolver essas pendências. Ela classificou esse relacionamento como de confiabilidade razoável e a comunicação se dá uma vez a mais de dois meses. Em entrevista com o representante do INCRA em Cáceres foi informado pelo técnico que não há nenhum tipo de relacionamento entre o órgão e a ARPEP. Ele disse que o INCRA é ausente na prestação de orientações técnicas a essa associação.

Quanto ao COMDERS-CA, a presidenta informou que, no período da pesquisa, somente a FASE participava das ações desse conselho e foi em 2017 que um representante da

ARPEP começou a compor o conselho. A comunicação é uma vez por mês e a confiabilidade é boa. Assim, também, se dá a representação da ARPEP no CONSEA/MT, pois, é a FASE quem participa das reuniões desse conselho levando as informações sobre a associação, suas demandas, e repassa os resultados do que é discutido sobre políticas para a segurança alimentar que impacta o segmento da agricultura familiar. A comunicação é uma vez no mês e a confiança é boa.

O Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), órgão responsável pelas políticas públicas direcionadas ao segmento dos agricultores familiares, tem por função disponibilizar assistência técnica pública gratuita aos agricultores familiares no caso do programa PAA via PRONAF e recursos para contratar a assistência técnica em agroecologia, dentre outras. No caso da ARPEP essa assistência se dá pela ATER/FASE e pelo CTA junto à ARPA e ao grupo Margarida Alves da ARPEP, isso quando existem projetos aprovados nas chamadas públicas. Outra atuação do MDA é a respectiva fiscalização de execução desses projetos. Portanto, o vínculo é entre a ATER/FASE e o MDA; e o CTA e o MDA. Diante disso, em entrevista, o técnico do MDA informou que este órgão é considerado um parceiro da ARPEP e da ARPA. A comunicação se dá uma vez a mais de dois meses, no âmbito da fiscalização dos projetos de assistência técnica e extensão rural, e a confiança é considerada boa. A presidenta da ARPEP confirmou essas informações.¹⁰

O Núcleo Unitrabalho – Programa Institucional de Educação e Socioeconomia Solidária da UNEMAT – é um parceiro da ARPEP, com laços mais estreitos junto ao grupo Amigas do Cerrado comunidade de São José. A comunicação em média é semanal e o grau de confiabilidade é considerado bom. A presidenta da ARPEP confirmou essas informações. Em entrevista, o professor que está à frente desse programa informou que a academia atua na qualificação das mulheres agroextrativistas em três frentes: mobilização e formação; gestão da produção (volume e constância); e na forma de comercialização dessa produção, ou seja, na busca por novos mercados, mercados alternativos, como a feira para comercialização de produtos agroecológicos localizada no espaço da UNEMAT – Cáceres/MT. No ano de 2017 estava prevista a concretização de mais duas feiras de produtos agroecológicos, na Cidade de Cáceres/MT, nos espaços cedidos pela Paróquia da Igreja Católica. Então o objetivo é formar agentes disseminadores desses conhecimentos a outros camponeses, ou seja, empoderar esses agricultores familiares no âmbito político, econômico e social para que eles se tornem formadores de outros agricultores.

¹⁰ Em 2016 o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) passou ser a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD).

Quanto às organizações vinculadas à sociedade civil que compõem a rede de relacionamento da ARPEP, têm-se algumas que se destacam, como a FASE. A FASE atua assessorando a ARPEP em várias frentes: formação e capacitação das mulheres agroextrativistas na elaboração de projetos em função das exigências dos programas de comercialização institucional PAA e PNAE; formação e capacitação sobre planejamento, organização e controle da produção e da comercialização dos produtos agroextrativistas; na qualificação das associadas sobre os produtos agroextrativistas (informações e benefícios nutricionais desses produtos para a saúde das pessoas).

Como foi destacado acima, em 2016 houve a interrupção da modalidade de comercialização institucional PAA para produtos processados que não fossem 100% provenientes da agricultura familiar, é o caso da ARPEP. Então a FASE ajudou a ARPEP na elaboração do planejamento anual, cujo principal ponto foi se pensar em novos mercados alternativos para a comercialização desses produtos, como a feira do fórum de Cáceres/MT; a feira municipal de Cáceres, a feira do sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Cáceres, a feira da UNEMAT; feiras em outros municípios, festival de pesca em Cáceres, etc.

Uma característica importante é que os produtos provenientes do agroextrativismo, pequi, cumbaru e babaçu (licor, biscoito, bolacha, pão, farinha, óleo, doces, etc.), não têm concorrência, o que se constitui em um ponto positivo na comercialização nas feiras. As feiras são uma porta de entrada para outras formas de comercialização: encomenda, convites para participar de outros eventos em outros espaços (loja de artesanato), etc. Porém, com um público diferente, novas exigências são demandadas como: profissionalização das agroextrativistas quanto à postura, aparência; utilização da ferramenta de marketing quanto a apresentação dos produtos (embalagem de vários tamanhos, na aparência do produto e sua apresentação, como no caso dos biscoitos com formato diversificado, cestas com os principais produtos para datas especiais, etc.). Além disso, é demandado que se adotem estratégias de marketing na comercialização desses produtos, como: a diversificação na forma de recebimento do pagamento desses produtos, inserção da juventude nesse processo; aplicar questionário de satisfação ao cliente; conhecer o público que consome esses produtos nesses ambientes, e adotar estratégias de persuasão, etc. Além dessas ações diretamente relacionadas aos produtos processados provenientes dos frutos agroextrativistas do cerrado, foram traçadas metas no planejamento para atuação no segmento das hortas, da produção de frutas e legumes agroecológicos.

E ainda a FASE presta serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER/FASE) à ARPEP, através da elaboração de projetos para acessar recursos públicos junto ao MDA e na

assistência quanto as técnicas e formas de implementação de ações agroecológicas, por exemplo, a execução da horta mandala. Em entrevista o técnico informou que existe essa parceria, cuja comunicação é semanal e a confiabilidade é boa. A presidenta da ARPEP confirmou essas informações, porém alegou que a comunicação com a ATER/FASE é mensal, e semanal com a FASE. Ressalta-se, também, que a FASE compõe outras redes de relacionamento, tanto em nível regional, quanto nacional, como a Rede de Mulheres Empreendedoras da Amazônia (RMER) A; o Grupo de Intercâmbio em Agroecologia (GIAS); a Rede de Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Isso abriu as portas para a ARPEP participar dessas redes e se apoderar dos diversos benefícios oriundos desses relacionamentos, dessas parcerias, que se dão através de ações pontuais ou sistemáticas.

Destaca-se como ponto importante, da relação entre a ARPEP e a rede RMERA, a participação eventos de capacitações voltados para as mulheres como: cursos sobre o direito das mulheres e a discussão sobre gênero; intercâmbio para troca de experiências com outros grupos de mulheres; seminários sobre feminismo e agroecologia, etc. Isso contribuiu diretamente para o empoderamento das mulheres, enquanto pessoa, e em sua formação política. Em entrevista, a técnica da FASE informou que a RMERA é um parceiro, cuja comunicação se dá uma vez por mês e a confiabilidade é boa. Ressalta-se que não se conseguiu contatar o representante dessa rede, apesar das várias tentativas. A presidenta da ARPEP confirmou que a RMERA é uma parceira de confiabilidade boa e a comunicação é uma vez de dois em dois meses.

Também, por intermédio da FASE junto a outras entidades – como o Fundo Socioambiental CASA; Fundo Socioambiental Caixa; Fundo de Serviço de Análise e Assessoria a Projetos (SAAP/FASE); e Fundação Banco do Brasil – foi possível avançar na formação e na capacitação das associadas e proporcionar intercâmbio para essas mulheres, que ajudaram na construção de conhecimentos e na estruturação das unidades de beneficiamentos dos produtos agroextrativistas no âmbito da ARPEP. Alguns projetos que tiveram apoio desses fundos foram a Mostra do Cerrado; os Sistemas agroflorestais (SAFs), etc.

Já a rede GIAS é um parceiro que tem ajudado a ARPEP na qualificação de suas associadas através de cursos sobre temáticas direcionadas às mulheres, palestras e eventos para trocas de experiências e saberes em nível regional e estadual que proporcionam, também, momentos como: feiras agroecológicas, trocas de sementes crioulas, rodas de conversas, seminários e oficinas sobre temas que dialogam com a promoção da agroecologia e da luta das Mulheres. Em entrevista, a representante do GIAS informou que existe uma parceria muito

forte com a ARPEP, cuja comunicação é mensal e a confiabilidade é boa. A presidenta da ARPEP confirmou essas informações.

O GIAS participa de outra rede em nível nacional, a Rede Nacional em Agroecologia (ANA), e, através dessa rede nacional, foi possível ao GIAS obter recursos do Programa ECOFORTE, que foram destinados à compra de equipamentos para as hortas coletivas na ARPEP e para equipar as cozinhas dos grupos das mulheres. Portanto, a ARPEP relaciona-se com a ANA via essa ponte entre GIAS e FASE, que, indiretamente, contribui para o crescimento das mulheres da ARPEP, através dos intercâmbios, nos encontros nacionais, nos cursos, nas trocas de saberes e de experiências. Em entrevista, a representante da ANA informou que existe parceria com a FASE e com o GIAS, cuja comunicação é mensal e a confiabilidade é boa. Informou, também, que indiretamente estende esse relacionamento com a ARPEP. Porém, a presidenta da ARPEP informou que se relaciona com a ANA, a comunicação é mensal e a confiabilidade é boa.

O MST é um parceiro da ARPEP junto ao grupo Margarida Alves, cuja comunicação em média é mensal e o grau de confiabilidade é bom. A representante da ARPEP no grupo Margarida Alves confirmou essas informações. Em entrevista, o representante do MST informou que o movimento esteve presente desde o acampamento do assentamento Margarida Alves. Além da atuação do MST na conquista da terra, também atuou com suporte técnico a essas mulheres no trabalho bioenergético. Isto é, na formação e cultivo de hortas e canteiros com ervas medicinais, para tratar os doentes com produtos naturais, e mais tarde houve a oportunidade de trabalharem de forma coletiva na produção de produtos extrativistas do babaçu (biscoitos, pães, mesocarpo, óleo, bombom, etc.). Assim, mesmo com a fundação da ARPEP, o MST continuou auxiliando essas mulheres do assentamento Margarida Alves, mas agora com a produção voltada ao extrativismo.

O Centro de Tecnologia Alternativa (CTA) é uma associação civil privada constituída por técnicos, agricultores familiares e pequenos agricultores. O CTA é fruto do trabalho da FASE, que, no vale do Guaporé em 1992, constituiu um Movimento de União em torno dos lavradores, o qual era constituído por um tripé formado pelo CTA, que tratava da questão produtiva alternativa, pela Central das Associações, que pensava o mercado e o acesso à comercialização, e pelo movimento sindical, que tinha uma visão mais politizada do campo, isto é, buscava mobilização social e política. Em 2008 o CTA começou a fazer o papel de assessoria técnica junto à ARPEP, mais precisamente o grupo Margarida Alves. Então, o papel da ATER/CTA era promover a assistência técnica e assessorar as mulheres na busca de novos mercados, através de várias ações, como: implementação do sistema produtivo (SAFs);

discussão e ajuda no entendimento do PAA e do PNAE; execução do projeto Semeando, que é patrocinado pelo fundo amazônico, e tem por objetivo a implementação de viveiro e construção da cozinha comunitária. Além disso, o CTA atua, também, na qualificação da diretoria da ARPEP, em trabalhos estratégicos, isto é, na qualificação quanto à visão e à missão dessa associação. Trata-se de um trabalho sistemático para preparar a equipe da ARPEP na elaboração, na execução e na gestão da prestação de contas de seus projetos. O objetivo do CTA, portanto, é preparar a equipe da ARPEP para que elas sejam, no futuro próximo, protagonistas desses conhecimentos junto a outros grupos de mulheres da região. O CTA, também, ajudou a ARPEP na construção do Plano de Gestão do Fundo Rotativo que ajuda a associação na elaboração de projetos para angariar e captar mais recursos a serem investidos na qualificação da gestão da sua diretoria. Em entrevista, o técnico do CTA informou que, sim, é parceiro da ARPEP, cuja comunicação é mensal e a confiabilidade é boa, e quanto ao grupo Margarida Alves essa comunicação se dá semanalmente e confiabilidade é boa. A presidenta da ARPEP confirmou essas informações.

Outro parceiro é o sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais (STTR) de Cáceres/MT, cuja atuação se dá na mobilização social e política das associadas da ARPEP. Assim como atua na sensibilização junto aos órgãos públicos do município de Cáceres para a inserção dos produtos da ARPEP nos vários espaços de comercialização, como: na merenda escolar via PNAE, no espaço do Festival Internacional de Pesca (FIP), etc. Em entrevista, a presidenta do STTR- Cáceres/MT informou que é parceiro da ARPEP, cuja comunicação é mensal e a confiabilidade é boa. A presidenta da ARPEP confirmou essas informações.

A Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) é outro parceiro da ARPEP. Através dessa parceria foi possível acessar recursos para o projeto da construção de cozinha do grupo Margarida Alves; recursos para o projeto comunidade e renda CESE/CAPINA para proceder estudo de viabilidade econômica e estudo de mercado; recurso para o projeto “Mostra do Cerrado” para investir na divulgação da ARPEP; e de seus produtos (pequi, cumbaru e babaçu) através da marca “Do Cerrado” nos rótulos, embalagens e folders para divulgação da marca. Em entrevista, a assessora da CESE informou que é parceira da ARPEP, cuja comunicação se dá uma vez em dois meses e a confiabilidade é boa. A presidenta da ARPEP confirmou essas informações.

O Centro de Agricultura Alternativa (CAA)¹¹ é outro parceiro da ARPEP. O CAA é uma organização de agricultores e agricultoras familiares do Norte de Minas Gerais, sua

¹¹ CAA – Centro de Agricultura Alternativa. www.caa.org.br

composição é feita, em grande maioria, por representantes de povos e comunidades tradicionais. O CAA desenvolve ações em torno da sustentabilidade, da agroecologia e dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, tendo como foco a valorização da (agro) biodiversidade e a convivência com os ecossistemas regionais, discutindo novos conceitos, apresentando soluções, desenvolvendo estratégias de ações colaborativas, no intuito de promover o crescimento e o fortalecimento dessas comunidades e de suas agriculturas. Através do parceiro CAA foi possível fazer intercâmbio em Minas Gerais para troca de experiências e saberes junto aos agricultores familiares da região de Minas Gerais sobre sistemas agroflorestais, manejo agroextrativistas, dentre outros. Em entrevista, o técnico do CAA informou que são parceiros da ARPEP, a comunicação ocorre uma vez a mais de dois meses e a confiabilidade é boa, porém, a presidenta da ARPEP informou que essa comunicação é mensal.

O Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)¹² é um centro de pesquisa e documentação independente, sem fins lucrativos, sediado em Brasília, e tem como objetivo contribuir para a viabilização do desenvolvimento sustentável com maior equidade social e equilíbrio ambiental. O ISPN atua no campo ecossocial, com foco nos povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares, assim como em suas organizações. Sua Missão é contribuir para viabilizar o desenvolvimento sustentável com maior equidade social e equilíbrio ambiental, por meio da democratização do acesso a recursos financeiros, conhecimentos e informações de forma adaptada à realidade e às necessidades desse público, e pela busca do fortalecimento da relação entre pesquisadores e comunidades. O ISPN é um parceiro da ARPEP e vem contribuindo, através de vários projetos de apoio (CESE/ISPN; CASA/ISPN; ISPN-PPP-ECOS, etc.) nas ações de formação, capacitação e intercâmbio para a construção do conhecimento das associadas da ARPEP. Em entrevista, a assessora técnica informou que o ISPN é um parceiro da ARPEP, cuja comunicação é uma vez na quinzena e a confiabilidade é boa, porém, a presidenta da ARPEP informou que a comunicação é mensal.

Diante do exposto, pode-se inferir que a ARPEP é pouca engajada politicamente, isso é reflexo da forma como se procedeu a sua constituição. Em comparação com a história da ARPA, percebem-se algumas diferenças básicas, como por exemplo, quanto aos atores que estavam presentes desde o início do acampamento da ARPA: o MST, que teve papel importante na mobilização política e na organização das famílias (cooperação e solidariedade); o STTR e a FASE que contribuíram na construção de lideranças nas comunidades, etc. Já na ARPEP o processo foi diferente. Ressalta-se que antes do surgimento da ARPEP já existiam os grupos

¹² ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza. www.ispn.org.br

organizados nas comunidades. E a organização desses grupos, que formam a base da ARPEP, surgiu a partir do trabalho da FASE com o apoio do STTR, assim como o surgimento da ARPEP, em 2009, só foi possível mediante o apoio dessas instituições. Então, a ARPEP é formada por quatro grupos, três provenientes de assentamentos da reforma agrária e uma comunidade tradicional. O MST não esteve presente na história da ARPEP, quando muito, esse movimento atuou e atua somente junto ao grupo das Margaridas.

Essas características fazem a diferença, pois, a associação não teve o preparo quanto às questões de cunho político, de cooperação, etc. Tanto é que a ARPEP não teve participação nos órgãos deliberativos do município no período da pesquisa – 2005 a 2016, como no COMDERS-CA. Segundo informação da presidenta da ARPEP e do representante do COMDERS-CA, a associação passou a compor esse conselho a partir de 2017. No período da pesquisa era a FASE quem participava do COMDER-CA e do CONSEA/MT com objetivo de defender interesses do segmento da agricultura familiar e em específico das políticas direcionadas ao agroextrativismo e à agroecologia. Portanto, a FASE pode ser considerada cogestora da ARPEP. Também, o acesso da ARPEP junto aos órgãos do governo é considerado de pouca expressão.

Porém, assim como ocorreu na ARPA, com a influência da FASE e do GIAS, a ARPEP passou a ter acesso a eventos, a intercâmbios em nível regional e nacional. Isso vem permitindo a associação acumular experiências e processos de aprendizagem que impactam positivamente na estrutura da sua rede, com melhorias coletivas à associação. Igualmente a ARPA, a estrutura social da rede da ARPEP revela boa diversidade de atores, pois, compõem a sua rede - atores locais, do estado e de fora do estado. Também, tem-se a presença de ONGs e de outras redes em nível regional (GIAS) e nacional (ANA e RMERA). Portanto, seu nível de relacionamento vai além do contexto local e regional, passando a estabelecer contatos e trocas de saberes e experiências em nível nacional e, indiretamente, em nível internacional, pois, a ANA compõe uma rede internacional de relacionamento.

A presidenta ARPEP afirmou que as relações estabelecidas com as instituições AAFIP, ANA, AMAFAP, ARPA, CAA, CESE, CONAB, COMDERS-CA, CTA, EEMC, FASE, GIAS, ISPN, MDA, PMCA, PMMO, STTR-CA, UNEMAT são boas e grau de confiabilidade é bom. E, em relação ao INCRA, afirmou que a confiabilidade é razoável. No entanto, quando perguntado aos mesmos atores sobre o relacionamento com a ARPEP, tem-se como resposta: a ANA também informou que não se relaciona com a ARPEP, e sim, com a FASE e o GIAS. Então, trata-se de relacionamento indireto no qual a ANA se relaciona com a FASE e o GIAS, que por sua vez relaciona-se com a ARPEP. Portanto, os benefícios da parceria entre a ANA, FASE e GIAS chegam à ARPEP. Informaram a existência desse relacionamento as seguintes

instituições AMAFAP, ARPA, CAA, CESE, CONAB, CTA, EEMC, FASE, GIAS, ISPN, MDA, MST – que se relaciona mais propriamente com o grupo das Margaridas; a PM-CA informou que ocorre algum relacionamento quando provocada pela associação. Aqueles que informaram possuir um relacionamento bom, com um grau de confiabilidade bom foram a PM-MO e o STTR-MO informaram a existência desse relacionamento com o grupo das Margaridas e a UNEMAT – com maior proximidade com o grupo Amigas do Cerrado. O COMDERS/CA e CONSEA/MT informaram que se relacionam com a ARPEP indiretamente, via FASE. O INCRA negou relacionamento com a ARPEP.

Enfim, através dessas informações, é possível inferir que a ARPEP vem, no decorrer dos mais de 10 anos de existência, conseguindo se organizar e enfrentar os obstáculos, ainda, com o apoio da sua cogestora a FASE. A ARPEP tem muito a aprender, a se empoderar, e andar com suas próprias pernas. Porém, no decorrer desse percurso, muitos avanços e conquistas foram obtidos, que vão desde os aspectos econômicos da geração de renda, à inclusão social delas em espaços de decisão, etc. A ARPEP possui atuação regional e têm sido nos últimos cinco anos uma organização referência do protagonismo das mulheres rurais e do trabalho do agroextrativismo, tanto em âmbito estatal, quanto nacionalmente. Ela galgou visualização em nível nacional, pois, foi uma das experiências premiadas em 2013 pela secretaria de políticas para mulheres da presidência da república com o prêmio “Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável”.

Na sequência, passa-se a analisar as medidas de centralidade: grau de centralidade, grau de intermediação e grau de proximidade da rede social da ARPEP. A tabela 4 traz informações interessantes sobre os relacionamentos entre os atores da rede da ARPEP. Assim, tem-se que a associação se relaciona com 26 outras organizações sociais (coluna 3), sendo que somente 21 responderam que se relacionam com a ARPEP (coluna 4), caracterizando na coluna 6 – *NrmIndeg*, o índice de 80.769%, acima da média da rede que é de 52.279%. Isso revela que a ARPEP procura mais do que é procurada pelos atores, porém, ela é uma organização relevante na sua rede.

Tabela 4 - Grau de Centralização dos atores da Rede Social da ARPEP (continua)

1	2	3	4	5	6
Posição	Organização	OutDegree	InDegree	NrmOutDeg	NrmInDeg
1	ARPEP	26.000	21.000	100.000	80.769
2	FASE	25.000	22.000	96.154	84.615
3	ATER/FASE	21.000	14.000	80.769	53.846
4	CTA	19.000	17.000	73.077	65.385

Tabela 4 - Grau de Centralização dos atores da Rede Social da ARPEP (conclusão)

5	MST	18.000	17.000	69.231	65.385
6	STTR-CAC	18.000	12.000	69.231	46.154
7	UNEMAT	17.000	16.000	65.385	61.538
8	ARPA	16.000	19.000	61.538	73.077
9	AMAFAP	16.000	12.000	61.538	46.154
10	CAA	16.000	8.000	61.538	30.769
11	MDA	15.000	18.000	57.692	69.231
12	GIAS	15.000	15.000	57.692	57.692
13	ISPN	15.000	7.000	57.692	26.923
14	VS-CAC	14.000	7.000	53.846	26.923
15	PMC	14.000	13.000	53.846	50.000
16	ANA	13.000	14.000	50.000	53.846
17	EEMC	13.000	10.000	50.000	38.462
18	PMMO	13.000	10.000	50.000	38.462
19	CONAB/MT	12.000	21.000	46.154	80.769
20	CESE	12.000	12.000	46.154	46.154
21	INCRA	11.000	19.000	42.308	73.077
22	COMDERS-CAC	11.000	11.000	42.308	42.308
23	CONSEA/MT	9.000	12.000	34.615	46.154
24	VS-MO	8.000	9.000	30.769	34.615
25	RMERA	0.000	7.000	0.000	26.923
26	BNDES	0.000	10.000	0.000	38.462
27	AAFIP	0.000	14.000	0.000	53.846

ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

		1	2	3	4
		OutDegree	InDegree	NrmOutDeg	NrmInDeg
1	Mean	13.593	13.593	52.279	52.279
2	Std Dev	6.291	4.424	24.196	17.017
3	Sum	367.000	367.000	1411.538	1411.538
4	Variance	39.575	19.575	585.425	289.567
5	SSQ	6057.000	5517.000	89600.586	81612.422
6	MCSSQ	1068.519	528.518	15806.486	7818.321
7	Euc Norm	77.827	74.277	299.334	285.679
8	Minimum	0.000	7.000	0.000	26.923
9	Maximum	26.000	22.000	100.000	84.615

Network Centralization (Outdegree) = 49.556%

Network Centralization (Indegree) = 33.580%

Outra informação importante que se configura na tabela 4 é com relação às posições da FASE, da ATER/FASE e do CTA (2^a, 3^a e 4^a respectivamente) caracterizando forte influência na rede da ARPEP. São atores que participaram desde a criação da associação, ajudando na formação das agroextrativistas. E, ainda, continuam atuando na profissionalização das mulheres da ARPEP (cursos, intercâmbios, trocas de saberes e experiências, etc.), sendo, portanto, pontes para novas parcerias e consequentemente abrindo novos horizontes através de outras oportunidades para a comercialização dos seus produtos. Por outro lado, os órgãos governamentais não estão bem conectados à rede da ARPEP, sendo que a Prefeitura Municipal de Cáceres está na 15^a posição, a Prefeitura de Mirassol D'Oeste na 18^a e o INCRA na 21^a. Isso demonstra o pouco relacionamento desses órgãos com os outros atores da rede.

Ressalta-se que a ARPEP é formada por quatro grupos, sendo três no município de Cáceres e um no município de Mirassol D'Oeste. Em Cáceres, como já foi relatado acima, não há nenhuma política pública direcionada ao agricultor familiar, as reivindicações devem ser provocadas pelos agricultores, caso contrário não acontece, e o INCRA foi considerado ausente, com pouca atuação junto às agroextrativistas. Consequentemente, a característica principal da rede social da ARPEP é que ela é formada por um grupo vinculado à sociedade civil organizada que atua no fortalecimento profissional das agroextrativistas e, também, na pressão junto aos órgãos públicos na busca de políticas públicas para esse segmento.

Quanto ao indicador grau de intermediação da rede da ARPEP, a tabela 5 mostra que o ator “ponte” mais interessante nessa rede é a ARPEP, cuja pontuação é de 44.464 com o percentual de 6.841%. Então, essa associação é a primeira organização que tem o caminho mais curto para se chegar aos demais atores na sua própria rede. Assim sendo, pode-se inferir que existem possibilidades de, por seu intermédio, passar muitas informações da rede, e assim há possibilidades da ARPEP controlar as informações. Sua capacidade de intermediação é muito boa. Também, nesse indicador, aparecem como atores “pontes” a FASE, o CTA e a ATER/FASE nas posições segunda, terceira e quarta respectivamente. Por conseguinte, confirmando a importância desses atores na rede ora analisada, ressalta-se que a FASE vem trabalhando com o objetivo de abrir novos parceiros para a ARPEP, como por exemplo, ANA e o GIAS.

Tabela 5 - Grau de Intermediação dos atores na rede social da ARPEP

1	2	3	4
Posição	Organização	Betweenness	nBetweenness
1	ARPEP	44.464	6.841
2	FASE	43.308	6.663
3	CTA	16.483	2.536
4	ATER/FASE	16.306	2.509
5	MST	15.026	2.312
6	ARPA	14.900	2.292
7	CONAB	10.806	1.662
8	UNEMAT	10.581	1.628
9	MDA	10.209	1.571
10	STTR-CAC	8.833	1.359
11	GIAS	8.793	1.353
12	PMC	8.593	1.322
13	AMAFAP	7.925	1.219
14	INCRA	7.487	1.152
15	ANA	6.666	1.026
16	CESE	4.712	0.725
17	CONSEA/MT	3.480	0.535
18	PMMO	3.450	0.531
19	VS-CAC	3.396	0.523
20	EEMC	3.067	0.472
21	COMDERS-	2.676	0.412
22	CAA	2.324	0.358
23	VS-MO	2.304	0.354
24	ISPN	1.211	0.186
25	RMERA	0.000	0.000
26	BNDES	0.000	0.000
27	AAFIP	0.000	0.000

ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

		1	2
		Betweenness	nBetweenness
1	Mean	9.519	1.464
2	Std Dev	10.893	1.676
3	Sum	257.000	39.538
4	Variance	118.653	2.808
5	SSQ	5649.896	133.725
6	MCSSQ	3203.636	75.826
7	Euc Norm	75.166	11.564
8	Minimum	0.000	0.000
9	Maximum	44.464	6.841

Network Centralization Index = 5.58%

Fonte: UCINET Analytic Technologies, 2005; Dados da pesquisa, 2017.

Com a tabela 6, demonstra-se o terceiro indicador para análise da estrutura da rede da ARPEP, o grau de proximidade. Assim, a tabela revela por ordem de importância os atores que têm maior proximidade para acessar os outros.

Tabela 6 - Grau de Proximidade dos atores da Rede Social da ARPEP

1	2	3	4	5	6
Posição	Organização	inFarness	outFarness	inCloseness	outCloseness
1	AAFIP	88.000	702.000	29.545	3.704
2	BNDES	92.000	702.000	28.261	3.704
3	REMERA	95.000	702.000	27.368	3.704
4	FASE	105.000	27.000	24.762	96.296
5	ARPEP	106.000	26.000	24.528	100.000
6	CONAB	106.000	40.000	24.528	65.000
7	ARPA	108.000	36.000	24.074	72.222
8	INCRA	108.000	41.000	24.074	63.415
9	MDA	109.000	37.000	23.853	70.270
10	CTA	110.000	33.000	23.636	78.788
11	MST	110.000	34.000	23.636	76.471
12	UNEMAT	111.000	35.000	23.423	74.286
13	GIAS	112.000	37.000	23.214	70.270
14	ATER/FASE	113.000	31.000	23.009	83.871
15	ANA	113.000	39.000	23.009	66.667
16	PMC	114.000	38.000	22.807	68.421
17	STTR-CAC	115.000	34.000	22.609	76.471
18	AMAFAP	115.000	36.000	22.609	72.222
19	CESE	115.000	40.000	22.609	65.000
20	CONSEA/MT	115.000	43.000	22.609	60.465
21	COMDERS-CAC	116.000	41.000	22.414	63.415
22	EEMC	117.000	39.000	22.222	66.667
23	PMMO	117.000	39.000	22.222	66.667
24	VS-MO	118.000	44.000	22.034	59.091
25	CAA	119.000	36.000	21.849	72.222
26	ISPN	120.000	37.000	21.667	70.270
27	VS-CAC	120.000	38.000	21.667	68.421

ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

		1	2	3	4
		inFarness	outFarne	inCloseness	outClosene
1	Mean	110.630	110.630	23.638	64.370
2	Std Dev	7.950	209.120	1.910	23.328
3	Sum	2987.000	2987.000	638.239	1737.998
4	Variance	63.196	43731.344	3.647	544.189
5	SSQ	332157.000	1511197.000	15185.449	126568.555
6	MCSSQ	1706.296	1180746.250	98.460	14693.110
7	Euc Norm	576.331	1229.307	123.229	355.765
8	Minimum	88.000	26.000	21.667	3.704
9	Maximum	120.000	702.000	29.545	100.000

Fonte: UCINET Analytic Technologies, 2005; Dados da pesquisa, 2017.

A tabela 6 revela que a Associação de Agricultores e Agricultoras Flor do Ipê (AAFIP) é o ator melhor situado por esse indicador, podendo chegar a um maior número de atores sem depender de intermediário. Na sequência estão o BNDES, a RMERA, a FASE e a ARPEP, todos acima da média. Ressalta-se que a AAFIP e a RMERA não responderam aos questionários. E o BNDES, como já foi explicado anteriormente, é um banco cujos recursos estão direcionados ao segmento da agricultura familiar, isso justifica sua posição quanto ao grau de proximidade. Então, o destaque é para a FASE e para a ARPEP enquanto ator melhor posicionado para se ligar a todos os atores da rede.

Finalizando a análise da rede social da ARPEP, pode-se inferir que a associação tem traçado estratégias na busca de novos mercados. Como a ARPEP deixou, a partir de 2015, de acessar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que trazia certa segurança na comercialização de seus produtos, teve que se reinventar a cada dia. E para que isso ocorresse teve e está tendo o apoio de organizações parceiras como a FASE, o GIAS, o CTA, dentre outras, que dinamizaram cada vez mais a rede social da ARPEP, possibilitando saltos e acessos a outros atores, outras redes, o que vem contribuindo com as trocas de saberes e experiências, abrindo novas oportunidades para a comercialização de seus produtos.

3.4 Conclusão

As diferenças na formação das lideranças, bem como os modelos de parcerias implementadas nas duas associações – na *ARPA*: o MST, a FASE, o CTA, o GIAS, o STTR, a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste; na *ARPEP*: a FASE, o CTA, o GIAS, o STTR, sendo que ocorre quase a total ausência dos órgãos da Prefeitura de Cáceres – fez predominar posturas diferentes que explicam o formato e a estrutura das redes sociais dessas associações analisadas no decorrer desta pesquisa.

A rede social da *ARPA* é formada por menos atores, entretanto, ela tem bom prestígio junto a esses agentes. O relacionamento entre a *ARPA* e os órgãos municipais é considerado bom. A presença dos técnicos das Secretarias de Agricultura, de Educação, de Assistência Social é considerada rotineira na associação, e, principalmente no assentamento Roseli Nunes. Assim como as visitas das lideranças da *ARPA* aos órgãos públicos do município de Mirassol D'Oeste são mais estreitos e contundentes no sentido de resolver os problemas da associação. Também, a liderança da *ARPA*, principalmente na figura do seu presidente, tem influência no

processo político partidário em épocas de eleição. Nesse sentido, a participação dos representantes da ARPA em instâncias deliberativas de poder, como o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, proporciona à associação maior peso e visibilidade política, além de uma postura mais crítica de seus diretores em relação aos problemas agroecológicos.

O capital social de ligação da ARPA é considerado significativo na medida em que a associação tem bom relacionamento com a ARPEP e com participação em várias instâncias deliberativas, proporcionando-lhe visibilidade. O capital social de ponte, também, é alto, pois, a ARPA tem livre acesso aos órgãos do governo municipal, participa do COMDER-MO, onde são discutidas políticas públicas para o segmento da agricultura familiar. Quanto ao capital social de conexão, a ARPA estabelece relação, mesmo que de forma indireta, com entidades de fora do estado, cujos benefícios proporcionam ações que impactam positivamente nas estruturas da associação. Por exemplo, a ONG FASE e a rede GIAS fazem a ponte entre a ARPA e a ANA, na qual se concretiza intercâmbios, trocas de saberes e experiências com outros atores em nível nacional.

Por outro lado, a rede social da ARPEP é composta por mais atores, porém, ela procura mais do que é procurada, então, isso reflete no pouco prestígio junto a estes, se comparado com a influência da ARPA em sua rede. Outro ponto negativo da ARPEP é o não relacionamento e/ou relacionamento inexpressivo com os órgãos públicos do município de Cáceres. Também, a ARPEP até 2016 não participava do COMDERS/CA, órgão que discute políticas públicas no município. Quanto ao capital social de ligação da ARPEP pode ser considerado menos significativo quando comparado com o da ARPA, pois, apesar da ARPEP ter um bom relacionamento com outras associações de agricultores familiares, ou seja, as instituições consideradas iguais (ARPA, AAFIP, AMAFAP), ela não tem participação nas instâncias deliberativas, isso influencia negativamente na visibilidade da associação junto à tomada de decisões importantes para esse segmento, e que, por sua vez, reflete no capital social de ponte desta associação, considerado baixo. Isto porque a ARPEP não tem abertura junto aos órgãos do governo municipal, não participa do COMDERS-CA, órgãos estratégicos que tratam das políticas públicas para a agricultura familiar. Quanto ao capital social de conexão, a ARPEP estabelece várias relações diretas com instituições de fora do estado, como a RMERA; o CAA, o ISPN, a CESE, e, indiretamente com a ANA, cujos benefícios proporcionam ações que impactam positivamente nas estruturas da associação, tais como: intercâmbio e troca de saberes e experiências com outros atores em nível nacional.

Diante do que foi evidenciado na pesquisa, a comparação entre a ARPA e a ARPEP comprova: 1) que as relações na estrutura da rede social da ARPA pode ser considerada mais

cooperativa e de mais fácil gestão; e 2) que a estrutura da rede da ARPEP é mais limitada, principalmente no âmbito municipal, governo e instâncias deliberativas, com pouca cooperação e certa dificuldade de gestão. Porém, ambas têm boa conectividade com entidades de fora do estado, abrindo oportunidades para novos conhecimentos e novas parcerias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste estudo consistiu em explicar o sucesso relativo das associações agroecológica e agroextrativista, a Associação Regional de Produtores (as) Agropecuários do Sudoeste do Mato Grosso (ARPA) e a Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP), na política pública da agricultura familiar no bojo do PRONAF. As evidências encontradas na pesquisa em análise oferecem elementos para a confirmação da hipótese formulada na introdução da tese: o argumento central do trabalho, ou seja, a minha hipótese é que o sucesso relativo das associações em se manterem efetivas no mercado está ancorado na existência de capital social e nas instituições definidas conforme as características da Nova Economia Institucional (NEI) que compõem as redes sociais das mesmas.

Foi possível detectar os efeitos positivos do capital social na diminuição dos custos de transação tanto na ARPA, associação agroecológica, há mais de vinte anos no mercado, quanto na ARPEP, associação agroextrativista, vigente há mais de dez anos. Elas foram beneficiadas pelo capital social presente nas suas redes, isto é, através das articulações que mantêm com atores que compõem as respectivas redes sociais. Com isso possível galgar conquistas, em maior e menor grau, de forma que tanto no campo produtivo como no campo social, os laços de solidariedade, de confiança e de reciprocidade, contribuíram para o dinamismo das associações estudadas.

Através da história de cada associação, aqui analisada, foi possível inferir que nas comunidades rurais, onde existem laços de solidariedade, reciprocidade, confiança e com regras claras, a construção de redes sociais, que favorecem a elaboração de estratégias para a superação de problemas coletivos, são mais fáceis. Portanto, as instituições, que representam arranjos e estratégias socialmente constituídas com o intuito de favorecer a obtenção de conquistas coletivas, são responsáveis pelas regras formais e informais que permitem maior eficiência às associações estudadas, pois, com maior comprometimento dos envolvidos torna-se menos dispendioso os custos de transação, como por exemplo, gastos com fiscalização. O controle está nas mãos dos próprios associados, e, portanto, eles mesmos reprimem as racionalidades individuais que estejam baseadas em opções oportunistas e egoístas. Conseqüentemente, através da elucidação dos fatos ocorridos, foi possível conhecer o capital social e o desenho institucional presente nas redes sociais da ARPA e da ARPEP e, assim, entender a dinâmica de atuação dessas duas associações no período analisado.

Os aspectos históricos e culturais da ARPA e da ARPEP trazem as explicações para as dinâmicas diferentes que ocorreram nas manifestações de capital social dessas associações. E, também, explicam, em parte, as razões dos diferentes desempenhos de capital social individual das organizações sociais investigadas em suas respectivas redes sociais. A ARPA teve influência de atores como o MST, STTR, FASE desde a sua criação, isso possibilitou às famílias adquirirem aprendizado de organização do trabalho e princípios de convivência social (cooperação, solidariedade, confiança e ajuda mútua) e fortalecimento político através da formação de lideranças e representantes. Essas características contribuíram positivamente para que aflorasse um significativo capital social comunitário e surgisse importante capital social individual. Como exemplo, o atual presidente da ARPA, com mandato vigente até 2017 e que esteve nessa função por 4 mandatos, participou do COMDER-MO, da CESE e foi vereador por dois mandatos. Essa liderança esteve presente desde o início (acampamento, assentamento) antes da fundação da ARPA. Deste modo, ele acumula capital social individual e também o capital relacional, conforme foi descrito na pesquisa. Além de outros associados que já estiveram na presidência da ARPA e/ou compondo a diretoria, com formação em nível superior completo e pós-graduação, alguns participaram e participam do COMDER-MO, outros lecionam na EEMC – foco na agroecologia.

Portanto, além da existência do capital social comunitário e extracomunitário (ONGs, STTR, Conselhos, Órgãos Públicos, Instituições em nível regional e nacional, etc.) a ARPA, também, possui capital humano, cujas habilidades e competências ajudam no estabelecimento de relações e parcerias em nível regional e nacional com atores que fazem parte de outras redes, inclusive, em nível internacional. Isso permite traçar pontos positivos do capital social da ARPA na diminuição dos custos de transação (através do conceito de instituição da NEI) como: 1) facilidade na busca de informações externas, como por exemplo, sobre o mercado, que além da formação de preços reflete poder, estruturas, convicções, normas e controle social; e também sobre experiências exitosas, através de troca de saberes, uma vez que possui um relacionamento com instituições externas; 2) realização de contratos entre bens e serviços que tornam as transações menos custosas, como por exemplo, a possibilidade de conseguir financiamentos junto ao Banco do Brasil para aquisição de bens é maior para petições coletivas (associações); 3) menor custo no planejamento, desde a produção (diversificada) à comercialização e; 4) uma vez que a associação possui equipamentos agrícolas que auxiliam a produção, como trator e caminhão, não necessitam contratar esse tipo de serviço, evitando transacionar com agentes. Ressalta-se a FASE, com a participação da prefeitura de Mirassol D'Oeste – Secretaria de Agricultura, que auxiliou os associados da ARPA na elaboração do projeto para conseguir recursos junto ao Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios

Rurais (PROINF) por meio do qual se obteve um caminhão frigorífico, uma caminhonete Ford Ranger, e dois resfriadores de leite via convênio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário (PRODESA).

A rede social da ARPA é menor em quantidade de atores e com menos vínculos (22 atores e 240 relações) se comparada à ARPEP, sua densidade é de 51,95% no total de 100%, e o grau de centralidade é o maior da sua rede. Pode-se dizer que a rede da ARPA tem muitas relações, uma vez que a média de conectividade, tanto de entrada como de saída, registra o número 51,95% e a associação registra índices bem acima da média, ou seja, 90.476% de entrada e 100% de saída. Assim sendo, ela está numa posição de melhor relacionamento com os atores se comparada à ARPEP. Apesar de ser menor, pode ser considerada eficiente. Nesse sentido, a ARPA é o ator mais central entre as duas associações e estabelece laços estreitos com alguns atores, como órgãos do governo municipal (secretarias de agricultura, de educação, e de ação social), que respondem, na maioria dos casos, aos chamados da associação. Ademais a associação participa do conselho deliberativo (COMDER-MO), onde são tomadas as decisões sobre política pública direcionada ao segmento da agricultura familiar.

Pode-se inferir que a estratégia da ARPA é valorizar relações que produzem resultados concretos. Os dados das tabelas que informam sua posição de centralidade, proximidade e de intermediação revelam que ela detém algum prestígio na sua rede, pois há uma relação de reciprocidade na procura entre os atores – além de participar de outras redes em nível regional, GIAS, e nacional, ANA. Isto é revertido em benefícios sob forma de trocas de saberes e experiências que contribuem na qualificação de seus associados e na busca de alternativas para comercialização de seus produtos em novos mercados.

Por outro lado, a trajetória histórica da ARPEP é um pouco diferente da ARPA. Ela teve como parceiro importante a FASE que esteve presente desde a sua formação, em 2009. O STTR aparece como parceiro no decorrer da história da ARPEP, e o MST atuou mais especificamente no grupo Margarida Alves (Mirassol D'Oeste). Por conseguinte, não existiu a mesma intensidade de atuação dos parceiros junto à ARPEP, de tal modo que é possível inferir que a memória da ARPEP é mais fraca. Ou seja, o capital social comunitário da ARPEP, quando comparado ao da ARPA, pode ser considerado de pouca influência nas questões de organização de trabalho e de convivência social, pois, na ARPA essas condutas foram apreendidas desde a época do acampamento e assentamento sob fortes influências do MST, STTR e da FASE, o que não ocorreu na ARPEP. Além disso, na ARPEP não houve ações direcionadas à formação de lideranças, comprometendo, portanto, a postura política das associadas, o que reflete de forma negativa no capital individual das mulheres agroextrativistas.

Em 2011 a ARPEP conquistou o acesso ao programa de compras da agricultura familiar com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Então, a associação ficou, pode-se dizer, dependente desse modelo de comercialização institucional, que tinha como certo a comercialização dos produtos provenientes do agroextrativismo, isto é, elas poderiam contar com esse recurso, considerado como fundamental para a organização e independência econômica da ARPEP. Porém, em 2016 houve a descontinuidade desse programa em função de novas exigências por parte do governo federal em relação aos produtos processados, pois esses deveriam ter 100% dos insumos provenientes da agricultura familiar. Essa medida inviabilizou a produção da associação, visto que os frutos do cerrado (babaçu, cumbaru e pequi) na produção de pães, biscoitos, etc. levam insumos industrializados, como a farinha de trigo, por exemplo, o que não é permitido.

Essas mudanças impactaram muito a associação, tanto na questão econômica, quanto no relacionamento das associadas. Num primeiro momento existiram conflitos entre as famílias, pois, algumas queriam desistir da associação e outras persistiram para dar continuidade e buscar novas alternativas de comercialização, prevalecendo a união entre elas. Isto é, os conflitos, os desafios não foram capazes de obstruir as formas cooperativas que se manifestaram entre as associadas. Esse novo desafio fez com que as mulheres associadas, com a assessoria da cogestora, a FASE, passassem a pensar em novos mercados, novas estratégias para a comercialização dos produtos agroextrativistas. Juntas traçaram um Plano Estratégico de Resistência (PER), com ações de curto, médio e/ou longo prazo, com apoio das organizações parceiras para realização das metas a serem implementadas a partir de 2017.

Quanto ao capital individual, tem-se como destaque a atual presidenta da ARPEP, que tem o mandato vigente até 2017 e esteve à frente da presidência por dois mandatos, passou a participar do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (COMDERS/CA) a partir de 2017. Além disso, essa presidenta participou da RMERA. Conseqüentemente ela possui capital individual importante que ajuda na capitalização relacional, inclusive a liderança proveniente do grupo das Margaridas também apresenta um capital individual que se destaca. A pesquisa constatou assimetrias entre as lideranças e os demais associadas, porque as primeiras acumulam mais capital social individual a partir das posições sociais que ocupam. Porém, em época de eleição para a diretoria da ARPEP são poucas as candidatas interessadas em concorrer aos cargos, possivelmente reflexo da herança histórica comentada acima.

A rede social da ARPEP é composta por mais atores (27), com mais vínculos (367), porém, ela procura mais do que é procurada, o que reflete no pouco prestígio junto a esses atores, quando comparado com a influência da ARPA na sua rede. Outro ponto negativo da

ARPEP é o não relacionamento e/ou relacionamento inexpressivo com os órgãos públicos do município de Cáceres. Dito isso, a ARPEP até 2016 não participava do COMDERS/CA, órgão que discute políticas públicas no município, o que corroborara para justificar que a ARPA está mais bem posicionada e melhor estruturada que a ARPEP.

Outra informação que chamou atenção foi quanto a presença das organizações da sociedade civil nas redes, com destaque para as ONGs. A FASE aparece com cogestora da ARPEP, e foi cogestora da ARPA, hoje essa associação é considerada autônoma. Outras organizações da sociedade civil importantes nas redes das duas associações são STTR, CTA, MST, (mais especificamente na ARPA), e a CESE, as redes GIAS, ANA, RMERA, particularmente na ARPEP. Esses parceiros, também, apoiam no sentido de criação e execução de projetos de geração de emprego e renda para os associados da ARPA e da ARPEP.

Também, essas organizações civis demonstraram ter força, tanto na cobrança junto aos órgãos públicos, quanto na luta por implementação de políticas públicas direcionadas ao segmento da agricultura familiar. A ANA é o representante legítimo para propor e negociar políticas públicas para o segmento da agroecologia. A FASE atua nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural do município de Cáceres, e no CONSEA/MT, onde são discutidas políticas públicas para o segmento da agricultura familiar. A pesquisa evidenciou que o capital social comunitário, nas associações estudadas, pode ser considerado significativo, e se traduz em processos de cooperação voluntária nas associações, com laços de confiança generalizada, ajuda mútua, normas e sistemas que contribuem para a eficiência de cada associação, em maior ou menor grau, de acordo com o contexto histórico de cada uma.

O capital social individual das redes egocentradas pode ser considerado, ainda, como um recurso reduzido, por não possuir a capacidade necessária para resolução de problemas mais complexos, comercialização dos produtos agroextrativistas e agroecológicos em outros mercados em nível regional e nacional, por exemplo. Ainda faltam habilidades e competências específicas aos agricultores da ARPA e da ARPEP para estabelecerem relações de longa distância e consolidar parcerias que possam inovar processos de produção e de desenvolvimento das associações. Porém, a ARPA tem maior expressão de capital individual do que na ARPEP. A ARPA já consegue ser protagonista das suas ações, ela já considerada autonomia, pois já consegue vender seus produtos em outros mercados da região. Houve uma certa profissionalização dos agricultores da ARPA quanto ao planejamento e organização da produção (escala de produção mensal ao longo do ano, qualidade dos produtos agroecológicos, etc.). Por fim, as evidências decorrentes da pesquisa mostram que muitas conquistas foram alcançadas, mas, ainda, existem dificuldades no processo organizacional e de produção que

precisam ser resolvidas e melhoradas, principalmente na ARPEP. E a ARPA tem necessidade de avançar na busca por novos mercados, mais precisamente, em nível nacional. Porém, as experiências dessas associações (ARPA e ARPEP) demonstram que elas vêm passando por um processo de aprendizagem, tanto em nível social, quanto profissional, e isso faz toda diferença no segmento da agricultura familiar. Ademais, fortalece o associativismo, demonstrando que é possível vencer barreiras quando existem sinergias em prol de conquistas de objetivos comuns, o que ficou demonstrado nas redes sociais da ARPA e da ARPEP.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro e ABRAMOVAY, Ricardo. **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: UNESP/EDUSP, 2001.
- ALMEIDA, M. **Populações Tradicionais**: conceitos. Texto utilizado para seminário – Avaliação de Prioridades de Conservação – Amapá, outubro de 1999.
- ALSTON, L.; LIBECAP, G.; MUELLER, B. Conflict, and land use: the development of property rights and land reform on the brazilian Amazon frontier. **Ann Arbor/ The Michigan University of Press**, Michigan, v. 1, 1999, 218 p.
- ÁLVAREZ, A.; AGUILAR. **Manual Introductorio al Análisis de Redes Sociales: Medidas de Centralidad**. N. 2005 Disponível em: <<http://revista-redes.rediris.es/webredes/talleres/ManualARS.pdf>>. Acesso em jan.. 2017
- AVRITZER, L. Um desenho institucional para o novo associativismo. **Lua Nova**, Revista de Cultura e Política, São Paulo, n.39, 1997, p.148-174.
- AVRITZER, L. Sociedade Civil e participação no Brasil democrático. In: MELO, Carlos Ranulfo; SEZ, Manuel Alcántara (Org.). **A democracia brasileira: balanço e perspectiva para a saúde XXI**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2007.
- BCB. Banco Central do Brasil. Faq Crédito Rural. 2010. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?CREDITORURALFAQ>>. Acesso em: 17 mar. 2017.
- BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (Org). **Capital social**. Teoria e Prática. Ijuí: Unijuí, 2006. 328 p.
- _____. **Capital social y cultura política en Brasil: posibilidades y limites**. América Latina Hoy. Editora Universidade de Salamanca, 33, 2003, p.157-177.
- BATALHA, M. O. **Gestão agroindustrial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- BORGATT, S. P.; EVERETT, M. G.; FREMAN, L. C. **Ucinet for windows: Software for Social Network Analysis**. Harvard MA: Analytic Technologies, 2002.
- BOSCHI, R. R. **A arte da associação**: política de base e democracia no Brasil. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais; Vértice; Rio de Janeiro: Iuperj, 1987.
- BOSCHI, R. Descentralização, Clientelismo e Capital Social na Governança Urbana: Comparando Belo Horizonte e Salvador. **Dados Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 42, n. 4, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000400002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2007. 311 p.
- _____. O capital social: notas provisórias. In: CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A. (Org.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Program for a sociology of sport. **Sociology of Sport Journal**, v. 2, n. 5, 1988. 153-161.

_____. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. **Pierre Bourdieu**. Escritos de Educação, 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 247p.

_____. **Questões de sociologia**. Trad. Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983.

BORGATTI, S. P.; EVERETT, M.; FREEMAN, L. **UCINET 6 for Windows software for social networks analysis**. USER'S GUIDE. 2002.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Indicadores nacionais de ciência e tecnologia**. Brasília: MCT, 2010. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/>>. Acesso 19 out. 2015.

BUENO, N. P. A nova economia institucional e a historiografia clássica do período colonial brasileiro. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA, 5. 2003, Caxambu: **Anais da ABPHE**, 2003. 1 CD-ROM.

CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2000.

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra. 2007. 698 p.

_____. **A Era da Informação: Economia, sociedade e cultura**. 1, A Sociedade em Rede; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2002.

CASTILHOS, D. S. B. **Capital social e políticas públicas: um estudo da Linha Infraestrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. 172 f. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002

CASTRO, F. P de. Cultura Alimentar e Agroextrativismo. **Agriculturas**. v. 11, n. 4, dezembro 2014.

CASTRO, M. C. de. **Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental na formulação de políticas públicas: a experiência do Estado do Amapá**. Macapá: CEFHOR/SEMA. 1998.

COASE, R. The nature of the firm. **Economica**, 4 (16), 386-405. 1937

COLEMAN, J. S. Social Capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, v.94, p.95-120, 1988.

COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1990.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Armazenagem Agrícola no Brasil**, CONAB, 2005.

DINIZ, E.; BOSCHI, R. R. “Reforma administrativa no Brasil dos anos 90: projeto e processo”. In: SOARES, Glaucio Ary Dillon; LAVAREDA Antonio (Org.). **A Relevância da Ciência Política**: comentários à contribuição de Olavo Brasil de Lima Júnior. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

DURSTON, J. Construyendo capital comunitario. **Revista de La Cepal**, V.69, 1999. p.103-118.

_____. Qué es el capital social comunitario? **Revista Políticas Sociales**. n. 38, p. 1-41. CEPAL. Santiago. Jul 2000.

_____. El capital campesino em la gestión del desarrollo rural. Diadas, equipos, puentes y escala. **Revista Políticas Sociales**, n. 69, p. 1-168. Santiago, 2002.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra. 1996. 178p.

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. **50 anos**. 2015.

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. **Cartilha ARPA**. 2018.

FLEURY, S. Retomar o debate sobre a reforma societária para avançar o sistema único de saúde (SUS). **Revista de Administração de Empresas (RAP)**, vol. 49, n.4, out/dez. 2008.

FRANCO, A. de. **Capital social**. Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy. Brasília: Millenium. 2001. 320 p.

FUKUYAMA, F. **Confiança**: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996, 455 p.

GANANÇA, A. C. **Associativismo no Brasil**: características e limites para a contribuição de uma nova institucionalidade democrática participativa. Dissertação (mestrado em Ciência Política). Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2006.

GROOTAERT, C.; NARAYAN, D.; NYHAN, J. V.; WOOLCOCK, M. **Questionário integrado para medir capital social**. Banco Mundial. Grupo Temático sobre Capital Social, jun. 2003. Disponível em: <http://poverty.worldbank.org/files/14753_qimcs.pdf> Acesso em 28 mar. 2017.

HABERMAS, J. **Between facts and norms**. Cambridge, MA: MIT Press, 1996.

HIGGINS, S. S. **Fundamentos teóricos do capital social**. Chapecó: Argos. 2005. 263p.

IBGE. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil – 2002**. 2.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

LIN, N. Social Capital. **A theory os social structure andaction**. Cambrigde University Press. 2001. 278p.

MACÍAS, A. G. Redes sociales y clusters empresariales, **Revista Hispana para el Análises de Redes sociais**, v.6, n. 1, 2002.

MDA; INCRA. **Relatório de Gestão Exercício de 2004**. Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária / Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasil, 2005.

MARTELETO, R. M. Análise de Redes Sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**. Brasília. v. 30. n. 1, jan/abr. 2001. p. 71-81

MATO GROSSO. Governo do Estado. Secretaria de Planejamento e coordenação Geral (SEPLAN). **Plano Plurianual 2012-2015**. Cuiabá: SEPLAN, 2011.

MENDES, M. A. **História e Geografia de Mato Grosso**. Cuiabá: ABDR, 2006.

MTE Ministério do Trabalho e Emprego. **Atlas da economia solidária no Brasil: 2005**. Brasília: MTE/Senaes, 2006.

NASCIMENTO, do H. M. **Capital social e desenvolvimento sustentável no sertão baiano: a experiência de organização dos pequenos agricultores do município de Valente**. Campinas/SP, 2000. 114p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

NORTH. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.

_____. **Desempeño Económico en el Transcurso de los Años**. Estocolmo. 1998.

NOVAKOVSKY, I. Capital social y ética aplicada em proyecto de desarrollo. In: _____. **Claves para uma agenda integral de desarrollo**. Caracas, Venezuela, setembro de 2003.

OLIVEIRA, S. S.; ASEVEDO, T. R. A de. Do latifúndio ao assentamento: recriando a agricultura camponesa no Mato Grosso. **Agriculturas**. v. 11. n 2, jul. 2014

OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for Collective Action**. New York: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, E.; AHN, T. K. Una perspectiva del capital social desde las ciencias sociales: capital social y acción coletiva. **Revista Mexicana de Sociología**. v. 65, n. 1, p. 155-233. 2003.

PINHO, C. E. S. **Planejamento governamental no Brasil: trajetória institucional, autoritarismo e democracia em perspectiva comparada (1930-2016)**. Rio de Janeiro. p 439. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do rio de Janeiro.

PONDÉ, J. S. Concorrência e mudança institucional em um enfoque evolucionista. In: Encontro Nacional de Economia, 24. **Anais ANPEC**. Brasília: ANPEC, 1996. P.536-555.

PORTES, A. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Revista Sociologia Problemas e Práticas**. n. 33. p. 133-138. 2000.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. 257p.

PUTNAM, R. D. The prosperous community: Social capital and public life. **American Prospect**, v. 13, p. 35-42, 1993.

_____. **Bowling alone**. The collapse and revival of american community. New York: Simon e Schuster, 2000.

_____. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

_____. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

RENNÓ, L. R. Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas. v. 7, n. 1, 2001.

RIBEIRO, A. C. **Capital Social e Redes Sociais no Processo Organizacional de Comunidades Agroextrativistas no Amapá**. São Paulo: All Print Editora, 2011.

SÁ, R. O. et al. **Mapeamento e análise das cadeias produtivas de Mato Grosso**. Cuiabá: SEPLAN, 2011. (Nota Técnica, 2).

SANTOS, L. L. **Capital social e redes: uma análise do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar Goiânia**. 144p. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, 2014.

TOCQUEVILLE, A. de. **A democracia na América**. 4.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

TOMAÉL, M, I.; MARTELETO, R. M. **Redes Sociais**: posições dos atores no fluxo da informação. Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf... Florianópolis, n.esp., 1º sem. 2006.

VEIGA, J. E. A dimensão rural do Brasil. **Estudos**: sociedade e Agricultura, n. 22, abril, 2004, p. 21-33. 2004.

XIMENES, T. Capital social, redes sociais e inovações produtivas. **Revista Ambiente & Sociedade**. ISSN 1414-753x. No prelo. Texto aceito para publicação. Junho 2008. 23 p.

ZAMBERLAM, J. Produção e comercialização nos assentamentos rurais: questões para debate. In: ROMERO (ORG) **Reforma Agrária**: Produção, Emprego e Renda o Relatório da FAO em Debate. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. P. 123-135

WILLIAMSON, O. **The economic institutions of capitalism**. New York: The Free Press. 1985

WOOLCOCK, M.; NARAYAN, D. **Capital social**: implicaciones para la teoria, la investigación y las políticas sobre desarrollo. 1998 Development Reseach Group The World Bank. Disponível em:< www.worldbank.org>, 1998. Acesso em: mar 2016.

ANEXO A - QUESTIONÁRIO ARS – Análise de Redes Sociais – Diretores Organizações

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS – IESP

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Esta pesquisa refere-se à tese de doutorado da Profª Geni Cecília Figueiredo do Carmo Mello, aluna do Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP da UERJ. Gostaríamos que respondesse as perguntas da forma mais objetiva possível. Sua colaboração será de muita importância para os nossos resultados. Grata.

Análise do grau de relacionamento entre as organizações sociais e/ou instituições.

Nome:

Função:

Tempo em que é membro da organização e/ou instituição

Tempo em que exerce a função

Das organizações sociais e/ou instituições existentes na lista anexa com quais delas a sua organização social e/ou instituição se relaciona? Com que frequência? Como é a qualidade da relação?

	Organização Nome	Relação Me relaciono	Comunicação com esta org. Para assuntos de trabalho e outros assuntos.	Grau de Confiabilidade.
Nº	1.Sindicato; 2.Cooperativa; 3.Associação; 4.Órgão Público; 5.Órgao Privado; 6.ONGs; 7. Outros.	1.Sim; 2.Não.	1. Semanalmente; 2.Uma vez p/quinzena; 3.Uma vez p/mês;	1.Boa; 2.Razoável; 3.Ruim; 4.Nenhuma das Respostas acima.

			4.Uma vez em 2 meses; 5.Uma vez a mais de 2 meses.	
1	AAFIP -Associação Flor do Ipê Facão – Cáceres/MT			
2	AMAFAP – Associação de Mulheres Araras do Pantanal			
3	ANA – Rede de Articulação Nacional de Agroecologia			
4	ARPA – Associação Regional de Produtores Agroecológicos do Sudoeste de MT.			
5	ARPEP – Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal			
6	ATER/FASE – Assistência Técnica e Extensão Rural			
7	ASCITAM/Tamandaré – Associação de Bairro – Mirassol D’Oeste/MT			
8	BNDES / CONAB – Banco Nacional de Desenvolvimento			
9	CAA – Centro de Agricultura Alternativa			
10	COMDERS/CA – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – Cáceres/MT.			
11	COMDER/MO – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – Mirassol D’Oeste/MT.			
12	CONAB/MT – Companhia Nacional de abastecimento			
13	CONSEA/MT – Conselho Nacional de Segurança Alimentar			
14	CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviços			
15	CTA – Centro de Tecnologia Alternativa			
16	EEMC - Escola Estadual Madre Cristina – Mirassol D’Oeste/MT.			
17	FASE/MT – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – Cáceres/MT.			
18	GIAS – Grupo de Intercâmbio em Agroecologia			
19	INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			

20	ISPN – Instituto Sociedade População e Natureza			
21	Laticínio Vencedor – Araputanga/MT.			
22	MDA/SEAD – Ministério de Desenvolvimento Agrário			
23	MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra			
24	PMA - Prefeitura Municipal de Araputanga – Assistência Social			
25	PMC - Prefeitura Municipal de Cáceres – Sec. Agricultura/Educação/Assistente Social			
26	PMMO - Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste – Sec. Agricultura/Educação/Assistente Social			
27	RMERA – Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia			
28	STTR- CA – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Cáceres/MT			
29	STTR – MO – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – Mirassol D'Oeste/MT			
30	UNEMAT / UNITRABALHO – Universidade do Estado de Mato Grosso – Cáceres/MT			
31	VS – CA -Vigilância Sanitária – Cáceres/MT			
32	VS – MO - Vigilância Sanitária – Mirassol D'Oeste/MT			

ANEXO B - Questionário QM-CSC – Domicílios

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ
 INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS – IESP
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Esta pesquisa refere-se à tese de doutorado da Prof^a Geni Cecília Figueiredo do Carmo Mello, aluna do Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP da UERJ. Gostaríamos que respondesse as perguntas da forma mais objetiva possível. Sua colaboração será de muita importância para os nossos resultados. Grata.

Grupos e Redes

1. O(a) Sr.(a) pode me informar a sua idade? _____ anos

2. O(a) Sr.(a) estudou até que série? _____

3. Quantos filhos o(a) Sr.(a) tem? _____.
 Desses, quantos trabalham na produção agrícola _____;
 Quantos trabalham fora _____ e quantos estudam _____

4. Como o(a) Sr.(a) passou a fazer parte deste assentamento e/ou desta comunidade?
 1. () Participou do acampamento deste assentamento;
 2. () Veio de outro acampamento;
 3. () Não pertenceu a nenhum acampamento

5. Antes de ser assentado(a), o(a) Sr.(a)era:
 1. () Trabalhador rural;
 2. () Meeiro;
 3. () Empregador;
 4. () Empregado da indústria e/ou comércio;
 5. () Outros

6. Como uma pessoa passa a ser membro desta Associação?
 1. () Sua participação é solicitada

2. () É convidada
3. () Por escolha voluntária
4. () Outros especifique:

7. Há quanto tempo o(a) Sr.(a) faz parte desta Associação? _____ anos

8. Por que o(a) Sr.(a) entrou para esta Associação?

9. O fato de o(a) Sr.(a) pertencer à esta associação facilitou seu trabalho?

1. () Sim
2. () Não

10. O(a) Sr.(a) poderia dizer dois pontos positivos e dois negativos desta Associação?

a. Pontos Positivos: _____

b. Pontos Negativos: _____

11. Depois que o(a) Sr.(a) passou a fazer parte desta Associação o que aconteceu com sua renda?

1. () aumentou
2. () manteve a mesma
3. () diminuiu

12. O(a) Sr. (a) poderia informar qual é a renda mensal da família?

_____salários-mínimos ou em dinheiro R\$_____

13. A composição de sua renda familiar baseia-se basicamente na atividade agroextrativista?

1. () Sim
2. () Não

Se sim, quais são os principais produtos cultivados?

14. Agora as perguntas se referem a grupos ou organizações, redes, associações a que você pertence. Esses grupos podem ser formalmente organizados ou apenas grupos de pessoas que se reúnem regularmente, para praticar alguma atividade, ou apenas conversar. De quantos grupos e/ou organizações elencadas abaixo o(a) Sr. (a) faz parte?

_____ (quantidade)

Grupos e/ou Organizações:

1. Movimento dos Sem Terras (MST);
2. Grupo de Intercâmbio de Colonização e Reforma Agrária – Rede – (GIAS);
3. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – ONG - (FASE);
4. Centro de Tecnologia Alternativa - Associação Civil sem Fins Lucrativos – (CTA);
5. Conselho de Segurança alimentar (CONSEA);
6. Conselho de Desenvolvimento Rural;
7. Associação Regional de Produtores Agroecológicos do Sudoeste de Mato Grosso (ARPA);
8. Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP);
9. Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR);
10. Rede de Articulação Nacional de Agroecologia (ANA);
11. Rede de Empreendimento das Mulheres da Amazônia (REMER);
12. Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE);
13. Associação de mulheres Araras do Pantanal (AMAFAPE);
14. Associação Flor do Ipê;
15. Grupos Religiosos ou espiritual (igreja, templo);
16. Grupo de movimento político;
17. Grupo Educacional (associação de pais e professores);
18. Grupo de Jovens;
19. Outros Grupos (grupo social, etc.).

15. De todos os grupos de que o(a) Sr.(a) faz parte qual é o mais importante?

_____ (Nome do grupo)

16. Pensando nos membros deste grupo (da organização social), a maioria deles é do (a) mesmo (a):

_____ 1.Sim _____ 2.Não_

- a. Religião _____
- b. Sexo _____
- c. Grupo étnico ou linguístico/raça/casta/tribo _____

17. Os membros do grupo têm, em sua maioria, a mesma:

_____ 1.Sim _____ 2.Não_

- a. Ocupação _____
- b. Formação educacional ou grau de escolaridade _____

18. Os membros do grupo têm, em sua maioria, o mesmo ponto de vista político ou pertencem ao mesmo partido político?

1. () Sim;
2. () Não

19. Quantos amigos próximos o(a) Sr.(a) diria que tem hoje na Associação? Essas pessoas são aquelas com quem se sente à vontade, para conversar a respeito de assuntos particulares, ou chamar quando precisa de ajuda.

_____ (quantidade)

20. Nos últimos anos*, o tamanho da Associação diminuiu, permaneceu o mesmo ou aumentou?

[*ENTREVISTADOR: O PERÍODO DE TEMPO PODE SER ESCLARECIDO SITUANDO-O EM RELAÇÃO À ANTES/DEPOIS DE ALGUM EVENTO IMPORTANTE – ARPA – A PARTIR DE 2005; ARPEP – A PARTIR DE 2012 - COMERCIALIZAÇÃO INSTITUCIONAL – PAA]

1. () Diminuiu
2. () Permaneceu o mesmo
3. () Aumentou

21. Nos últimos dois anos*, o tamanho da Associação diminuiu, permaneceu o mesmo ou aumentou?

[*ENTREVISTADOR: O PERÍODO DE TEMPO PODE SER ESCLARECIDO SITUANDO-O EM RELAÇÃO À ANTES/DEPOIS DE ALGUM EVENTO IMPORTANTE – ARPA; ARPEP – A PARTIR DE 2015e 2016 - COMERCIALIZAÇÃO INSTITUCIONAL – PAA]

4. Diminuiu
5. Permaneceu o mesmo
6. Aumentou

22. Quando há uma decisão a ser tomada para a Associação, geralmente, como isso acontece?

1. A decisão é imposta de fora
2. O líder decide e informa os outros membros
3. O líder pergunta aos outros membros o que eles acham e então decide
4. Os membros da comunidade discutem o assunto e decidem em conjunto
5. Outros especifique:

23. Como são escolhidos os líderes desta Associação?

1. Por uma pessoa ou entidade de fora
2. Cada líder escolhe o (a) seu / sua sucessor(a)
3. Por decisão de alguns moradores
4. Por decisão / voto de todos os membros
5. Outros especifique:

24. De modo geral, o(a) Sr.(a) diria que a liderança da Associação é:

1. Muito efetiva;
2. Relativamente efetiva;
3. Não é efetiva

25. Qual é a fonte de financiamento mais importante para as melhorias na Associação?

1. Os próprios moradores financiam
2. Outras fontes dentro da comunidade
3. O governo

4. Outras fontes de fora da comunidade

26. Se de repente o(a) Sr.(a) precisasse de uma pequena quantia em dinheiro (o que você ganharia, digamos, em uma semana de trabalho), quantas pessoas, de dentro da Associação, estariam dispostas a lhe fornecer este dinheiro, se você pedisse a elas?

1. Ninguém
2. Uma ou duas pessoas
3. Três ou quatro pessoas
4. Cinco ou mais pessoas

27. Se de repente o(a) Sr.(a) precisasse viajar por um ou dois dias, o(a) Sr.(a) poderia contar com seus vizinhos para tomarem conta das suas plantações e/ou produção ou tomar conta das suas crianças?

1. Definitivamente sim
2. Provavelmente
3. Provavelmente não
4. Definitivamente não

28. Nos últimos 12 meses, quantas pessoas com um problema pessoal lhe pediram ajuda?
_____ (quantidade)

Confiança e Solidariedade

29. Em geral, o(a) Sr.(a) concorda ou discorda das seguintes afirmações?

-
1. Concordo totalmente
 2. Concordo em parte
 3. Nem concordo, nem discordo
 4. Discordo em parte
 5. Discordo totalmente
-

a. A maioria das pessoas desta Associação estão dispostas a ajudar caso o(a) Sr.(a) precise.

b. É preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem do(a) Sr.(a)

30. Quanto o(a) Sr.(a) confia em:

-
1. () Confio totalmente
 2. () Confio muito
 3. () Nem muito, nem pouco
 4. () Confio pouco
 5. () Confio muito pouco
-

- a. Membros do governo municipal
- b. Membros do governo estadual
- c. Pessoas desta Associação

31. Com que frequência o(a) Sr.(a) diria que as pessoas desta Associação ajudam umas às outras? Utilize a escala abaixo.

1. () Sempre ajudam
2. () Quase sempre ajudam
3. () Algumas vezes ajudam
4. () Raramente ajudam
5. () Nunca ajudam

32. O(a) Sr.(a) acha que nos últimos *[entrevistador: o período de tempo pode ser esclarecido situando-o em relação a antes, depois de algum evento importante – ARPA – a partir de 2005; ARPEP – a partir de 2012 – comercialização institucional do PAA], o grau de confiança nesta Associação melhorou; piorou ou permaneceu mais ou menos o mesmo?

1. () Melhorou;
2. () Piorou;
3. () Permaneceu mais ou menos o mesmo

Ação Coletiva e Cooperação

33. Nos últimos 12 meses, o(a) Sr.(a) participou de algum trabalho voluntário na Associação?

1. Sim;
2. Não

34. Se houvesse um problema de abastecimento de água, qual é a probabilidade de que as pessoas cooperassem para tentar resolver o problema?

1. Muito provável
2. Relativamente provável
3. Nem provável, nem improvável
4. Relativamente improvável
5. Muito improvável

35. Qual é a probabilidade de uma pessoa que não participe de atividades comunitárias seja criticada ou punida?

1. Muito provável
2. Relativamente provável
3. Nem provável nem improvável
4. Relativamente improvável
5. Muito improvável

36. Quantas pessoas contribuem com tempo ou dinheiro para objetivos de desenvolvimento comuns, tais como mutirão ou com manutenção da sede da associação?

1. Todas
2. Mais da metade
3. Cerca de metade
4. Menos da metade
5. Ninguém

37. Suponha que ocorresse uma fatalidade com uma das pessoas da Associação como uma doença grave, ou a morte de um parente. Qual a probabilidade de algumas pessoas se unirem para ajudar as vítimas?

1. Muito provável
2. Relativamente provável
3. Nem provável nem improvável
4. Relativamente improvável
5. Muito improvável

Informação e Comunicação

38. No último mês, quantas vezes o(a) Sr.(a) fez ou recebeu uma correspondência ou um recado de fora da Associação?

_____ (quantidade)

39. Quais são as três fontes de informação mais importante que o(a) Sr.(a) considera para saber notícias de modo geral?

1. Parentes, amigos e vizinhos
2. Mercado local
3. Rádio
4. Televisão
5. Grupos ou associações
6. Líderes da comunidade
7. Um agente do governo
8. ONGs
9. Jornal
10. Rede Social
11. Outros

40. Em geral, *, o acesso à informação melhorou, piorou ou permaneceu mais ou menos o mesmo?

[*ENTREVISTADOR: O PERÍODO DE TEMPO PODE SER ESCLARECIDO SITUANDO-O EM RELAÇÃO À ANTES / DEPOIS DE ALGUM EVENTO IMPORTANTE – ARPA – a partir de 2005; ARPEP – a partir de 2012 – comercialização institucional do PAA]

1. Melhorou
2. Piorou
3. Permaneceu mais ou menos o mesmo

Coesão e Inclusão Social

41. Muitas vezes há diferenças nas características entre as pessoas pertencentes a esta Associação? Por exemplo, diferenças de riqueza, renda, posição social, origem étnica, raça, casta ou tribo. Também pode haver diferenças em relação às crenças religiosas e políticas, ou pode haver diferenças devido à idade ou o sexo. Até que ponto o(a) Sr.(a) diria que as pessoas são diferentes na sua Associação?

1. Extremamente diferentes
2. Muito diferentes
3. Relativamente diferentes
4. Pouco diferentes
5. Muito pouco diferentes

42. Alguma dessas diferenças causa problemas?

1. Sim
2. Não

43. Quais são as duas diferenças que mais frequentemente causam problemas?

1. Diferenças de educação
2. Diferenças de posses de terras
3. Diferenças de riqueza / posses materiais
4. Diferenças de posição social
5. Diferenças entre homens e mulheres
6. Diferenças entre as gerações mais jovens e as gerações mais velhas
7. Diferenças entre membros novos e membros antigos
8. Diferenças de filiação política
9. Diferenças de crenças religiosas
10. Diferenças de origem étnica, raça, casta / tribo
11. Outras diferenças

44. Alguma vez esses problemas levaram à violência?

1. Sim
2. Não

45. Quantas vezes, no último mês, o(a) Sr.(a) se reuniu com outras pessoas para comer ou beber, em casa ou em um lugar público, dentro da comunidade e/ou assentamento?

_____ (quantidade)

46. Em geral, como o(a) Sr.(a) sente quando está sozinho(a) em casa?

1. Muito seguro(a)
2. Moderadamente seguro(a)
3. Nem seguro(a), nem inseguro(a)
4. Moderadamente inseguro(a)
5. Muito inseguro(a)

47. Nos últimos 12 meses, quantas vezes as pessoas desta Associação se reuniram para entregar conjuntamente um abaixo assinado a membros do governo, ou a líderes políticos, pedindo algo em benefício para a comunidade?

1. Nunca
2. Uma vez
3. Algumas vezes (<5)
4. Muitas vezes (>5)

48. Alguma dessas petições teve sucesso?

1. Sim, todas tiveram sucesso
2. A maioria teve sucesso
3. A maioria não teve sucesso
4. Nenhuma teve sucesso

49. Nos últimos 12 meses, o(a) Sr.(a) fez alguma dessas coisas?

1. Sim
2. Não

A. Participou de uma reunião da associação, cooperativa, sindicato, ou reunião aberta ou grupo de discussão?

B. Encontrou um político, telefonou para ele / ela, ou enviou-lhe uma carta?

C. Participou de um protesto ou demonstração?

D. Participou de uma campanha eleitoral ou informativa?

- E. Fez alguma denúncia pública?
- F. Informou a polícia ou a justiça a respeito de um problema local?

50. Muitas pessoas consideram difícil sair para votar. O(a) Sr.(a) votou na última eleição municipal/estadual/nacional?

1. Sim
2. Não

51. Alguma vez o(a) Sr.(a) votaria em um candidato que não fosse do seu grupo étnico ou linguístico/raça/tribo?

1. Sim;
2. Não

52. Até que ponto o governo local e os líderes locais levam em consideração as preocupações manifestadas pelo(a) Sr.(a) e por outras pessoas, quando tomam decisões que afetam a todos?

1. Muito;
2. Um pouco;
3. Não levam em consideração